



# CADERNO Agenda do Plano

**FMLF**  
Fundação  
Mário Leal Ferreira

Secretaria de  
Desenvolvimento  
e Urbanismo





CADERNO

# Agenda do Plano

Salvador, dezembro de 2020

**FMLF** Fundação  
Mário Leal Ferreira

Secretaria de  
Desenvolvimento  
e Urbanismo

**SALVADOR**  
PREFEITURA  
PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

## **PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**

**Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto**  
PREFEITO

**Bruno Soares Reis**  
VICE-PREFEITO

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E URBANISMO**

**José Sérgio de Sousa Guanabara**  
SECRETÁRIO

### **FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA**

**Tania Maria Scofield Souza Almeida**  
PRESIDENTE



## COORDENAÇÃO TÉCNICA

**Tania Maria Scofield Souza Almeida**  
Arquiteta e Urbanista  
Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-UFBA

## EQUIPE TÉCNICA - FMLF

**Elizabeth Loiola**  
Doutora em Administração Pública pela EAUFBFA  
Professora Titular da Escola de Administração da UFBA

**Fernando Sérgio Barbosa Teixeira**  
Arquiteto e Urbanista  
Gerente de Planejamento da FMLF

**Liana Silvia de Viveiros e Oliveira**  
Arquiteta e Urbanista  
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-UFBA

**Maria Auxiliadora Lobão**  
Socióloga; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenv. Social da UCSAL

**Maria do Socorro Fialho da Silva**  
Arquiteta e Urbanista  
Especialista em Planejamento Urbano

**Simone Porto Prazeres**  
Arquiteta e Urbanista, Especialista em Gestão de Cidades

**Manuela Mattos Vasconcellos de Azevedo**  
Urbanista

**Cynthia Maria Henriques Rocha**  
Arquiteta e Urbanista

**Matheus Silva Cabral**  
Estagiário de Arquitetura e Urbanismo

## EQUIPE TÉCNICA FEP/OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

**Gilberto Corso Pereira**  
Arquiteto e Urbanista; Doutor em Geografia pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP/Rio Claro.  
Coordenador adjunto do núcleo Salvador do Observatório das Metrôpoles.  
Função no projeto: coordenador do projeto e consultor

**Maria das Graças Gondim dos Santos Pereira**  
Arquiteta; Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela UnB. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia.

**Claudia Monteiro Fernandes**  
Economista Mestre em Sociologia com estudos em Economia e Sociologia do Trabalho.  
Doutoranda em Ciências Sociais pela UFBA.

**Juan Pedro Moreno Delgado**  
Arquiteto; Doutor em Engenharia de Transportes pela COPPE - Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

**Pablo Vieira Florentino**  
Bacharel em Ciência da Computação  
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA.

**Antônio Ângelo Martins da Fonseca**  
Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia, doutor em Geografia Humana pela UFRJ.

**Rafael de Aguiar Arantes**  
Graduação e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA.

**Gustavo Casseb Pessoti**  
Economista pela UFBA, Mestre em  
Desenvolvimento Regional pelo PPDRU-  
UNIFACS.

**José Lázaro de Carvalho Santos**  
Urbanista pela Universidade do Estado da Bahia -  
UNEB, Mestre em Engenharia Ambiental Urbana  
pela UFBA, doutorando no Programa de Pós-  
graduação em Arquitetura e Urbanismo, -  
PPGAU/UFBA.

**Jamile de Almeida Brito**  
Engenheira Civil e mestranda em Engenharia Civil  
na UFBA.

**Carla Galvão Pereira**  
Graduação e doutorado em Ciências Sociais pela  
Universidade Federal da Bahia - UFBA.

**Matheus Silva Cabral**  
Estudante de Arquitetura e Urbanismo na UFBA,  
Bolsista de Iniciação Científica no LCAD.

Demais membros da equipe do projeto Salvador: visões de futuro.

Participaram da equipe em etapas e relatórios anteriores os seguintes profissionais:

**Inaiá Maria Moreira de Carvalho**  
Socióloga, Doutora em Sociologia, Coordenadora do  
núcleo Salvador do Observatório das Metrôpoles.

**Erika do Carmo Cerqueira**  
Geógrafa, doutora em Geografia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA.

**Danilo Antônio Viana Lima**  
Engenheiro Agrônomo  
Mestrado Profissional em Ecologia Aplicada a  
Gestão Ambiental pela Universidade Federal da Bahia.

Projeto Gráfico e Diagramação:

**Emanuel de Araújo Melo**

# Sumário

1. INTRODUÇÃO .....	7
2. CONCEITO DO PLANO .....	14
3. PRINCÍPIOS.....	15
3.1. Princípio Básico.....	15
3.2. Princípios Subsidiários .....	15
4. CENÁRIO DE REFERÊNCIA: SALVADOR MENOS DESIGUAL, INTEGRADA E SUSTENTÁVEL .....	18
5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	36
6. DIRETRIZES.....	41
7. AGENDAS .....	44
7.1. Metas.....	44
7.2. Planos, programas e projetos .....	44
8. ESTRATÉGIA GERAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO .....	146
8.1. Relação com outros planos .....	147
8.2. Estratégia de implementação .....	147
8.3. Monitoramento .....	148
8.4. Execução e Monitoramento .....	149
8.5. Avaliação e reformulação do plano .....	150
8.6. Publicidade, transparência, participação e controle social .....	150
8.7. Diretrizes para revisão .....	151
 ANEXO 1: CHECK LIST PARA AFERIÇÃO DA TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL .....	 152

## **Lista de Figuras**

<b>Figura 1 -</b> Esquema Geral de Gestão do Salvador 500 – Funções e Responsáveis.....	148
---	-----

## **Lista de Quadros**

<b>Quadro 1 -</b> Cenários de referência. ....	18
<b>Quadro 2 -</b> Objetivos, Metas, Ações e Indicadores .....	46
<b>Quadro 3 -</b> O Plano Salvador 500 e a relação com a Agenda 2030.....	106

# 1. INTRODUÇÃO

Salvador tem encontrado dificuldades para promover mudanças e inovações nos campos econômico, social, político, institucional e espacial capazes de alterar estruturas e processos. Os desafios para as cidades não são poucos e a desigualdade histórica continua a reproduzir-se nas cidades, ampliando as diferenças de renda, de acesso a serviços públicos, à terra urbanizada, à moradia, e à inclusão digital, portanto, não assegurando o direito à cidade à maioria de sua população.

As desigualdades nas cidades geram custos de ineficiência. Segregam e trazem riscos de privação a seus moradores pobres. Fomentam instabilidade política e econômica. Amortecem sentimentos de pertencimento. Desestruturam identidades. Degradam a diversidade. Desencorajam ações cidadãs. Reduzem investimentos. Diminuem o consumo e a demanda. Acirram os conflitos. Engessam a mobilidade social. Afetam a coesão social e a sustentabilidade do próprio crescimento. Geram externalidades negativas. Em Salvador as desigualdades são uma barreira ao seu desenvolvimento sustentável.

A natureza para os povos tradicionais, em particular, não é um mero elemento de contemplação, é parte constitutiva de suas identidades, de seus ritos e símbolos sagrados, de seus modos de vida. Uma sociedade que produz riscos e ameaças sobre as bases naturais da vida de seus povos, bem como promove divisões entre natureza, cultura e sociedade, estão fadadas a ficar para trás.

Reconhecida pelo rico patrimônio humano e cultural, aberta ao mar e ao mundo, Salvador busca escapar destes estigmas. Salvador é a Capital das múltiplas identidades, da diversidade, em um mundo em transformações.

As TICs e seus impactos sobre os modos de produzir apresentam duas principais trajetórias de sinais contrários. De um lado, favorecem a desconcentração do capital, a produção em pequenas células, coletivos ou mesmo indivíduos, como observa-se no notável exemplo na área da música, uma das riquezas culturais de nossa soterópolis. Os produtos dessas organizações mais enxutas, mais intensivos em tecnologias, em conhecimento e em culturas são valorizados por suas denominações de origem, pelos seus valores simbólicos e por seus graus de inovação e capacidades de resolver problemas de forma mais rápida e mais barata, despontando como importantes vetores de dinamização das economias contemporaneamente. Também a produção em setores tradicionais é reestruturada pela difusão das TICs. Disputando



preferências, necessidades e rendas com produtos tradicionais, que, crescentemente, perdem espaços em mercados afluentes, os produtos intensivos em conhecimento, tecnologias e culturas, assim como gradualmente também os tradicionais, trafegam por infraestruturas logísticas renovadas.

De outro lado, em sentido inverso ao anterior, as TICs favorecem, em grau nunca visto, a recentralização do capital disperso territorialmente em centros financeiros novos e antigos, redesenhando-se o mapa de países ricos, das desigualdades, da geopolítica e potencializando-se a importância da financeirização das economias e da riqueza. Aumentam ainda os riscos de maior concentração de poder de decisão principalmente nos Estados Unidos e na China e, em menor medida, na UE, onde se destaca a Alemanha; de ampliação do fosso entre países pobres e ricos, e entre ricos e pobres; e de maior fortalecimento das megacorporações, antigas e novas.

As TICs não modificam apenas os modos de produzir e de distribuir as riquezas e o capital entre nações. As TICs revolucionam também os modos de ensino-aprendizagem, de mobilidade e de acessibilidade, de segurança e ordem pública, enfim, são precursoras das cidades inteligentes. Nessas cidades, a infraestrutura de fibra ótica viabiliza o avanço da digitalização da prestação de serviços públicos em geral, e o monitoramento, avaliação e ajustes em tempo real da prestação desses serviços. Também repercutem positivamente sobre quem tem acesso garantido, mas representa um risco de aumentar a exclusão, o que se chama de exclusão digital. O risco de exclusão digital é magnificado em países menos desenvolvidos, como o Brasil.

A trajetória normal de desenvolvimento de países ricos e pobres é estruturalmente alterada com a decretação da pandemia da Covid-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em março de 2020. Desde então, o mundo assiste assombrado e perplexo o espalhamento do vírus, seus efeitos letais, social e individualmente assimétricos, e a suposta emergência da segunda onda da Covid 19 em países que já pareciam ter contido sua disseminação e começado a suspender as medidas de quarentena e de distanciamento social. Resultados de pesquisas tendem, por sua vez, a evidenciar que os efeitos da imunidade dos contaminados sobreviventes são diferenciados por grupos populacionais (idosos, jovens, carga viral, gravidade dos sintomas, etc) e, mais desalentador, de curta duração, o que indica, provavelmente, a necessidade de campanhas periódicas de vacinação contra a Covid 19.

Organismos multilaterais, Organizações Humanitárias supra nacionais, Governos e Sociedades mobilizam-se com vistas à minimização de riscos sociais, econômicos, culturais e ambientais associados à pandemia adotando as mais diversas estratégias. Enquanto inúmeros projetos de pesquisa de uma vacina em andamento não cheguem a resultados efetivos para produção e governos não equacionem os problemas de aquisição, de armazenamento, de distribuição e de imunização em massa das populações, a estratégia de enfrentamento mais efetiva continua sendo a de “isolamento social”, de uso de máscaras e de higienização de mãos pelas pessoas.

A pandemia tem impactado negativamente os desempenhos de economias de todos os países do mundo, atingindo de forma variada seus setores econômicos. Assim, às macrotendências globais anteriormente assinaladas, acresce-se perspectiva de decrescimento econômico global nos próximos anos como consequência da pandemia da Covid-19. Vive-se provavelmente um tempo tão carregado de ameaças e de oportunidades talvez nunca antes experimentado.

Novas condutas de agentes públicos, privados e multilaterais tornam a ecologia social e de projetos de desenvolvimento mais diversa, contudo. Crescem, ademais, riscos de maior isolamento de países e empresas cujas práticas não se alinhem à preservação ambiental, ao respeito a direitos de seus trabalhadores e à responsabilidade social. Projetos de desenvolvimento local e sustentável tornam-se mais centrais, assim como preocupações com a utilização de fontes de energias limpas, também. Essas novas oportunidades encontram-se pouco aproveitadas em Salvador.

Na Salvador-Metrópole, as normas da sociedade salarial realizam-se de forma incompleta, como demonstra o fato de perto de 50,0% de sua PEA, em 2019, corresponder a trabalhadores sem cobertura da seguridade social, isto é, a trabalhadores da economia de setores populares (vendedores de geladinho ou os membros de uma associação de fabricação de doces não alcançada por programas de economia solidária, por exemplo) e a desempregados, e prepondera a desatualização de tecnologias físicas e de conceitos de negócios em seu setor de serviços, responsável por mais de 85,0% do valor agregado total por todos os setores econômicos. Nessa Metrópole, as oportunidades e ameaças antes mencionadas repercutem fortemente e amplificam os desafios a enfrentar com vistas à reconversão e à atualização de sua economia com inclusão social e de forma sustentável.

As tendências ao envelhecimento da população, com perspectiva de redução da taxa de crescimento demográfico da Salvador-Metrópole, já na última década da metade deste século, assim como a relativa desmetropolização, pela diminuição do crescimento dos núcleos metropolitanos, pela migração para cidades médias e pelo aumento das migrações intrametropolitanas para subcentros metropolitanos, fortalecem-se.

A expansão metropolitana realiza-se por meio de dois movimentos de importância crescente: maior densidade das áreas centrais, com verticalização acentuada e expansão periurbana com baixas densidades; e conformação, nas próximas décadas, de uma cidade-região, englobando os subcentros metropolitanos do núcleo metropolitano e as centralidades dos municípios vizinhos cujas conexões ampliam-se por movimentos pendulares até Feira de Santana. Essas tendências são reforçadas pelo aumento das conexões por redes digitais, com ênfase nas comunicações móveis, com o teletrabalho, com as tendências migratórias antes mencionadas. No âmbito intraurbano, verifica-se o adensamento nos territórios populares e em alguns bairros ocupados por populações de média e alta renda, como Barra, Pituba, Pituaçu e Patamares, dentre outros, a ocupação de áreas no entorno dos reservatórios do Ipitanga e a degradação do patrimônio construído e grandes perdas de imóveis tombados.

A demanda por transporte coletivo e ao uso de carro individual tende a diminuir à medida em que: o teletrabalho amplia-se e difunde-se pelos mais diversos setores da economia; ocorre uma maior valorização das possibilidades de moradia próximas aos locais de trabalho, dispensando inclusive a necessidade de locomoção por meios não ativos; cresce a utilização dos serviços de transporte e delivery por aplicativos; cresce a infraestrutura de modalidades ativas de deslocamento; escasseiam e encarecem-se os financiamentos de carros; e aumenta a consciência ecológica. Tudo isso torna mais evidente a necessidade de planejamento e gestão dos sistemas de transporte coletivo metropolitanos articulados a políticas regionais de uso e de ocupação do solo.

O aumento da pressão sobre recursos hídricos é uma tendência que parece irreversível, assim como das ocorrências de eventos meteorológicos extremos e de emergência climática, trazendo para a esfera local repercussões de fenômenos com causas globais como o aquecimento, a acidificação e a elevação do nível dos oceanos. Também se mantém em perspectiva a diminuição das áreas verdes com a expansão periurbana sobre as áreas ainda não urbanizadas da macrometrópole. De outra parte, se observam tendências opostas, a saber: consciência da necessidade de desenvolvimento sustentável e circular em contraponto ao modelo econômico atual; ampliação do debate sobre questões ambientais a partir da

compreensão das repercussões globais de ações locais e vice-versa; percepção da imprescindibilidade do investimento contínuo da sociedade na superação das situações de precariedade urbanística, da moradia e do trabalho, e da extensão dos benefícios da urbanização a todos os territórios e grupos sociais.

O ambiente político institucional em Salvador reflete, por sua vez, competição entre o poder estadual e municipal, e ainda intermunicipal, o que dificulta possibilidades de cooperação política interinstitucional e encaminhamento de ações integradas que potencializam externalidades positivas. Por outro lado, a experiência da pandemia torna mais evidente ainda a necessidade de ações articuladas entre diferentes níveis de governo e órgãos setoriais para aumentar a efetividade das respostas governamentais ao enfrentamento de problemas sociais. Emergências ambientais e de saúde, como os casos do “derrame de óleo” na costa brasileira, no segundo semestre de 2019, e a crise climática, pelo aumento da temperatura global, e o paralelo aumento de eventos meteorológicos extremos, e a pandemia da Covid 19, em 2020, demandam a atuação cooperativa entre diferentes instâncias de governo, assim como o avanço da urbanização sobre todos os espaços e a consolidação de novas formas urbanas - cidade-região, concentrações urbanas, arranjos populacionais. No caso de Salvador, os governos municipal e estadual atuam de forma convergente e cooperativa no enfrentamento da crise da Covid 19. Essa é uma boa prática que, espera-se, deixe legados para transformar a governança competitiva em governança cooperativa agora e no futuro da cidade.

A beleza de Salvador exuberava de sua Baía de Todos os Santos, de suas praias de sua Orla Atlântica, de seu rico patrimônio histórico e cultural, do peculiar desenho de suas ruas e ruelas em bairros antigos e periféricos. Pulsa no sorriso sempre acolhedor de suas gentes, em suas labutas cotidianas e momentos de lazer. Alimenta-se por diferentes expressões de afetividade, de pertencimento, de usos e ocupações do solo, de costumes, de religiosidades, de musicalidade, de gingados de capoeira e de batuques. Esta cidade de beleza inspiradora é de todos os seus moradores. A cidade deve preparar-se para cumprir o desígnio de compartilhar de forma generosa e equânime suas riquezas e belezas, tornando-se menos desigual, mais integrada e mais sustentável, abrindo-se, acolhendo e fomentando diferentes projetos de futuro de suas gentes.

Os trabalhadores da economia de setores populares e desempregados são pontos focais em um projeto de Salvador menos desigual, mais integrada e mais sustentável. Perspectivas alinhadas a suas demandas sociais, de trabalho e de renda podem ser encontradas em princípios e lógicas da economia circular.

Ainda pouco importantes na geração de seu PIB, Salvador já possui, também, embriões da sociedade do conhecimento, formados, por exemplo, pela concentração em seu território de muitas universidades, públicas e privadas, e de segmentos especializados em prestação de serviços de saúde de alta complexidade. As redes da ECC, ainda que rarefeitas, as atividades de turismo e de logísticas constituem outros veios promissores para se pensar a economia da cidade como intensiva em conhecimento e tecnologias tangíveis e intangíveis.

Os serviços básicos providos pelos ou de concessão dos entes de governo conformam novos vetores para requalificação da economia da cidade, a exemplo de: recuperação do ambiente e da requalificação dos amplos trechos da cidade onde prevalecem habitações precárias, inadequadas e sem infraestrutura de saneamento básico e de lazer; provisão e integração de transportes urbanos nas mais diversas modalidades; investimentos em infraestrutura produtiva, de mobilidade (ativa e passiva) e de acessibilidade e equipamentos de educação, saúde e cultura. Além desses exemplos que se ligam mais diretamente à capacidade do governo municipal articular recursos e parcerias, há ainda oportunidades de dinamização da economia da cidade pelo reenquadramento da gestão de contratos de concessão de serviços públicos como transporte coletivo, água e saneamento, telecomunicação e energia. A gestão dos contratos de concessão de serviços públicos é desafiada a manter o equilíbrio entre a lógica privada (preços econômicos) e a lógica pública (preços públicos).

Tendo em vista os pontos fortes e fracos da cidade e as ameaças e oportunidades do ambiente, o Plano Salvador 500 ambiciona tornar a cidade do Salvador menos desigual, mais integrada, e social, econômica, cultural, ambiental e institucionalmente sustentável, em 2049. Esta Agenda do Plano, terceiro Caderno do Salvador 500, alimenta-se de informações contidas no Caderno da Salvador-Metrópole, denominado Sociedade, Economia e Território, e no Caderno Cenários, completando a série de documentos Cadernos do Plano Salvador 500. Também reflete resultados coletados na reunião do 10/09/2020 (GAPLAN), de discussão dos cenários prospectivos, e em consulta pública, que se estendeu do dia 13/09 ao dia 13/10/2020, ambas realizadas virtualmente, em função da regras de isolamento social vigentes na cidade.

O Plano Salvador 500 é de longo prazo e interdisciplinar. Entende-se que a integração entre as diferentes áreas de intervenção do governo municipal promove efeito sinérgico sobre os resultados para a população. Salvador há muito tempo ressenete-se de uma plano dessa natureza. É de fato desafiador colocar em diálogo áreas de atuação com culturas de trabalho diferentes. Também, um plano dessa natureza demanda para sua elaboração, monitoramento e avaliação de sistema complexos de informações, que não estão disponíveis,

seja pela ausência de cultura de dados abertos, seja porque os sistemas nacionais de informação raramente chegam em nível do município – com a honrosa exceção do sistema de saúde, cujos técnicos da PMS demonstram muita competência em sua utilização para planejar e monitorar ações no municípios – seja ainda porque as informações de muitos desses sistemas, a exemplo do sistema de contas nacionais, são divulgadas com relativa defasagem no tempo e também porque dúvidas sobre a realização do censo de 2020 permanecem no horizonte. Outro fator de dificuldade em relação às informações necessárias para balizar um plano dessa natureza é a deflagração da pandemia, que não só cria novas dificuldades para as realizações das pesquisas do IBGE mas ainda torna obsoletos dados de antes da pandemia, em função de sua natureza de evento estruturante de nova ordem socioeconômica. Em razão do exposto, não é possível apresentar, em forma final, o sistema de monitoramento e de avaliação do Plano Salvador 500, que consta, em sua forma preliminar, da segunda parte desta Agenda. Esse Plano, assim como todo o conteúdo da primeira parte deste Caderno Agenda, devem ser discutidos e legitimados técnico e politicamente pela próxima gestão municipal, pelo GAPLAN e por consulta pública.

Também o modelo de gestão de um plano com tal complexidade é fator-chave de sua viabilidade. Uma proposta de modelo de gestão encontra-se nesta Agenda para ser discutida, ajustada e legitimada pelo poder municipal e por organizações da sociedade civil. A Agenda do Plano Salvador 500 divide-se em duas partes. Na primeira parte, encontram-se os princípios, os objetivos estratégicos, as diretrizes, os cenários por área, resultados (metas) e linha de base (valor do indicador no ano base), assim como o quadro de projetos que, quando efetivados, tendem a contribuir para os resultados almejados. Sobre essas informações adianta-se que não há uma correspondência direta entre resultados (metas) e projetos a serem efetivados, registrados no Quadro Agenda do Plano. Essa falta de correspondência direta não ocorre por incompletude de informações nem de competências articuladas em torno da elaboração do plano. Há resultados desejados para 2030 e 2049, que se vinculam a diferentes projetos, que são mensurados por indicadores analíticos, mas de natureza macro. Por exemplo, no quadro cenários constam metas relativas ao PIB e ao PIB per capita da cidade, de nível macro, que não só dependem de projetos setoriais e temáticos na área de economia, trabalho e renda do quadro Agenda do Plano, mas também dependem, em grande medida, da efetivação dos investimentos públicos que viabilizam muitos projetos da mesma Agenda nas áreas de educação, saúde, infraestrutura básica, urbanização etc. Ainda na parte I encontram-se indicações sobre a estratégia geral de implementação do plano, a execução, o monitoramento, a avaliação e reformulação do Plano, a publicidade, transparência, participação e controle social e as diretrizes para revisão.



Na segunda parte, encontra-se a proposta de monitoramento, acompanhamento e avaliação de resultados, de impactos e de processos do Plano. Quanto à essa proposta, duas questões merecem registro. A primeira é que o Caderno do Plano apresenta seis princípios, um principal – “Cidade menos desigual” – e mais cinco subsidiários – “Sustentabilidade e Resiliência”, “Desenvolvimento econômico inclusivo”, “Gestão integrada, cooperada e participativa”, “Valorização e fortalecimento da cultura” e “Conexão, legibilidade e vida Local” –, enquanto na proposta de sistema de monitoramento e avaliação são quatro, não constando os princípios “Gestão integrada, cooperada e participativa”, “Valorização e Fortalecimento da Cultura”, que surgem por desagregação de dimensões de princípios ou por inclusão de novas dimensões, e apresentando o princípio “Conexão, legibilidade e vida local” de forma reestruturada. A segunda questão é que os objetivos estratégicos da Agenda também são reestruturados. Como esses princípios e objetivos são as bases para a proposição de indicadores sínteses (índices), que permitem que a população da cidade, seus gestores e organizações da sociedade civil acompanhem os impactos do plano, a proposta da Agenda do Plano só apresenta quatro indicadores sínteses, ficando a proposição dos indicadores de impacto relacionados aos novos princípios incluídos para sua fase de discussão e de legitimação.

## 2. CONCEITO DO PLANO

O Plano Salvador 500 se configura como um plano de ação, orientado para a redução das desigualdades econômicas e socioespaciais, consubstanciado por proposições estruturantes e de reparação histórica para com a população negra, capazes de romper, no longo prazo, com as lógicas mantenedoras e reprodutoras dessas assimetrias, na perspectiva da garantia do direito à cidade e da sustentabilidade no desenvolvimento urbano. Com esse direcionamento o plano concebe uma cidade com economia e ambiente urbano estruturados e integrados, que abra oportunidades de vida digna a todos os seus moradores, espaços públicos acessíveis e que favoreçam o encontro e a expressão cultural e política da sua população. Orienta proposições no curto, médio e longo prazo para que a população de Salvador possa celebrar seus 500 anos de história em uma cidade menos desigual, mais integrada e sustentável.

## 3. PRINCÍPIOS

### 3.1. Princípio Básico

#### I. Cidade menos desigual

- Exercício pleno do direito à cidade: busca da equidade territorial mediante a superação da segregação socioespacial e fragmentação da cidade, entendendo que a redução de desigualdades deve compreender as suas dimensões sociais, econômicas, territoriais e culturais, a justa distribuição da oferta urbana de serviços, equipamentos e de infraestrutura quantitativamente suficiente e de boa qualidade, e o usufruto do ambiente da cidade e do espaço metropolitano por todos os segmentos sociais;
- Diminuição das desigualdades sociais: estreitamento das distâncias sociais que se expressam nas dimensões de renda, de ocupação, de acesso à instrução, à saúde e ao espaço da cidade, por meio da elevação dos estratos que ocupam os setores mais baixos na hierarquia social e reparação histórica à população negra, no respeito e valorização da sua cultura, ampliação das oportunidades de trabalho e renda e dos investimentos nos territórios populares. Deve ser considerada, ainda, a redução de assimetrias socioeconômicas relacionadas ao gênero, à orientação sexual, idade, cultura e religião, assim como ao território.

### 3.2. Princípios Subsidiários

#### II. Sustentabilidade e Resiliência

**Sustentabilidade:** entendida como um conceito abrangente que se relaciona com os outros princípios na segmentação de suas dimensões: sociais e culturais, ambientais e ecológicas, espaciais e territoriais, e desenvolvimento econômico;

**Resiliência:** associado à perspectiva de manutenção dos sistemas e à reversibilidade dos impactos sobre o ambiente da cidade.

### III. Desenvolvimento econômico inclusivo

**Economia urbana e metropolitana:** Foca o desenvolvimento da metrópole em setores estratégicos como: economia dos setores populares, economia da saúde e da educação, economia da cultura e criativa, atividades de turismo, logística, concessão de serviços públicos e construção civil. Investimentos em nova infraestrutura e o melhor aproveitamento da pré-existente são fundamentais. Inclui novas regulamentações e a criação de novos entes de gestão, que permitam monitorar grandes ou novos projetos, de modo a evitar consequências indesejáveis na cidade, e a formulação de planos que articulem os projetos, conciliando oportunidades econômicas, a qualidade do ambiente urbano e preservando os territórios populares de processos despossessórios e de gentrificação, com previsão de mediações por instâncias supramunicipais nos casos de projetos de abrangência regional.

**Inserção regional, nacional e global:** Salvador deve desempenhar seu papel de liderança na dinâmica econômica metropolitana compatível com a sua dimensão enquanto pólo metropolitano regional, incluindo o incentivo e a coordenação do desenvolvimento das atividades quaternárias da economia metropolitana (tecnologia, inovação, conhecimento, comunicação e criação) e tornando-se protagonista em redes globais;

**Participação social e econômica:** Salvador deve tornar mais acessível para todos os cidadãos, independente de necessidades especiais e da condição de raça, gênero, idade e orientação sexual, a aquisição de instrução, conhecimento e habilidades para participar plenamente da vida e economia da cidade e da oferta de oportunidades. Deve incluir a promoção do trabalho digno e decente, com valorização, apoio e fortalecimento da economia dos setores populares.

### IV. Gestão integrada, cooperada e participativa

**Gestão intersetorial,** integrada e cooperada no âmbito do Município e gestão interfederativa, baseada na cooperação, complementaridade e integração das ações com assunção da liderança de Salvador, como pólo metropolitano, nas políticas que configurem o interesse comum;

**Participação social:** participação do cidadão e dos diversos segmentos e grupos sociais nas decisões sobre a cidade e prioridades de investimentos, aqui considerada como a abertura de canais comunicação e interação entre os coletivos sociais com o Estado e suas instâncias de

gestão, como direito de cidadania, com vistas à superação das desigualdades e da exclusão social;

**Transparência e controle social:** produção, transparência e publicidade das informações sobre o Município, especialmente acerca das políticas públicas e seus impactos e sobre a gestão pública em seus diversos níveis e áreas de competência.

## V. Conexão, Legibilidade e Vida Local

**Vida local:** criação das condições para que as pessoas possam resolver suas necessidades cotidianas sem longas viagens, com uma caminhada de até 20 minutos, por bicicleta, ou transporte público local. A premissa é um uso do solo urbano misto, oferta de moradias perto da oferta de empregos, redes de centralidades conectadas, bairros seguros, infraestruturados e caminháveis.

**Legibilidade:** existência de pontos de parada nas escalas macro (cidade e RMS) e micro (bairros e comunidades) que proporcionem maior legibilidade da cidade, a contemplação das paisagens, o descanso e o encontro entre pessoas e grupos sociais diversos. Inscreve a ideia de uma cidade que permita a criação de lugares de referência e de estar, em contraponto ao fluxo contínuo que dificulta a apreensão da paisagem e construir imagens da cidade.

**Cidade conectada:** a conexão de toda a metrópole e seu entorno regional por meio de redes físicas, incluindo a rede de mobilidade de alta capacidade, e de redes digitais - dados e telecomunicações - fundamental para a inovação e desenvolvimento de setores como serviços administrativos e de gestão, saúde, educação, cultura e turismo;

**Territórios consolidados:** integração das políticas públicas nos territórios, incorporando práticas e ações aderentes aos modos de vida e cotidiano das populações.

## VI. Valorização e Fortalecimento da Cultura

**Valorização da cultura:** cultura enquanto fonte de identidades, de pluralidade de formações, de expressões e produções culturais, de diversidade e de democracia étnico-racial. Respeito aos modos de vida e organização próprios dos territórios populares. Cultura da paz;

**Patrimônio cultural:** valorização do patrimônio cultural tangível e intangível, fonte de singularidade e construção de identidades.

## 4. CENÁRIO DE REFERÊNCIA: SALVADOR MENOS DESIGUAL, INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

**Quadro 1** - Cenários de referência.

### ECONOMIA, TRABALHO, RENDA E TECNOLOGIA

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Economia de setores populares alinhada às expectativas sociais, culturais, de ocupação e de renda de seus trabalhadores, ampara em princípios e lógicas da economia circular e solidária;</li> <li>▪ Acesso dos trabalhadores da economia dos setores populares a condições de saúde e segurança no trabalho, à informação, ao financiamento e à capacitação;</li> <li>▪ Aparato político-institucional da economia de setores populares com capacidade de fomento e de articulação de planos, programas e ações das áreas de educação e formação para o trabalho, saúde, habitação e planejamento e ocupação do espaço público;</li> <li>▪ Gestão participativa territorializada das atividades da economia popular;</li> <li>▪ Turismo e ECC reestruturadas com potência para promover a produção cultural local e inserir população mais bem qualificada, efeito do salto qualitativo na educação;</li> <li>▪ Projetos de desenvolvimento de atividades de turismo articulados por princípios de valorização e de preservação da cultura local;</li> <li>▪ Fomento ao desenvolvimento de rotas de turismo da fé e de turismo de raízes;</li> <li>▪ Uso econômico sustentável dos oceanos, mares, BTS, praias e dos recursos marinhos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Crescimento real acumulado de 25,8% entre 2018 e 2030;</li> <li>▪ Crescimento real acumulado de 43,2% entre 2030 e 2049;</li> <li>▪ Valor do PIB em 2030: R\$ 86.309.242.064,52;</li> <li>▪ Valor do PIB em 2049: R\$ 123.594.834.636,39;</li> <li>▪ PIB per capita 2030: 29.036,15;</li> <li>▪ PIB per capita 2040: 43.180,83</li> <li>▪ Participação dos setores estratégicos no PiB de 2030: Alojamento, Alimentação e Atividades Correlatas do Turismo (9,0%); Entretenimento e artes (4,7%); Saúde Mercantil (4,6%); Serviços de Tecnologia da Informação (inclui telecomunicações) (4,2%); Logística e Armazenagem Industrial (3,1%); Serviços de Tecnologia da Informação (4,2%); Educação mercantil (3,2%);</li> <li>▪ Participação dos setores estratégicos em 2049: Alojamento, Alimentação e Atividades Correlatas do Turismo (11,1%); Entretenimento e artes (4,7%); saúde mercantil (5,2%); Serviços de Tecnologia da Informação (inclui telecomunicações) (5,5%); Logística e Armazenagem Industrial (4,2%); Serviços de Tecnologia da Informação (inclui telecomunicação (5,5%); Educação Mercantil (2,9%).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PIB Salvador (2018): R\$ 68.608.300.528,23</li> <li>▪ Taxa média de crescimento do PIB (2010/2018) 1,06%;</li> <li>▪ PIB per capita: R\$ R\$ 24.011,34</li> <li>▪ Estrutura setorial do PIB (2018);</li> <li>▪ Administração Pública (inclui educação e saúde pública): 15,0%;</li> <li>▪ Atividades Imobiliárias: 13,8%;</li> <li>▪ Comércio Varejista, Manutenção e Reparação de Veículos Automotores e Motos: 10,4%;</li> <li>▪ Construção Civil Privada: 8,3%;</li> <li>▪ Intermediação Financeira: 7,7%;</li> <li>▪ Comércio Atacadista: 6,9%;</li> <li>▪ Alojamento, Alimentação e Atividades Correlatas do Turismo: 5,9%;</li> <li>▪ Atividades Profissionais, Técnico-Científicas e Administrativas: 5,7%;</li> <li>▪ Educação Mercantil: 4,1%;</li> <li>▪ Obras Públicas, Pavimentações e Serviços Urbanísticos: 3,6%;</li> <li>▪ Entretenimento, Esportes, Recreação, Artes e Serviços culturais: 3,7%</li> <li>▪ Saúde Mercantil: 3,4%;</li> </ul>

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fomento à inserção de pequenos negócios locais nas cadeias de produção de atividades de turismo e da ECC;</li> <li>▪ Promoção de maior densificação das redes de ECC e de de suas articulações com redes nacionais e globais;</li> <li>▪ Incentivo às redes de ECC por território da cidade, sobretudo suas articulações, trabalhos colaborativos, trocas e saberes e compartilhamento de infra-estruturas;</li> <li>▪ Promoção continuada das capacitações dos trabalhadores da ECC e do turismo em empreendedorismo, construção e manutenção de redes, competências específicas a cada área e TICs.</li> <li>▪ Promoção continuada das capacitações dos povos de santo em plano de salvaguarda e em atividades econômicas que incorporem seus saberes ancestrais e conforme suas diretrizes;</li> <li>▪ Adoção de estratégias da economia ecológica e valoração dos recursos ambientais entrando na ponderação das avaliações de custo x benefícios;</li> <li>▪ Projetos de desenvolvimento da economia da saúde, da educação, logística e comércio varejista implementados com a criação de mais postos formais de trabalho, cobertura do sistema de seguridade social e melhores remunerações;</li> <li>▪ Setor da construção civil e atividades imobiliárias, incorporando crescentemente boas práticas construtivas ecologicamente atualizadas e, também, em relação a seus trabalhadores;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Melhor posicionamento do PIB da cidade em relação a outras capitais do Brasil : Salvador situa-se entre os 4 maiores PIBs de capitais brasileiras;</li> <li>▪ Crescimento da oferta de trabalho digno e de salários justos aumentando: em 20% a mão de obra ocupada em 2018, em 2030, em 50% a mão de obra ocupada em 2049;</li> <li>▪ 350.000 trabalhadores da economia dos setores populares apoiados até 2049;</li> <li>▪ 85% da população ocupada na economia formal e na economia dos setores populares coberta por sistema de seguridade social;</li> <li>▪ Todos os trabalhadores com pelo menos segundo grau completo;</li> <li>▪ Rendimento médio real dos ocupados em 2030: 2SM;</li> <li>▪ Rendimento médio dos ocupados em 2049: 3,5 SM;</li> <li>▪ Rendimento médio dos 10% mais pobres em 2049: 1,5 SM;</li> <li>▪ Rendimento médio dos 10% mais pobre em 2049: 2,5 SM;</li> <li>▪ Rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal dos 10% mais pobres em 2039: 1SM;</li> <li>▪ Rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal dos 10% mais pobres em 2049: 2SM;</li> <li>▪ Rendimento Médio Real dos assalariados no trabalho principal dos 10% Mais Pobres em 2030: 2SM;</li> <li>▪ Rendimento Médio Real dos assalariados no trabalho principal dos 10% Mais Pobres em 2049: 4 SM;</li> <li>▪ Redução da taxa de desemprego total em 2030 a 8% da PEA;</li> <li>▪ Redução da taxa de desemprego total em 2049 a 5% da PEA;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Serviços de Tecnologia da Informação (inclui telecomunicações: 3,0%;</li> <li>▪ Transportes e Correios: 2,9%;</li> <li>▪ Energia Elétrica e Saneamento Básico: 2,3%;</li> <li>▪ Indústria de Transformação e Extrativa Mineral: 1,9%;</li> <li>▪ Logística e Armazenagem Industrial: (1,3%);</li> <li>▪ Agropecuária: 0,1%.</li> <li>▪ Mão de obra ocupada: 1.228.000</li> <li>▪ Mão de obra ocupada no setor de serviços: 820.000</li> <li>▪ Mão de obra ocupada no setor de comércio: 236.000</li> <li>▪ Mão de obra ocupada na indústria de transformação: 76.000</li> <li>▪ Mão de obra empregada na construção civil: 76.000</li> <li>▪ Mão de obra ocupada assalariada:783.000</li> <li>▪ Mão de obra ocupada assalariada no setor privado: 675.000</li> <li>▪ Mão de obra ocupada assalariada no setor privado com carteira assinada: 588.000;</li> <li>▪ Mão de obra ocupada assalariada no setor privado sem carteira assinada: 87.000</li> <li>▪ Mão de obra ocupada no setor público: 107.000</li> <li>▪ Mão de obra ocupada autônomo: 251.000</li> <li>▪ Mão de obra ocupada como trabalhador doméstico: 104.0000</li> <li>▪ Mão de obra ocupada por sexo: 53,1% homens; 46,9% mulheres;</li> <li>▪ Mão de obra ocupada por escolaridade: 13,6% Mão de obra ocupada; 13,5% 1º Grau Completo/2º Incompleto;</li> </ul>



Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Práticas de responsabilidade social e aproximação entre empresas e suas comunidades do entorno;</li> <li>▪ Articulação de rede de organismos e parcerias Público-privada, nacionais e internacionais, para prospecção tecnológica;</li> <li>▪ Eliminação das situações objetivas e subjetivas que mantêm a necessidade de pessoas morarem nas ruas;</li> <li>▪ Aparato institucional voltado a lidar com as problemáticas das populações em situação de rua, sempre com a participação de organizações da sociedade civil, fortalecido;</li> <li>▪ Instituição, manutenção e revisão de sistemas de indicadores específicos a esta área, próprio ou por articulação com universidades, centros de pesquisa, IBGE, DIEESE, PED, e outras instituições afins, assegurando a comparabilidade entre os dados das diferentes áreas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 50 maiores empresas de Salvador com acordo de práticas de responsabilidade social firmado com a PMS;</li> <li>▪ Postos de comando ocupados por soteropolitanos quintuplicado em relação a 2018, em 2049;</li> <li>▪ Maior utilização na matriz produtiva de tecnologias limpas, de insumos reciclados e energias limpas e renováveis;</li> <li>▪ Eliminação das disparidades salariais por gênero e raça até 2049;</li> <li>▪ Movimentação de passageiros por via aérea em 2030: 1,5 a de 2018;</li> <li>▪ Movimentação de passageiros por via aérea em 2049: 2,5 a de 2018;</li> <li>▪ 100% da cidade coberta por infovia em 2030;</li> <li>▪ Ampliação da escala e manter a reserva de cotas em órgãos e empresas municipais para os moradores de rua;</li> <li>▪ Acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua, a partir do entrecruzamento de outras políticas e marcos legais em conformidade com a heterogeneidade dos indivíduos que compõem esta população (PNISPSR).</li> <li>▪ O IDHM Salvador e de todos os seus bairros situa-se em 2030 na faixa de alto desenvolvimento ou acima;</li> <li>▪ O IDHM de Salvador e de todos os seus bairros situa-se na faixa de muito alto desenvolvimento, em 2049</li> </ul>	<p>52,2% 2º Grau Completo/3º Incompleto; 19,8%</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Rendimento Médio Real dos ocupados: R\$ 1.701,00</li> <li>▪ Rendimento real máximo e mínimo dos ocupados no trabalho principal: 10% Mais Pobres Ganham Até R\$ 515,00; 10% Mais Ricos Ganham Acima de R\$ 3.923,00;</li> <li>▪ Rendimento real máximo e mínimo dos assalariados no trabalho principal: 10% Mais Pobres Ganham Até R\$ 976,00; 10% Mais Ricos Ganham Acima de R\$ 3.069,00;</li> <li>▪ Rendimento Médio Real dos ocupados no trabalho principal: 10% Mais Pobres R\$ 365,00; 10% Mais Ricos R\$ 6.022,00;</li> <li>▪ Rendimento Médio Real dos assalariados no trabalho principal: 10% Mais Pobres R\$ 617,00; 10% Mais Ricos R\$ 4.677,00;</li> <li>▪ Taxa de desemprego total: 24,5%</li> <li>▪ Taxa de desemprego aberto: 16,1%</li> <li>▪ Taxa de desemprego oculto: 8,4%</li> <li>▪ Taxa desemprego homens: 22,3%</li> <li>▪ Taxa desemprego mulheres: 26,7%</li> <li>▪ Faixa etária com maior taxa de desemprego: 16 a 24 anos (50,1%); 25 a 39 anos (24,6%);</li> <li>▪ Valor Orçado para Inovação e Capacitação tecnológica (2020): R\$ 120.304.902-00</li> <li>▪ 50 maiores empresas em operação em Salvador: ver anexo A;</li> <li>▪ Movimentação de passageiros por via aérea no aeroporto: 8.017.778 passageiros, sendo 7.631.368 domésticos e 386.410 internacionais;</li> </ul>

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Movimentação de aeronaves: 81.470, sendo 79.019 domésticos e 2.451 internacionais;</li> <li>▪ ISS total: R\$1.043.657.441,15;</li> <li>▪ % estimada do ISS sobre as receitas tributárias: 41, 1%;</li> <li>▪ % estimada de ISS das atividades maiores contribuintes de ISS (Intermediação Financeira, Saúde mercantil, Educação Mercantil, Transportes e Correios): 63%;</li> <li>▪ % estimado ISS sobre as receitas correntes: 17.9%;</li> <li>▪ Dados abertos relativos à economia: 0,0%.</li> </ul>

## SAÚDE

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Formulação e implementação de planos de ação intersetoriais com vistas à ampliação, fortalecimento e articulação de políticas e programas setoriais que atuam nos determinantes sociais de saúde.</li> <li>▪ Promoção da integralidade e da universalidade da atenção à saúde por meio da configuração de redes de atenção à saúde organizadas regionalmente, em consonância com a situação de saúde.</li> <li>▪ Redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de proteção, promoção, prevenção e vigilância em saúde.</li> <li>▪ Regionalização do sistema municipal de saúde, estruturando a rede e o fluxo da atenção básica e os demais pontos de atenção à saúde, tendo a atenção básica como a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 70% em 2030 e 95% em 2049 dos beneficiários do Programa Bolsa Família (BPF) acompanhados com perfil saúde nas condicionalidades de saúde</li> <li>▪ Percentual de adultos (<math>\geq 18</math> anos) que praticam atividades físicas no tempo livre equivalentes a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana em 50% em 2030 e em 70% em 2049</li> <li>▪ Percentual de adultos (<math>\geq 18</math> anos) fumantes: 3% em 2030 e 2% em 2049</li> <li>▪ Percentual de adultos (<math>\geq 18</math> anos) com obesidade (<math>IMC \geq 30</math> kg/m<sup>2</sup>): 17% em 2030 e 15% em 2049</li> <li>▪ Percentual de indivíduos que consomem frutas e hortaliças em cinco ou mais dias da semana no conjunto da população adulta (<math>\geq 18</math> anos): 35% em 2030 e 50% em 2049</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 61,4% dos beneficiários do Programa Bolsa Família (BPF) acompanhados com perfil saúde nas condicionalidades de saúde</li> <li>▪ 42% adultos (<math>\geq 18</math> anos) que praticam atividades físicas no tempo livre equivalentes a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana</li> <li>▪ Percentual de adultos (<math>\geq 18</math> anos) fumantes: 4,1%</li> <li>▪ Percentual de adultos (<math>\geq 18</math> anos) com obesidade (<math>IMC \geq 30</math> kg/m<sup>2</sup>): 18,6</li> <li>▪ Percentual de indivíduos que consomem frutas e hortaliças em cinco ou mais dias da semana no conjunto da população adulta (<math>\geq 18</math> anos): 27,2%</li> <li>▪ Percentual* de adultos (<math>\geq 18</math> anos) que, nos últimos 30 dias, consomem quatro ou</li> </ul>

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
<p>ordenadora da rede de atenção à saúde.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolvimento de estratégias de comunicação social para difusão de informações sobre determinantes sociais de saúde com o objetivo de ampliar a consciência sócio-sanitária da população do município.</li> <li>▪ Reorganização dos processos de gestão da saúde no município de Salvador, através de novas estratégias de planejamento, monitoramento e avaliação para subsidiar a tomada de decisão.</li> <li>▪ Implantação da Escola Municipal de Saúde Pública com vistas à formação e a educação permanente de profissionais e gestores públicos em saúde, consolidação das redes de cooperação que ampliam a capacidade e a qualidade de governo e fomento a pesquisa estratégica e a articulação dessa com os serviços de saúde.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Percentual de adultos (<math>\geq 18</math> anos) que, nos últimos 30 dias, consomem quatro ou mais doses (mulher) ou cinco ou mais doses (homem) de bebida alcoólica em uma mesma ocasião: 20% em 2030 e 10% em 2049</li> <li>▪ Taxa de internações por condições sensíveis à Atenção Básica: 25 em 2030 e 20 em 2049</li> <li>▪ Taxa de cobertura da atenção básica em 2030 de 70% e de 90% em 2049;</li> <li>▪ Taxa de cobertura da estratégia de saúde na família (SF) em 2030 de 60% e de 75% em 2049;</li> <li>▪ 202 unidades de saúde da família (USF) em 2030 e 244 USF em 2049, com distribuição territorial planejada e priorizando as ZEIS;</li> <li>▪ Taxas de cobertura de campanhas vacinais: 95% (BCG); 95% (DTP); 95% (SRC); 95% (Pentavalente); 95% (Influenza) em 2030 e 2049;</li> <li>▪ Taxa de mortalidade infantil: 10,0 óbitos por 1.000 nascidos vivos em 2030 e 8,0 óbitos por 1.000 nascidos vivos em 2049</li> <li>▪ Taxa de mortalidade neonatal: 9,0 óbitos por mil nascidos vivos em 2030 e 7,0 óbitos em 2049;</li> <li>▪ Taxa de Mortalidade em menores de 5 anos: 12 por mil nascidos vivos em 2030 e 10 mil nascidos vivos em 2049</li> <li>▪ Razão de mortalidade materna (nº óbitos de mulheres residentes por causas e condições consideradas de morte materna/número de nascidos vivos) * 100.000: 50 em 2030 e 40 em 2049</li> <li>▪ Taxa de detecção de sífilis congênita menor igual a 20/1000 NV Sífilis Congênita: 15/1000 NV em 2030 e 10/1000 NV 2049;</li> <li>▪ 80% de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes em 2030 e 95% em 2049</li> </ul>	<p>mais doses (mulher) ou cinco ou mais doses (homem) de bebida alcoólica em uma mesma ocasião: 23,5</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Taxa de internações por condições sensíveis à Atenção Básica: número de internações por causas sensíveis selecionadas à Atenção Básica, em determinado local e período/Total de internações clínicas, em determinado local e período *100: 26,2</li> <li>▪ Taxa de cobertura da atenção básica: 46,0%</li> <li>▪ Taxa de cobertura da estratégia de saúde na família: 33,3%</li> <li>▪ Unidades de atendimento: 142 unidades de saúde, sendo 47 básicas e 95 Saúde da Família;</li> <li>▪ Taxas de cobertura de campanhas vacinais: 80,4 (BCG); 72,3 (DTP); 72,3 (SRC); 77,0 (Pentavalente); 20,9 (Influenza);</li> <li>▪ Taxa de mortalidade infantil (Número de óbitos de residentes com menos de 1 ano de idade / número de nascidos vivos de mães residentes) * 1.000: 15,74 por mil nascidos vivos</li> <li>▪ Taxa de mortalidade neonatal: 11,41 por mil nascidos vivos</li> <li>▪ Taxa de mortalidade em menores de 5 anos: 17,24 por mil nascidos vivos.</li> <li>▪ Razão de mortalidade materna (nº óbitos de mulheres residentes por causas e condições consideradas de morte materna /número de nascidos vivos) * 100.000: 58,9</li> </ul>

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos de cortes: 77%</li> <li>▪ Incidência de tuberculose (/100.000 hab.): 50 em 2030 e 30 em 2049</li> <li>▪ Incidência casos de hepatites (/100.000 hab): 0,15 e 0,05 (hepatite A); 5,0 e 3,0 (hepatite B); 15,0 e 10,0 (hepatite C) 2030 e 2049;</li> <li>▪ Incidência de arboviroses geral (/100.000 hab) (dengue, zica e chikungunya): 90 em 2030 e 80 em 2049</li> <li>▪ Tempo resposta na regulação de leitos demandados pela rede de urgência e emergência do município de Salvador: 80% em 2030 e 95% em 2049</li> <li>▪ População de Salvador imunizada contra Covid-19 até um ano após a disponibilização da vacina;</li> <li>▪ Inclusão da vacina da Covid-19 no calendário de vacinação de acordo com a periodicidade recomendada pela OMS e órgãos de saúde federal, estadual e municipal;</li> <li>▪ Percentual da receita anual do tesouro municipal aplicado pelo município do Salvador em despesas com ações e serviços públicos de saúde: 30% em 2030 e 35% em 2049;</li> <li>▪ Total de recursos orçados, executados e percentual de execução: 95% em 2030 e 2049;</li> <li>▪ Percentual de créditos disponibilizados e valores executados com despesas de Investimento: 95% em 2030 e em 2049;</li> <li>▪ Médicos do SUS a cada 100 mil habitantes: 500 em 2030 e 700 em 2049</li> <li>▪ Enfermeiros do SUS a cada 100 mil habitantes: 500 em 2030 e 700 em 2049;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Taxa de detecção de sífilis congênita menor igual a 20/1000 NV: 18,05;</li> <li>▪ Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes: 77%</li> <li>▪ Incidência de arboviroses geral (/100.000 hab) (dengue, zika e chikungunya): 74,9;</li> <li>▪ Tempo resposta na regulação de leitos demandados pela rede de urgência e emergência do Município de Salvador: Número de regulações atendidas em até 24 horas/número total de solicitações pertinentes de regulações oriundas da rede de urgência e emergência do Município de Salvador no mesmo período X 100: 63</li> <li>▪ Percentual da receita anual do tesouro municipal aplicado pelo município do Salvador em despesas com ações e serviços públicos de saúde: 19,29.</li> <li>▪ Total de recursos orçados, executados e percentual de execução: 89,30;</li> <li>▪ Médicos por 100 mil hab: 308;</li> <li>▪ Médicos do SUS a cada 100 mil habitantes:248;</li> <li>▪ Enfermeiros por 100 mil habitantes: 219;</li> <li>▪ Enfermeiros do SUS a cada 100 mil habitantes: 197;</li> <li>▪ Dados abertos relativos à saúde.</li> </ul>

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Programa Integrado das Residências (Médica e Multiprofissional) em Saúde instituído, com vistas a qualificar o atendimento prestado à população</li> <li>▪ Escola Municipal de Saúde Pública implantada</li> <li>▪ 24.000 discentes inseridos na rede SUS em 2030 e 36.000 em 2049;</li> <li>▪ Sala de situação em saúde da SMS em pleno funcionamento, produzindo informações para subsídio à gestão do sistema municipal de saúde</li> <li>▪ Utilização das TICs como suporte ao diagnóstico e à gestão;</li> <li>▪ Serviços públicos de saúde bem avaliados por 95% dos usuários em 2030 e 2049.</li> <li>▪ 80% dos dados municipais relativos à saúde abertos em 2030 e 95% em 2049.</li> </ul>	

## EDUCAÇÃO

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Educação pública, gratuita, inclusiva, diversa, de qualidade, com a coparticipação da família e orientada por projetos pedagógicos dos cursos, por série e por disciplinas, que definam objetivos, conteúdos programáticos, competências a formar, pedagogias ativas e tecnologias assistivas e digitais usadas e disponibilizadas, assim como os processos de avaliação (auto, hetero avaliação e externa) do aluno, do professor e da instituição, desde a pré-escola até, pelo menos, o ensino médio ou técnico profissionalizante; Formação continuada de professores e de gestores acadêmicos; Garantia de acesso a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ População da cidade com escolaridade de nível médio ou técnico concluído na idade prevista;</li> <li>▪ Melhoria na qualidade da educação pública (linha de base o IDEB de 2018);</li> <li>▪ Valorização e estímulo à atividade docente na rede pública (existência e aplicação de plano de carreira);</li> <li>▪ Oferta continuada de cursos de formação;</li> <li>▪ Implantação gradual de sistema de certificação renovável a cada cinco anos)</li> <li>▪ Utilização das escolas públicas como equipamentos fundamentais para atividades nos bairros (feiras, associativismo, atividades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Escolaridade média da população de Salvador ou da PEA: S/I - (esse dado não consta do diagnóstico. Entretanto, da pop. =&gt; de 25 anos, 25,3% S/Instrução e Fundam. Incompl. E 11,3% c/ Fund. Completo e médio incompl. PNADC/2017);</li> <li>▪ Taxa de evasão; 1,4% (anos Iniciais) e 2,1% (anos finais) do ensino fundamental (Censo Escolar 2018, Inep);</li> <li>▪ Taxa de distorção idade-série; 30,8% MEC/INEP Censo Escolar 2018;</li> <li>▪ Capacidade de escolas por bairro, tipo e número de alunos matriculados; S/I (429 escolas municipais: Matrículas: 97.246</li> </ul>

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)																						
<p>todos aqueles que quiserem seguir o ensino superior; Escolas como espaços vivos compartilhados com a comunidade; Escolas dotadas de áreas de lazer e de bibliotecas e de espaços apropriados a aulas práticas e atividades pedagógicas extracurriculares (oficinas de leitura, redação etc.); Inclusão nos currículos escolares da história da cidade de perspectivas diversas e ocupação de seus espaços históricos como campo de aprendizado; Instituição, manutenção e revisão de sistemas de indicadores específicos a esta área, próprio ou por articulação com universidades, centros de pesquisa, IBGE e outras instituições afins, assegurando a comparabilidade entre os dados das diferentes áreas.</p>	<p>esportivas, de lazer e culturais) e elo no fortalecimento do tecido social;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Articulação e cooperação entre as instâncias estaduais e federal no campo da educação e da avaliação de ensino;</li> <li>▪ Priorização da melhoria dos sistemas urbanos que impactam o acesso às unidades escolares;</li> <li>▪ Oferta de educação qualificada para indistintos extratos sociais; serviços de educação bem avaliados pela população;</li> <li>▪ Sistema de informação constituído e em funcionamento com dados publicizados de forma compreensível aos interessados;</li> <li>▪ Sistema de ouvidoria em funcionamento pleno.</li> </ul>	<p>Fundamental 1º ao 9º; 19.539 EJA; 5.352 E.Especial; 8.705 Creches; 17.106 Pré escola) – Censo escolar/INEP 2018</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Taxa de escolas com coordenação pedagógica por bairros; S/I</li> <li>▪ Horas de cursos/ano por carga horária de trabalho do professor; S/I</li> <li>▪ Carga horária dedicada a planejamento de atividades por carga horária total do professor; S/I</li> <li>▪ Números de escolas e bairros abertas às atividades da comunidade; S/I</li> <li>▪ Sistemáticas de avaliação e periodicidade das escolas, professores e alunos; S/I</li> <li>▪ Notas do IDEB das escolas; 5,6 nos anos iniciais e 4,3 no anos finais (IDEB, 2019)</li> <li>▪ Nota de proficiência em português e matemática em comparação as notas mais elevadas dos país;</li> </ul> <p>Proporção de Alunos com nível de aprendizado adequado – Escolas Municipais (em %):</p> <table border="1" data-bbox="1082 1361 1407 1518"> <thead> <tr> <th>Séries</th> <th>Discip.</th> <th>SSA Recife</th> <th>Fortaleza</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td rowspan="2">5º ano</td> <td>Portug.</td> <td>55</td> <td>50</td> <td>65</td> </tr> <tr> <td>Matemat.</td> <td>37</td> <td>32</td> <td>47</td> </tr> <tr> <td rowspan="2">9º ano</td> <td>Portug.</td> <td>31</td> <td>33</td> <td>44</td> </tr> <tr> <td>Matemát.</td> <td>10</td> <td>13</td> <td>16</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fonte: Prova Brasil 2017, Inep</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Oferta de vagas em pré-escola por bairro versus demanda. S/I</li> <li>▪ Percentual do orçamento programado e executado. S/I - De acordo com o relatório da SMED, em 2017 foram investidos 29,4% do orçamento.</li> <li>▪ Dados abertos relativos à saúde em relação aos dados abertos por escola. S/I</li> </ul>	Séries	Discip.	SSA Recife	Fortaleza	5º ano	Portug.	55	50	65	Matemat.	37	32	47	9º ano	Portug.	31	33	44	Matemát.	10	13	16
Séries	Discip.	SSA Recife	Fortaleza																					
5º ano	Portug.	55	50	65																				
	Matemat.	37	32	47																				
9º ano	Portug.	31	33	44																				
	Matemát.	10	13	16																				



## CULTURA

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fortalecimento do ambiente político-institucional de fomento e incentivo às comunidades tradicionais;</li> <li>▪ Planejamento do espaço público e intervenções urbanísticas tomando como referências as singularidades dos povos de santo, quilombolas e comunidades de pescadores artesanais e marisqueiras;</li> <li>▪ Regularização fundiária dos terreiros, enquanto conjunto de casas e flora;</li> <li>▪ Simplificação burocrática em relação aos planos de salvaguarda;</li> <li>▪ Povos de santo, quilombolas, comunidades, grupos de pescadores artesanais e de marisqueiras e suas representações empoderados;</li> <li>▪ Gestão participativa territorializada das atividades e intervenções relativas aos povos de santo, quilombolas e comunidade de pescadores artesanais e de marisqueiras</li> <li>▪ Política e planos de cultura com objetivos e metas por bairros e grupos de bairros;</li> <li>▪ Cultura como eixo de projetos turísticos;</li> <li>▪ Orçamento da área cultural fortalecido;</li> <li>▪ Articulação das intervenções culturais sobre a cidade pela FGM;</li> <li>▪ Implementação de projetos negociados com povos de santo, quilombolas, comunidades de pescadores artesanais e de marisqueiras em áreas de valor cultural e econômico para os mesmos.</li> <li>▪ Fortalecimento da Cultura, considerando que Salvador é um centro difusor, promovendo a sua</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 100% das comunidades de povos de santo, quilombolas, marisqueiras e pescadores artesanais protegidos, valorizados e preservados em 2030 e 2049;</li> <li>▪ 50% em 2030 e 100% em 2049 dos terreiros conservados em sua integralidade e com regularização fundiária;</li> <li>▪ 100% em 2030 das áreas de comunidades quilombolas conservadas em sua integralidade e demarcadas;</li> <li>▪ 100% em 2030 e 2049 das comunidades de pescadores artesanais e de marisqueiras apoiadas e protegidas;</li> <li>▪ 100% em 2030 e em 2049 das áreas de trabalho de pescadores artesanais e marisqueiras protegidas;</li> <li>▪ 100% dos terreiros com plano de salvaguarda monitorados, ajustados e atualizados em 2049;</li> <li>▪ 80% em 2030 e 100% em 2049 dos agentes culturais, povos de santo, quilombolas e comunidades de pescadores artesanais e de marisqueiras capacitados em suas áreas e demandas específicas;</li> <li>▪ 100,0 % em 2049 do patrimônio cultural e monumentos preservados;</li> <li>▪ Apoio às iniciativas de trabalho comunitário dos povos de santo;</li> <li>▪ 100% dos agentes/atores, expressões, obras, patrimônio (material e imaterial), produtos e serviços culturais de Salvador mapeados a cada 5 anos;</li> <li>▪ 100% das Prefeituras-Bairro contempladas com um equipamento cultural multiusos, até 2030;</li> <li>▪ Programa de apoio às culturas digitais e audiovisual elaborado.</li> <li>▪ 80% em 2030 e em 2049 das reservas on-line para instalações culturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Número de terreiros (2007):1408 identificados e 1.172 cadastrados, sendo que 677 são criados nas duas últimas década e o crescimento mais expressivo ocorre no período 1990-2000;</li> <li>▪ Em 2007, 232 do total cadastrado estão localizados na RA XVII (232 ou 20% do total), onde estão bairros do subúrbio ferroviário, a exemplo de Plataforma, Paripe, Alto de Coutos, 121 estão na RA III, onde se localizam os bairros de Lobato, São Caetano, Fazenda Grande do Retiro e a Avenida San Martin;</li> <li>▪ Bairros com mais de 20 terreiros (2007): Plataforma (57), Cajazeiras (46), Paripe (40), Cosme de Farias (36), Liberdade (34), Itapoan (31), São Cristóvão (30), Lobato (29), Periperi (27), Alto de Coutos (25), Valéria (23), Sussuarana e São Caetano (22);</li> <li>▪ Estatísticas de agravos ao patrimônio dos povos de santos, dos quilombolas e comunidade de pescadores e marisqueiras: 0,0%;</li> <li>▪ Quantidade de queixas prestadas pelos povos de santo, quilombolas, população originária e comunidades de pescadores artesanais e marisqueira: 0,0%;</li> <li>▪ Número de terreiros e de quilombolas com situação fundiária regularizada: 0,0%;</li> <li>▪ Programas de apoio às atividades produtivas de povos de santo, quilombolas e comunidades de pescadores artesanais e marisqueiras: 0,0%;</li> <li>▪ Total de investimento programado em conservação e preservação do patrimônio</li> </ul>

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
<p>centralidade, através da reestruturação do órgão de cultura, com a criação de uma Secretaria exclusiva -</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Salvador ocupa o terceiro lugar no ranking nacional de cidades turísticas e de cultura</li> <li>▪ Instituição, manutenção e revisão de sistemas de indicadores específicos a esta área, próprio ou por articulação com universidades, centros de pesquisa, IBGE e outras instituições afins, assegurando a comparabilidade entre os dados das diferentes áreas;</li> <li>▪ Sistema de ouvidoria em funcionamento pleno</li> </ul>	<p>cultural municipal (2020): R\$ 128.010.209;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Lançamento de editais regulares para apoio à produção cinematográfica local;</li> <li>▪ Plano e investimentos de recuperação de patrimônio nos anos seguintes: 0,0%;</li> <li>▪ Plano de ação, beneficiários, tipos de apoio aos agentes que atuam nas áreas de turismo de raízes, corredor da fé e turismo náutico: 0,0%;</li> <li>▪ Número de participantes de comunidades locais incluídos nas ações de turismo de raízes, náutico e de corredor da fé: 0,0%</li> <li>▪ Programas de investimento de adaptação de habitações locais para acolher turistas do corredor da fé, de raízes e náutico: 0,0%</li> <li>▪ Investimentos em equipamentos de barqueiros para uso em atividades de turismo náutico: 0,0%</li> <li>▪ Investimentos em digitalização de acervos: 0,0%</li> <li>▪ Porcentagem da população da cidade que é usuária ativa de bibliotecas públicas: 0,0%</li> <li>▪ Porcentagem de serviços públicos de recreação que podem ser reservados on-line: 0,0%</li> <li>▪ Número de reservas on-line para instalações culturais: 0,0%</li> <li>▪ Posição de Salvador no ranking nacional de cidades turísticas e de cultura: 0,0%</li> <li>▪ Avaliação dos sítios turísticos da cidade pelos turistas: 0,0%</li> <li>▪ Sistema de informação de dados abertos acessíveis aos interessados e a população em geral: 0,0%</li> </ul>

## SEGURANÇA

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Uma das cidades mais segura e pacífica do Brasil;</li> <li>▪ Alta taxa de resolução e punição de crimes; sistema correcional com ênfase em ressocialização;</li> <li>▪ Integração de áreas de governo em ações de segurança social, priorizando a formação e capacitação de agentes comunitários;</li> <li>▪ Renovação e manutenção de infraestrutura com foco na prevenção da violência;</li> <li>▪ Equipe continuamente treinada com os seguintes focos: cultura da paz, ações de prevenção e de combate a crimes homofóbicos, feminicídio e de racismo e em cuidados com moradores de rua, idosos, crianças e mulheres.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Taxa de mortes violentas intencionais por 100mil hab.,em 2030, 20,0 e, em 2049, 10,0;</li> <li>▪ Salvador passa a ocupar os últimos lugares no ranking de capais por mortes violentas intencionais (MVI) em 2030 e 2049;</li> <li>▪ Redução da taxa de lesão corporal-violência doméstica por 100 mil hab. de 50% em 2030 e 80% em 2049</li> <li>▪ 50% redução de crimes de feminicídio, de racismo e por homofobia em 2030 e 80% em 2049;</li> <li>▪ 50% de redução na incidência de roubos e furtos em 2030 e 80% em 2049;</li> <li>▪ Ausência de conflitos por razões de sexo, cor e religião em 2049;</li> <li>▪ Sistema correcional em pleno funcionamento e cumprindo com efetividade seu objetivo de ressocialização em 2030;</li> <li>▪ 100% de profissionais imbuídos de sentimento de responsabilidade e de proteção aos cidadãos em 2030;</li> <li>▪ 100% das delegacias equipadas e em condições de trabalho digno;</li> <li>▪ 100% da guarda municipal agente da paz em 2030;</li> <li>▪ Mortes por trânsito em patamares mínimos;</li> <li>▪ Patrimônio público sem ocorrência de depredação;</li> <li>▪ 100% de resolução de homicídios em 2030 e 2049;</li> <li>▪ 100% de resolução de roubos de carga;</li> <li>▪ Corpo de bombeiros tecnologicamente atualizado em 2030</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mortes violentas intencionais (MVI) (2019): 1.161</li> <li>▪ Taxa de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes (2019): 40,4</li> <li>▪ Salvador é a quinta capital do Brasil com maior número de mortes violentas intencionais (2019);</li> <li>▪ Mortes decorrentes de intervenção policial (em serviço e fora de serviço) (2019): 156</li> <li>▪ Lesão corporal-violência doméstica (2019): 2.764</li> <li>▪ Taxa lesão corporal-violência domésticapor 100 mil hab. (2019):96,2</li> <li>▪ Mortes em acidentes de trânsito por 100 mil hab. (2018): 1763</li> <li>▪ Roubo a ônibus (2019): 1980</li> <li>▪ Taxa de feminicídio por 100 mil do sexo feminino (2019): 0,8</li> <li>▪ Feminicídios por número de vítimas (2019):13</li> <li>▪ Roubos de veículos (2019): 4924</li> <li>▪ Furtos de veículos (2019): 1225</li> <li>▪ Taxa tráfico de entorpecentes por 100 mil hab. (2019): 63,1</li> <li>▪ Mortes LGBT+ (2019): 12</li> <li>▪ Taxa de homicídios não resolvidos: 0,0%</li> <li>▪ Taxa de roubos de carro não resolvidas: 0,0%</li> <li>▪ Taxa de roubos de carga: 0,0%</li> <li>▪ Taxa de roubos de carga não resolvidas: 0,0%</li> <li>▪ Depredação de patrimônio público; 0,0%</li> <li>▪ Taxa de crime de depredação de patrimônio público não resolvida: 0,0%</li> </ul>

## MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Rede de transporte metropolitano de alta capacidade completa e integrada com os modos de média e baixa capacidade e com os modos ativos (modos a pé e cicloviário), com diminuição dos tempos de viagem e consolidação de subcentros no entorno das estações da rede de alta capacidade, bem como o aumento do uso da rede de transporte coletivo e ao uso de meios ativos para distâncias curtas e/ou integrados à rede;</li> <li>▪ Viagens intraurbanas com uso reduzido de deslocamentos por automóvel;</li> <li>▪ Rede de transporte público com aumento da capilaridade e elevada qualidade de serviço (regularidade, frequência, conforto, segurança);</li> <li>▪ Rede de circulação de pedestres (modo ativo) qualificada, especialmente nas áreas de maior densidade populacional e estratos de renda mais baixos, como o Miolo e o Subúrbio Ferroviário;</li> <li>▪ Rede cicloviária (modo ativo) ampliada e qualificada, com rotas cicláveis capilarizadas, seguras e adequadas;</li> <li>▪ Modelo de negócio do transporte público repensado, com introdução de novas tecnologias de comunicação (teletrabalho, telecentros) e integrando a e-Mobility com os modos sustentáveis;</li> <li>▪ Modelo de financiamento dos sistemas de transporte público com mudanças estruturais, principalmente nos de transporte por ônibus, fortemente dependentes da receita tarifária, para os quais foram direcionados grande parte dos subsídios concedidos pelos governos federal e local ao automóvel,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atividades urbanas descentralizadas, articuladas pelos modos sustentáveis, a partir de uma relação integrada de transportes e uso do solo;</li> <li>▪ Um novo modelo de cidade, humano e sustentável, com incentivo à vida local, ou seja, atividades desenvolvidas nas vizinhanças das moradias, com centralidades distribuídas espacialmente e conectadas pelas redes de transporte, com uso do solo misto e segurança pública;</li> <li>▪ Aumento do volume das viagens não motorizadas (a pé e de bicicleta) e redução nos seus tempos.</li> <li>▪ Maior equidade de investimentos no período 2020-2030 em modais ativos e em microacessibilidade vertical nas ZEIS, que em 2020 continham mais de 50% da população de Salvador (tanto nas áreas do Miolo e Subúrbio Ferroviário, como nas das áreas centrais e Orla Atlântica), conforme previsão do PlanMob Salvador/2018.</li> <li>▪ Integração modal, com impacto positivo nos tempos e na qualidade da acessibilidade das viagens, e no sistema de transporte de alta capacidade metropolitano, tendo entre os pontos de destaque a mudança no layout operacional das estações, que passaram a favorecer a intermodalidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Taxa de crescimento da frota de veículos motorizados;</li> <li>▪ Taxa de passageiros em transporte coletivo (52,6%);</li> <li>▪ Tempo de viagem médio para atingir um conjunto de serviços e atividades básicas desagregado por zona e por modo de transporte;</li> <li>▪ Percentual de viagens por meio de transporte coletivo motorizado (64,10%);</li> <li>▪ Percentagem da extensão da rede cicloviária em relação à rede viária. (4,84%);</li> <li>▪ Taxa de extensão de ciclovias (6,06%);</li> <li>▪ Taxa de passageiros em transporte coletivo;</li> <li>▪ Percentual de corredores prioritários de ônibus (0,3%);</li> <li>▪ Proporção de pessoas que encontram uma estação de transporte público num raio de 800m de seu local de moradia (23,5%);</li> <li>▪ Proporção de viagens pendulares (trabalho e educação) com duração superior a 41 min (percentual);</li> <li>▪ Percentual de passageiros do transporte coletivo beneficiados com política de integração(16,9%).</li> </ul>

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
<p>particularmente, nas políticas de circulação e estacionamento;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Marketing a favor da Mobilidade Sustentável, fundamental no contexto do compromisso com a integração modal e com a segurança no trânsito;</li> <li>▪ Sistema de Gestão da Qualidade do Transporte Coletivo por ônibus da cidade, que possibilitou a implementação de um sistema de indicadores destinados à melhoria contínua dos serviços por parte das operadoras, estimulando o compromisso do usuário com o sistema e a participação social</li> </ul>		

### CENTRALIDADE E POLARIDADE (expansão urbana)

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho conformam novo polo Metropolitano, viabilizado pela contiguidade da urbanização em processo de conurbação, proximidade entre as sedes, complementaridade de funções, logrando alguma expressão do PIB em relação ao PIB do pólo metropolitano, no conjunto, equivalente à quarta capital do Brasil. Essa tendência é fortalecida pela limitação da mobilidade com grande dificuldade de acesso à ponta da península onde se insere Salvador, estimulando concentração de facilidades fora do funil geográfico que a península impõe, e se constitui em importante força centrípeta que corrobora a formação de urbanização ampliada, a cidade-região;</li> <li>▪ Esforços de planejamento e gestão integrada dos municípios convergem para o fortalecimento do conjunto;</li> <li>▪ No âmbito intraurbano, esforços serão realizados no sentido de planejamento adequado da centralidade de Águas Claras;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Modelo de planejamento e gestão interfederativa da política urbana, de perfil cooperativo e colaborativo, de Salvador com o Estado e com os municípios da RMS, consolidado e fortalecido;</li> <li>▪ Centralidades metropolitanas de Salvador e dos municípios vizinhos estruturadas em rede e conectadas por suas funções e relações de complementaridade;</li> <li>▪ Centralidades metropolitanas localizadas no território de Salvador integradas às centralidades municipais do seu entorno;</li> <li>▪ Projetos urbanos estruturantes condicionados à implantação de medidas de mitigação ou eliminação de impactos e a amplo processo de divulgação e audiências públicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Gestão cooperada e interfederativa na política urbana – inexistente;</li> <li>▪ Centralidades metropolitanas de Salvador e dos municípios vizinhos estruturadas – previstas no PDDU/ 2016, mas sem planejamento e gestão específicos e sem estrutura adequada;</li> <li>▪ Centralidades metropolitanas localizadas no território de Salvador integradas às centralidades municipais do seu entorno – não há integração adequada;</li> <li>▪ Projetos urbanos estruturantes condicionados à implantação de medidas de mitigação ou eliminação de impactos e a amplo processo de divulgação e audiências públicas – insuficiente gestão de impactos, transparência e debates públicos.</li> </ul>

<b>Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade</b>	<b>Resultados</b>	<b>Linha de base dos Indicadores (2018)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cuidado especial é tomado no sentido de proteção das comunidades vulneráveis pré-existentes que necessariamente será impactada pelas transformações estruturais e consequente valorização do solo;</li> <li>▪ Iniciativas indutoras são encaminhadas para a consolidação futura da centralidade proposta na confluência da Av. 29 de março e Av. Luis Viana Filho, também levando-se em conta a vulnerabilidade e possíveis processos de gentrificação. Tais medidas são consideradas prioritárias no sentido de desconcentração da oferta de postos de trabalho e impactos positivos na mobilidade regional e intraurbana;</li> <li>▪ Melhorias significativas na caminhabilidade nas centralidades metropolitanas e municipais favorecem o fortalecimento desses núcleos;</li> <li>▪ Uma integração planejada de centralidades próximas como Camarajibe e Pituba/ Itaigara, Águas Claras e Cajazeiras, Av. 29 de março e Av. Luis Viana Filho e São Cristovão e outras, reforça complementaridade de usos e favorece a desconcentração.</li> </ul>		

### AMBIENTE URBANO

<b>Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade</b>	<b>Resultados</b>	<b>Linha de base dos Indicadores (2018)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Densidades populacionais e de uso do solo dos bairros de Salvador estabilizadas em decorrência da ação simultânea dos seguintes fatores: diminuição da pressão do crescimento demográfico sobre a expansão urbana; saturação urbanística e escassez de espaços vazios urbanizáveis no território municipal; deslocamento dos vetores de expansão urbana para os demais municípios metropolitanos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estabilização das densidades urbanas permitindo um olhar menos proativo e mais corretivo do planejamento sobre as assimetrias territoriais, favorecendo a equidade de tratamento sobre os diferentes bairros de Salvador;</li> <li>▪ Renovação urbanística e edilícia mantida pela substituição ou renovação de infraestruturas e de usos obsoletos;</li> <li>▪ Terrenos subutilizados e edificações sem uso reintegrados ao mercado de imóveis, potencializando o</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Taxa de consumo do solo urbano (inverso da densidade populacional) geral e por bairro de Salvador (expressa em m<sup>2</sup>/hab) / Ranking de bairros mais densos e menos densos da cidade;</li> <li>▪ Densidade construída geral e por bairro de Salvador (expressa em m<sup>3</sup>/km<sup>2</sup>) / Ranking de bairros mais densos e menos densos da cidade;</li> <li>▪ Unidades de Conservação Ambiental implantadas e</li> </ul>



Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Bahia de Todos os Santos utilizada e valorizada como meio de transporte de pessoas e de mercadorias, de logística portuária, como espaço de lazer e atividades náuticas ao alcance de toda a população, como objeto de pesquisa do ambiente marinho e de sua biodiversidade, e, potencialmente, como fonte de novas matrizes energéticas limpas e renováveis;</li> <li>▪ Exercício pleno da função social da cidade e da propriedade imobiliária urbana promovida nos diferentes territórios de Salvador por meio das diretrizes da Política urbana e da aplicação dos instrumentos jurídico-urbanísticos habilitados pelo PDDU;</li> <li>▪ Unidades de conservação ambiental e espaços abertos de uso público estruturados e integrados em um mesmo sistema – o SAVAM - e mantidos sob uma mesma governança;</li> <li>▪ Bacias hidrográficas e de drenagem ambientalmente saneadas por meio de intervenções corretivas na remediação dos fatores críticos associados à ocupação desordenada do solo urbano, às altas densidades demográficas e ao uso predatório dos recursos naturais;</li> <li>▪ Sustentação de programas de manutenção e recuperação de mananciais, inclusive daqueles que haviam sido desativados, e maior eficiência na distribuição, na reservação, na redução do desperdício e adoção do reuso da água com soluções acessíveis pela população em geral;</li> <li>▪ Difusão do aproveitamento da energia fotovoltaica, captada da radiação solar nos tetos das edificações, como solução de energia limpa e renovável</li> </ul>	<p>investimento público em infraestrutura e a manutenção do valor do solo urbano;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Espaços verdes e abertos preservados tornando elementos indispensáveis à sustentação da vida na cidade, constituindo-se em fatores de equilíbrio em face da massa edificada e de mitigação dos rigores do clima potencializados pelas mudanças climáticas em escala global;</li> <li>▪ Resgate dos cursos d'água, integrando-os ao urbanismo da cidade, e possibilita que a balneabilidade das praias seja alcançada em toda a orla da cidade;</li> <li>▪ Despoluição e desobstrução dos cursos d'água, destamponamento dos canais de drenagem adaptados ao sistema viário, recomposição e ampliação das áreas vegetadas e permeáveis, promoção do conforto térmico nos espaços públicos;</li> <li>▪ Resgate do papel que a Bahia de Todos os Santos teve historicamente integrando-se ao conjunto de elementos fundamentais à sustentação do seu desenvolvimento.</li> <li>▪ Reversão da expectativa de exaustão dos recursos hídricos responsáveis pelo abastecimento de água de Salvador e da Região Metropolitana;</li> <li>▪ Erradicação das situações de risco e redução da precariedade da moradia com plena integração das comunidades aos bairros da cidade (ainda que persistam situações de inadequação no horizonte do Plano Salvador 500);</li> <li>▪ Manutenção de Salvador como centro inspirador e irradiador de cultura para além de suas fronteiras.</li> <li>▪ Conservação dos sítios históricos e conjuntos urbanísticos e arquitetônicos que definem a singularidade de Salvador como Cidade Monumento.</li> </ul>	<p>regulamentadas - porção territorial correspondente expressa em km<sup>2</sup> e percentualmente em relação ao território de Salvador);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Espaços abertos de uso público existentes por bairro (logradouros, parques de bairro e praças) - porção territorial correspondente expressa em km<sup>2</sup>/ percentual em relação ao território do bairro, ao território de Salvador e ao total da categoria;</li> <li>▪ Área verde per capita (m<sup>2</sup>/hab) geral e por bairro (percentual em m<sup>2</sup>/hab);</li> <li>▪ Bacias hidrográficas e de drenagem com rios e córregos saneados (porção territorial expressa em km<sup>2</sup>) / Percentual de área saneada em relação ao território municipal;</li> <li>▪ Áreas de risco solucionadas;</li> <li>▪ Qualidade das águas da Bahia de Todos os Santos - aferida pela quantidade de elementos químicos de alta toxicidade identificados;</li> <li>▪ Balneabilidade das praias de Salvador – série histórica resultante do monitoramento do INEMA;</li> <li>▪ Registros meteorológicos de ocorrência de eventos extremos associados às mudanças climáticas na Região Metropolitana de Salvador;</li> <li>▪ Emissões de GEE per capita (t CO<sub>2</sub> e I hab) – Quantidade de CO<sub>2</sub> emitida por habitante dentro do Município de Salvador.</li> </ul>

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
<p>acessível a todos os estratos socioeconômicos da população;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ação continuada e articulada das três esferas governamentais na promoção da regularização e requalificação de territórios urbanisticamente precários da cidade;</li> <li>▪ Preservação e valorização dos ativos culturais de Salvador reconhecidos nacional e mundialmente, em especial o patrimônio material e imaterial representativo de sua história e tradições, e a diversidade de manifestações e de formas de expressão cultural do seu povo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conservação dos espaços de manifestação cultural e de representação das tradições do povo soteropolitano e das suas diferentes matrizes étnico-culturais.</li> </ul>	

### GESTÃO URBANA E METROPOLITANA

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Salvador líder na articulação metropolitana e regional, viabilizando a elaboração e implementação de políticas relacionadas às Funções Públicas de Interesse Comum - FPICs;</li> <li>▪ Gestão municipal transparente e participativa, que valoriza a inteligência na governança, com expertise na formulação e implementação de políticas públicas, através de estrutura de planejamento articulada em rede Inter organizacional, apoiada em informações confiáveis e tempestivas;</li> <li>▪ Equipe de colaboradores capacitados e atualizados;</li> <li>▪ Governo automatizado nos seus processos internos e na prestação de serviços ao cidadão;</li> <li>▪ Manutenção do equilíbrio fiscal, com estrutura competente em captação de recursos, viabilizando o financiamento dos projetos estratégicos ao desenvolvimento municipal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participação de Salvador em estruturas de governança metropolitana;</li> <li>▪ Políticas públicas articuladas e coordenadas regionalmente;</li> <li>▪ Administração municipal planejada e competente na implementação das políticas públicas definidas;</li> <li>▪ Equipe de colaboradores capacitada;</li> <li>▪ População participando das decisões e acompanhando a execução das políticas públicas, através de plataformas digitais;</li> <li>▪ Governo automatizado, com a universalização de processos eletrônicos e prestação de serviços digitalizados ao cidadão;</li> <li>▪ Administração Municipal com capacidade de financiamento das ações necessárias ao desenvolvimento do município.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Baixa articulação entre os municípios da RMS na formulação e implementação de políticas relacionadas às Funções Públicas de Interesse Comum - FPICs;</li> <li>▪ Percentual de execução dos projetos com interface metropolitana, indicados no Plano Salvador 500;</li> <li>▪ Percentual de implantação do Sistema Municipal de Informação – 0% em 2020;</li> <li>▪ Adesão efetiva dos órgãos e entidades ao Sistema Municipal de Informação , com atualização periódica dos indicadores – 0% em 2020;</li> <li>▪ Percentual dos convênios com entidades externas previstos no projeto, efetivamente viabilizados – 0% em 2020;</li> <li>▪ Percentual de publicização dos dados abertos do banco de dados do Sistema Municipal de Informação – 0% em 2020;</li> <li>▪ Percentual de servidores e empregados públicos capacitados ou reciclados anualmente – 17% em 2020;</li> </ul>

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Quantidade de propostas validadas no Conselho Municipal, implementadas pelo Executivo.</li> <li>▪ Relação entre número de consultas públicas e projetos implementados;</li> <li>▪ Percentual de Projetos de desenvolvimento urbano discutidos em, no mínimo, três eventos públicos – 100% em 2019)</li> <li>▪ Percentual de cumprimento do check list da transparência municipal, proposto no Plano Salvador 500.</li> <li>▪ Percentual dos processos internos automatizados, vinculados à prestação direta de serviços ao cidadão;</li> <li>▪ Percentual dos serviços públicos municipais com acesso digitalizado – 10% em 2020;</li> <li>▪ Percentual dos recursos para viabilização dos projetos indicados no Plano Salvador 500 efetivamente executado no período.</li> </ul>

### SANEAMENTO BÁSICO

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Saneamento básico universalizado - abrangente todo o território e todos os domicílios de Salvador - contemplando o acesso, a efetiva prestação e a qualidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Correção das assimetrias territoriais e socioeconômicas relacionadas à prestação dos serviços de saneamento básico em Salvador;</li> <li>▪ Eliminação dos fatores de risco para a saúde dos indivíduos e das comunidades relacionados às condições sanitárias e ambientais dos respectivos territórios;</li> <li>▪ Melhoria da qualidade ambiental dos bairros e comunidades urbanisticamente precários (ZEIS);</li> <li>▪ Redução dos fatores sistêmicos relacionados ao saneamento básico que concorrem negativamente para a qualidade do ambiente da cidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Abastecimento de água (dados para 2018)</li> <li>▪ Tarifa média anual (6.60 R\$/m<sup>3</sup>) – Meta – tarifa média anual igual a do Brasil (4,17 R\$/ m<sup>3</sup>)</li> <li>▪ Consumo médio per capita de água (118.78 l/hab./dia) - Meta</li> <li>▪ Índice de atendimento total de água (91.01 %) – Meta – 100%</li> <li>▪ Índice de perdas na distribuição (53,86%) – Meta – 30%</li> <li>▪ Índice de perdas</li> </ul>

## MORADIA DIGNA

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promoção da moradia em ritmo constante tendendo à redução progressiva do déficit habitacional e dos problemas relativos à infraestrutura, serviços e equipamentos com recursos próprios e dos demais entes federativos;</li> <li>▪ Aproveitamento de imóveis subutilizados e não utilizados no CAS para HIS de forma a articular a política habitacional e a política cultural de preservação do patrimônio edificado;</li> <li>▪ Enfrentamento dos problemas das ocupações precarizadas, alocando mais valias apropriáveis pela municipalidade (Transcon e Outorga Onerosa do Direito de Construir) aos planos de bairro e requalificação urbanística-ambiental-paisagística;</li> <li>▪ Elaboração e implementação de plano integrado e participativo para enfrentar o problema habitacional das áreas de assentamentos precarizados com planos de bairro, regularização fundiária, saneamento, requalificação das moradias, com ações continuadas e progressivas para reduzir as desigualdades socioespaciais e de reverter as lógicas segregadoras da produção imobiliária;</li> <li>▪ Adoção de medidas para evitar e interromper processos de gentrificação no CAS e nas áreas impactadas pelas estruturas de mobilidade e grandes projetos, considerando a precedência do instrumento ZEIS sobre instrumentos como a TUL e OUC, dada à situação de vulnerabilidade das comunidades;</li> <li>▪ Regulamentação e provisão de infraestrutura prioritariamente das comunidades tradicionais e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ZEIS regulamentadas, regularizadas e urbanizadas com a participação e controle social dos moradores;</li> <li>▪ Déficit habitacional atendido; Vulnerabilidade social reduzida nas áreas de ZEIS;</li> <li>▪ Espaços públicos estruturados nas ZEIS; Programa de assessoria técnica em implementação com agentes comunitários territoriais em todas as ZEIS e territórios populares de trabalho (feiras, área de comércio popular etc.);</li> <li>▪ Cota de solidariedade implementada e com controle social;</li> <li>▪ Controle social e transparência na aplicação dos instrumentos de captura de mais valia;</li> <li>▪ Parcelamento, Edificação ou utilização compulsório, IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação com Pagamento em Título da Dívida Pública regulamentados e aplicados;</li> <li>▪ Informações sobre aplicação dos instrumentos de política urbana disponíveis ao público no Salvador Dados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Déficit habitacional de 98.367 unidades habitacionais (2014);</li> <li>▪ 6.150ha do território de Salvador com inadequação habitacional em pelo menos um de seus componentes (2020);</li> <li>▪ Projeto implementado ou em implementação em ZEIS: Guerreira Zeferina, Ilha Amarela, Rio Sena, Praia Grande, Plataforma e Pirajá (2020);</li> <li>▪ Planos de bairro elaborados ou em elaboração para ZEIS.</li> <li>▪ Planos de Regulamentação e Regularização Fundiária e Urbanística elaborados ou em elaboração: Gamboa e Unhão (2020);</li> <li>▪ Programa de implementação de ZEIS;</li> <li>▪ Programa de assistência técnica;</li> <li>▪ Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação: existente. (2020).</li> </ul>

Cenários de referência para redução da desigualdade, maior integração e sustentabilidade	Resultados	Linha de base dos Indicadores (2018)
<p>aquelas sujeitas a pressões imobiliárias, além da resolução imediata de situações de risco;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implementação da cota de solidariedade, consórcio imobiliário e outros meios para a garantia da HIS. Essa referência de futuro para o exercício pleno do direito à moradia digna na cidade de Salvador é estruturante e central para alcançar o objetivo de uma cidade menos desigual. Nesse sentido, vislumbra-se uma política urbana e uma habitacional ancorada nos princípios da função social da propriedade e da cidade, da gestão democrática e do acesso pleno à cidadania, colocando-se sempre o direito humano à moradia acima de interesses privados, entendendo o direito à moradia como componente do direito à vida, como demonstrado no atual contexto da pandemia da Covid-19.</li> </ul>		

## 5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Priorizar o tema do desenvolvimento econômico de Salvador-Metrópole contribuído para a requalificação e dinamização de forma inclusiva, circular e sustentável de sua economia.
- Elaborar, implementar, monitorar e ajustar o projeto de desenvolvimento sustentável, circular e inclusivo que abarque a economia formal e a economia dos setores populares, incluindo o plano de atração e de formato de capitais privados em setores estratégicos com vista a dinamizar a economia da cidade.
- Promover os negócios da economia popular por bairro e prefeituras-bairros, priorizando-os, atualizando-os, respeitando suas particularidades e integrando-os às cadeias de produção e de comercialização locais e metropolitanas.
- Integrar o território marítimo de Salvador na Baía de Todos os Santos ao seu desenvolvimento.

- Fomentar o desenvolvimento dos segmentos de turismo da fé e de raízes, que se mostram mais permeáveis à inclusão nas suas redes de negócios de populações locais e metropolitanas.
- Articular com a iniciativa privada o fortalecimento das redes de saúde privada e de ensino privado.
- Articular ampla rede de capacitação de trabalhadores em associação com ações de intermediação de mão de obra.
- Fomentar o desenvolvimento, consolidação e manutenção das redes locais e metropolitanas da economia criativa e suas relações com redes nacionais e globais, notadamente aquelas dos segmentos da Música; Cinema e Vídeo; Gastronomia; Festas e Celebrações, e Expressões Culturais.
- Elaborar, implantar e manter atualizado sistema de informações e conhecimento sobre o setor cultural da cidade e sobre a ECC.
- Atualizar a infraestrutura digital da cidade (redes de fibra ótica, 4 e 5 G).
- Promover ações de incentivo à modernização tecnológica das empresas e trabalhadores da economia da cidade, assim como dos sistemas do governo local.
- Negociar com os órgãos e empresas envolvidos medidas de fomento à logística em Salvador (porto, aeroporto e Ceasa, Porto Seco) e RMS, e respectivos ajustes em seus planos de operação e de investimento.
- Aumentar as externalidades positivas da prestação de serviços público por concessionários.
- Agir proativamente na gestão e controle de contratos de concessão de serviços públicos para assegurar a potencialização de externalidades positivas para a cidade, sobretudo nos territórios ainda muito desassistidos e de baixa integração.
- Tornar Salvador reconhecida nacionalmente como cidade de população saudável.
- Priorizar a rede de atenção básica, ativando parcerias com instituições públicas de ensino, pesquisa e de extensão, e incluindo moradores das localidades, ampliando a cobertura e a capacitação dos agentes de saúde.
- Priorizar ações de prevenção, de controle e de tratamento de doenças de maior incidência por área da cidade.



- Aumentar e manter a cobertura da população vacinada na idade prevista.
- Ampliar a capacidade de atendimento da rede pública de prestação de serviços de saúde de baixa e de média complexidade de forma a que os moradores da cidade encontrem tratamento e resolubilidade<sup>1</sup> em seus bairros ou em outros mais próximos;
- Aumentar a efetividade e resolubilidade das intervenções na área de saúde do trabalho.
- Aumentar a escala de atendimento especializado e disponibilização de medicações a portadores de doenças crônicas e idosos, mantendo a estabilidade e resolubilidade do serviço prestado.
- Tornar mais efetivas as ações no campo da vigilância sanitária.
- Fomentar redes de atuação em saúde com universidades e centros de pesquisa.
- Assegurar o acesso pleno a oportunidades de desenvolvimento social aos moradores de rua e de sua reintegração voluntária a suas redes familiares e comunitárias.
- Priorizar projetos de desenvolvimento de competências para o trabalho integrados à escolarização formal de mão de obra.
- Elevar o nível de educação formal da população em idade ativa (PIA), visando a aumentar sua capacidade de inserção no mercado de trabalho.
- Melhorar a proficiência dos alunos do ensino básico, superando as metas do IDEB.
- Ofertar cursos profissionalizantes para os alunos do EJA.
- Garantir o acesso precoce de crianças à educação, como forma de garantir o desenvolvimento tempestivo das capacidades cognitivas, visando preparar o aluno para o acesso ao ensino básico.
- Promover atividades extracurriculares que possibilitem desenvolver habilidades que reforcem as competências de leitura, escrita e raciocínio lógico, além da descoberta e desenvolvimento de outras aptidões e talentos latentes, através da parceria com ONG's e voluntários capacitados e da abertura nas unidades escolares de espaços para essas atividades no contraturno das aulas.
- Tornar Salvador uma cidade segura para seus moradores e visitantes.

---

<sup>1</sup>Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 1990, p.10), resolubilidade é definida como: "a exigência de que, quando um indivíduo busca o atendimento ou quando surge um problema de impacto coletivo sobre a saúde, o serviço correspondente esteja capacitado para enfrentá-lo e resolvê-lo até o nível da sua competência."

- Fomentar a integração de áreas de governo em ações de segurança social, priorizando a formação de agentes comunitários.
- Assegurar oportunidades de capacitação continuada aos servidores da área de segurança, centradas em princípios da cultura da paz, de prevenção e combate a crimes homofóbicos, feminicídio, de racismo e em cuidados com moradores de rua, mulheres, crianças e idosos.
- Articular-se com diferentes instâncias de governo e outros municípios da RMS no sentido aumentar a efetividade do sistema de segurança em Salvador e nos municípios outros da RMS.
- Fortalecer a Cultura, considerando que Salvador é um centro difusor, promovendo a sua centralidade, através da reestruturação do órgão de cultura, com a criação de uma Secretaria exclusiva.
- Proteger e valorizar o patrimônio histórico e cultural e os elementos da paisagem que definem a singularidade de Salvador como cidade monumento reconhecida mundialmente
- Renovar, ampliar, manter e dinamizar a rede de equipamentos culturais, tornando-os multiuso, acessíveis e tecnologicamente atualizados.
- Ampliar investimentos e diversificar as ofertas de capacitação no âmbito do Programa Municipal de Formação e Qualificação em Cultura.
- Mapear os acervos de informações que estão armazenadas em organizações, digitalizando-os para potencializar o fluxo internacional de informações e a difusão das artes, da cultura e da história local.
- Aprimorar a mobilidade urbana por meio de sistemas de transporte mais sustentáveis, inclusivos e eficientes, tendo como prioridade o transporte coletivo de passageiros e o transporte ativo.
- Proporcionar acesso universal aos espaços públicos.
- Evitar ou mitigar impactos de vizinhança e impactos socioambientais em decorrência de projetos estruturantes ou do esvaziamento de uso do solo.
- Descentralizar as atividades urbanas, articuladas pelos modos sustentáveis, visando ao urbanismo de proximidade.

- Promover ampla e continuamente a arborização dos logradouros públicos e espaços residuais não ocupados em bairros mais adensados, que possam ser convertidos em pequenos recantos sombreados.
- Tomar medidas para combater as mudanças climáticas e seus impactos.
- Promover o saneamento ambiental das bacias hidrográficas de Salvador.
- Integrar o território marítimo de Salvador na Baía de Todos os Santos ao seu desenvolvimento.
- Implantar as unidades de conservação e demais áreas de interesse ambiental e cultural integrantes do Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural (SAVAM).
- Estruturar em rede e sob uma mesma governança os parques urbanos, parques de bairro e demais espaços abertos de uso público integrantes do SAVAM.
- Proteger e valorizar o patrimônio histórico e cultural e os elementos da paisagem que definem a singularidade de Salvador como cidade monumento reconhecida mundialmente.
- Fortalecer a resiliência da Cidade de Salvador em face dos cenários de eventos extremos associados às mudanças climáticas.
- Implementar programa de regulamentação, regularização e urbanização das ZEIS com participação e controle social e de forma integrada e interdisciplinar.
- Priorizar investimentos públicos municipais em áreas de ZEIS.
- Garantir assistência técnica gratuita em arquitetura, urbanismo, engenharia e outras áreas às comunidades residentes em ZEIS.
- Implementar política continuada e progressiva de garantia da moradia digna envolvendo a produção/ provisão de habitação de interesse social.
- Promover maior conexão entre as centralidades metropolitanas e as centralidades municipais e a progressiva desconcentração e equilíbrio da rede de centralidades.
- Priorizar a formulação do sistema de informações do município, em associação com os municípios da RMS, equalizando diferentes metodologias, indicadores, unidades espaciais de análise, tempestividade, usabilidade e transparência das informações.

- Estruturar a máquina administrativa da Prefeitura de forma a garantir o planejamento baseado em informações tempestivas e confiáveis e a implementação das políticas públicas necessárias ao desenvolvimento municipal e a prestação de serviços de forma articulada, ágil e eficaz.
- Aprimorar mecanismos de transparência e controle social.
- Priorizar a construção de uma agenda negociada com os concessionários de serviços públicos, visando a resolução no médio prazo dos graves problemas de qualidade dos serviços prestados aos bairros populares, potencializando as externalidades positivas para a cidade.

## 6. DIRETRIZES

- Instituição de mecanismos, instrumentos e procedimentos de modo a fomentar a participação e controle social dos princípios, objetivos, projetos e ações do Plano Salvador 500;
- Aprimoramento da capacidade de planejamento da Administração Municipal de Salvador, com estabelecimento de uma rede de planejamento envolvendo os diversos órgãos e entidades, com pessoas devidamente qualificadas e apoiada em tecnologia que possibilitem maior conhecimento da realidade do município e a implementação de soluções avançadas para os problemas identificados.
- Modernização e efficientização da máquina administrativa, de forma a reduzir o tempo de resposta e qualificar a prestação dos serviços municipais.
- Aprimoramento dos canais de participação da sociedade na definição de políticas públicas no acompanhamento da ação da Administração Municipal.
- Implantação de processos e mecanismos para que os usuários avaliem a qualidade dos serviços públicos prestados, notadamente nas áreas de água e saneamento básico, energia, resíduos sólidos, telecomunicações, transportes coletivos, saúde e educação.
- Promoção de planos, projetos e ações que objetivem dinamizar a economia e reduzir as desigualdades de oportunidades de emprego e renda entre diferentes segmentos da população da cidade, em especial de sua população negra e feminina.

- Priorização da economia dos setores populares, da ECC, das atividades de turismo e de turismo de raiz e fé, da economia da saúde, da economia da educação, da logística e da concessão de serviços públicos em projetos e ações com vistas à dinamização econômica de Salvador e atenção especial às tecnologias emergentes.
- Produção de informações e conhecimentos sobre os setores estratégicos da economia de Salvador.
- Elaboração do orçamento público de modo a deixar transparente a articulação e a integração entre intervenções e respectivos investimentos por bairro e por prefeitura bairro.
- Articulação entre órgãos que atuam nas áreas de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de intervenções relativas ao Plano Salvador.
- Ativação de regulamentações municipais para incentivar a co-participação das empresas na preservação e manutenção de áreas circunvizinhas e a formação de redes de boa vizinhança com os moradores dessas áreas.
- Mapeamento e qualificação da infraestrutura digital atual e projeções de necessidades no curto, médio e longo prazos.
- Articulação com entes de diferentes níveis de governo, empresas privadas, Universidades e organismos multilaterais para ampliar a cobertura da infraestrutura de fibra ótica da cidade, viabilizar a disseminação da tecnologia 5G e acompanhar o progresso tecnológico nesta área.
- Priorização de programas de formação continuada com base em competências, para trabalhadores dos setores estratégicos do Plano Salvador e funcionários públicos;
- Integração de sistema de intermediação de mão de obra com rede de capacitação.
- Definição da educação como principal objetivo social da administração, tratando-a como objetivo estratégico e estimulando parcerias com outras instâncias de governo e não governamentais.
- Ampliação da capacidade de atendimento em serviços de saúde de baixa e de média complexidade de forma a que os moradores da cidade encontrem atendimento com resolubilidade em seus bairros ou em outros mais próximos.

- Integração de projetos de urbanização, de regularização fundiária, de saneamento básico, de emprego e renda, de saúde, de educação e de mobilidade e acessibilidade nos territórios populares, em especial nas ZEIS, onde vive e trabalha a população mais vulnerabilizada da cidade.
- Destinação de imóveis em desuso para programas de habitação popular.
- Regulamentação e implementação dos instrumentos do parcelamento ou edificação compulsório, IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento com título da dívida pública, conforme estabelecido no Estatuto da Cidade e no PDDU/ 2016.
- Promoção de ações estruturantes considerando a escala e os papéis desempenhados pela centralidade no conjunto da rede, favorecendo sua desconcentração e seu maior equilíbrio.
- Reconhecimento da diversidade cultural de Salvador como pilar fundante de sua singularidade no mundo.
- Articulação de projetos e ações de combate a violência contra pessoas e contra os patrimônio público e privado com outros entes de governo e outros municípios da RMS, tornando Salvador uma cidade segura para seus moradores e visitantes.
- Enquadramento da questão da violência como problema social que exige olhares multidisciplinares e integração entre diferentes áreas da mesma instância de governo, entre diferentes instâncias de governo e da sociedade civil.
- Promoção da acessibilidade universal na cidade com conforto, autonomia e segurança, com foco, principalmente, nas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- Qualificação da microacessibilidade para integração, de maneira efetiva e segura, da rede de transporte ativo aos sistemas de transporte coletivo, sistema viário e aos espaços públicos, com atenção especial voltada para as áreas de população de baixa renda, maior demandante do transporte público.
- Estabelecimento de rede integrada, que consolide a prioridade do transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado.
- Busca de equilíbrio entre preços políticos e preços econômicos em todos os serviços públicos concessionados..
- Indução do uso de energia limpa, não fósseis, nos veículos da rede estrutural de transporte coletivo.



- Ampliação e organização de uma política de operação de carga/descarga vinculada aos centros logísticos, terminais aeroportuários e portuários, abrangendo, inclusive, as centralidades de bairro.
- Implantação de uma política permanente de educação e sensibilização para o trânsito.
- Redução, dos efeitos da urbanização intensiva e incompleta de Salvador sobre o território, a sustentabilidade do ambiente urbano e a qualidade de vida das pessoas.
- Aprimoramento dos fatores de resiliência da cidade em face de eventos extremos associados ao seu processo de urbanização e, também, das mudanças climáticas previstas em escala global.

## 7. AGENDAS

A agenda pode contribuir para mais de um objetivo. Agendas diferentes podem, também, contribuir para alcançar um mesmo objetivo.

### 7.1. Metas

As metas são estabelecidas para cada agenda. São definidas as metas propriamente, as ações relacionadas às metas e os indicadores (T0, T1, T2 e T3).

Os indicadores devem estar relacionados às ações necessárias para alcançar a meta.

### 7.2. Planos, programas e projetos

Os planos, programas e projetos (Quadro 2) devem agregar necessariamente as ações definidas para o alcance das metas (como expostas no Quadro 2) e orientam-se pelos objetivos antes definidos, por sua vez coerentes com a visão de futuro.

Cada programa, plano ou projeto deverá ser executado por meio das atividades previstas. Por isso o programa, plano ou projeto deve conter as ações necessárias e suficientes para o

alcance dos seus objetivos, por sua vez contributivos para o alcance dos objetivos da agenda (objetivo estratégico).

Para cada programa, plano ou projeto deve ser definido um resultado (que pode ser enunciado de forma qualitativa).

Embora cada plano, programa, projeto deva ser “autossuficiente” no âmbito dos objetivos definidos, deve ser buscada a integração com outros programas. Essa recomendável integração deve estar estabelecida. O Quadro 2 mostra uma possibilidade de organização das informações do programa.

Reverter, no longo prazo, os efeitos da urbanização intensiva e incompleta de Salvador sobre o território, a sustentabilidade do ambiente urbano e a qualidade de vida das pessoas.

Reforçar os fatores de resiliência da cidade em face de eventos extremos associados ao seu processo de urbanização e, também, das mudanças climáticas previstas em escala global.

**Quadro 2 - Objetivos, Metas, Ações e Indicadores**

**ECONOMIA**

<b>AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL</b>								
<b>Dimensões Estratégicas do Modelo de Desenvolvimento</b>								
<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>	<b>Ações</b>	<b>Horizonte de Execução</b>	<b>Indic. T0</b>	<b>Ano de apuração</b>	<b>T1</b>	<b>T2</b>	<b>T3</b>
1. Priorizar o tema de desenvolvimento econômico da Salvador-Metrópole, contribuindo para sua requalificação, dinamização de forma inclusiva, circular e sustentável de sua economia.	1. Agenda elaborada e tornada pública até junho de 2021	• Publicação da agenda	2021 e passa a ser anual	0,0%	Anual	100%	100%	100%
	2. Pesquisas bi-anuais de avaliação pelos usuários (moradores de Salvador) da prestação de serviços públicos: água e saneamento básico, energia, resíduos sólidos, telecomunicações, transportes coletivos, saúde e educação, do bem-estar da população e suas condições e socioeconômicas realizadas.	• Contratação da pesquisa	2022 e passa a ser anual;	0,0%	Anual	100%	100%	100%
		• Publicação dos resultados das pesquisas e anúncio de ações de correção adotadas.						
3. Orçamento de investimentos do projeto elaborado de modo a deixar transparente a articulação e a integração entre intervenções e respectivos investimentos por bairro e por prefeitura bairro;		• Publicação do orçamento por bairros e subprefeituras.	2023 e passa a ser anual	0,0%	Anual	100%	100%	100%

AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL Dimensões Estratégicas do Modelo de Desenvolvimento								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
2. Constituir câmara de discussão de estratégias de desenvolvimento sustentável e de economia circular para Salvador e os outros municípios da RMS;	1. Câmara constituída e em condições de funcionamento até junho de 2021;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Publicação de decreto dos prefeitos de constituição da Câmara;</li> <li>• Articulação e disponibilização de recursos físicos e financeiros para o funcionamento da Câmara;</li> <li>• Criação e disponibilização de recursos para o funcionamento da secretaria executiva da Câmara;</li> <li>• Abertura oficial dos trabalhos da Câmara.</li> </ul>	2021	0,0%	Anual	100%	100%	100%
	2. Realização de, no mínimo, uma reunião bimensal da Câmara	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de reuniões;</li> <li>• Documentos publicados e decisões e ações encaminhadas;</li> </ul>	Bimensais até 2049.	0,0%	Bimensal	100%	100%	100%
	3. Documentos de discussões, decisões e ações da Câmara com foco na economia da RMS elaborados e publicados até 15 dias após a realização de cada reunião	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de reuniões;</li> <li>• Documentos publicados e decisões e ações encaminhadas.</li> </ul>	Bimensais até 2049.	0,0%	Bimensal	100%	100%	100%

AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL Dimensões Estratégicas do Modelo de Desenvolvimento								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
<b>3.</b> Elaborar, implementar, monitorar e ajustar projeto de desenvolvimento sustentável, circular e inclusivo que abarque a economia formal e a economia dos setores populares, incluindo o plano de atração e de fomento de capitais privados em setores estratégicos com vista a dinamizar a economia;	<b>1.</b> Projeto de desenvolvimento elaborado até junho de 2022, integrando os plano da Península de Itapagipe, do Centro Históricos e outros em aspectos pertinentes à economia da cidade;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratação do Trabalho;</li> <li>• Desenvolvimento dos projeto e sistemas;</li> <li>• Acompanhamento do desenvolvimento dos projeto e sistemas;</li> <li>• Conclusão dos projeto e sistemas;</li> <li>• Publicação dos projeto e sistemas;</li> <li>• Implementação do projeto e sistemas.</li> </ul>	2022	0,0%	2022	100%	100%	100%
	<b>2.</b> Sistema de gestão do projeto de desenvolvimento sustentável, circular e inclusivo elaborado, implantado e operando até junho de 2022	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratação do Trabalho;</li> <li>• Desenvolvimento dos projeto e sistemas;</li> <li>• Acompanhamento do desenvolvimento dos projeto e sistemas;</li> <li>• Conclusão dos projeto e sistemas;</li> <li>• Publicação dos projeto e sistemas;</li> <li>• Implementação do projeto e sistemas</li> </ul>	2022	0,0%	2022	100%		

AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL Dimensões Estratégicas do Modelo de Desenvolvimento								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
	3. Sistema de informações do projeto de desenvolvimento sustentável, circular e inclusivo elaborado, implantado e operando até junho de 2022;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratação do Trabalho;</li> <li>• Desenvolvimento dos projeto e sistemas;</li> <li>• Acompanhamento do desenvolvimento dos projeto e sistemas;</li> <li>• Conclusão dos projeto e sistemas;</li> <li>• Publicação dos projeto e sistemas;</li> <li>• Implementação do projeto e sistemas.</li> </ul>	2022	0,0%	Junho 2022	100%		
	4. Sistema de monitoramento e avaliação do projeto de desenvolvimento sustentável, circular e inclusivo elaborado, implantado e operando até junho de 2022;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratação do Trabalho;</li> <li>• Desenvolvimento dos projeto e sistemas;</li> <li>• Acompanhamento do desenvolvimento dos projeto e sistemas;</li> <li>• Conclusão dos projeto e sistemas;</li> <li>• Publicação dos projeto e sistemas;</li> <li>• Implementação do projeto e sistemas.</li> </ul>	2022	0,0%	2022	100%		



AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL Dimensões Estratégicas do Modelo de Desenvolvimento								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
	<p><b>5.</b> Órgãos de áreas relativas à economia da cidade, incluindo-se aqueles que tratam das finanças municipais, fortalecidos, articulados, com sistemas de trabalho e tecnologias físicas atualizados e, pessoal capacitado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto em operação;</li> <li>• Disponibilização de recursos físicos, financeiros e de pessoas para operação do projeto, produção de informações e monitoramento e avaliação;</li> <li>• Informações para avaliação somativa (de resultados) e processual geradas;</li> <li>• Monitoramento, avaliação e ajustes do projeto realizado;</li> </ul>	2022	0,0%	2022	Primeira avaliação em 2025.	Segunda avaliação 2030; Terceira avaliação 2035.	Quarta avaliação em 2040; Quinta avaliação 2045; Sexta avaliação 2049.
	<p><b>6.</b> Programa de intermediação de mão de obra com capacidade de atendimento gradativa e continuamente ampliada de forma sustentada e com tecnologias (tangíveis e intangíveis), atualizadas, pessoas capacitadas e processos e fluxos definidos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratação do Trabalho;</li> <li>• Desenvolvimento do projeto;</li> <li>• Acompanhamento do desenvolvimento do projeto;</li> <li>• Conclusão do projeto;</li> <li>• Implementação do projeto;</li> <li>• Gestão do projeto;</li> <li>• Produção de informações para sua avaliação somativa (de resultados) e processual;</li> <li>• Monitoramento, avaliação e ajustes do projeto;</li> </ul>	2023	0,0%	2023	Primeira avaliação em 2025.	Segunda avaliação 2030; Terceira avaliação 2035.	Quarta avaliação em 2040; Quinta avaliação 2045; Sexta avaliação 2049.

AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL Dimensões Estratégicas do Modelo de Desenvolvimento								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
4. Integrar o território marítimo de Salvador na Baía de Todos os Santos ao seu desenvolvimento	1. Projeto de atração de investimentos elaborado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratação do Trabalho;</li> <li>• Desenvolvimento dos projeto e sistemas;</li> <li>• Acompanhamento do desenvolvimento dos projeto e sistemas;</li> <li>• Conclusão dos projeto e sistemas;</li> <li>• Publicação dos projeto e sistemas;</li> <li>• Implementação do projeto e sistemas</li> </ul>	2022	0,0%	2022	100%		
5. Atualizar a infraestrutura digital da cidade	1. Infraestrutura de fibra ótica da cidade implantada em 100% da cidade até dezembro de 2030.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação com a COGEL</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De junho de 2022 até dezembro de 2049;</li> <li>• Primeira rodada Dezembro de 2022;</li> <li>• Última rodada de negócios em Junho de 2049</li> </ul>	2022	0,0%	Anual	100%.	

<b>AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL</b> <b>Dimensões Estratégicas do Modelo de Desenvolvimento</b>								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
<b>6.</b> Prospectar tecnologias (tangível e intangível), adotando postura proativa na identificação das mais adequadas às especificidades de setores produtivos estratégicos à cidade, assim como dos sistema de governo local	<b>1.</b> Tecnologias prospectadas a cada dois anos;	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificação de metodologias de prospecção;</li> <li>Focos prioritários: saúde, educação, logística, ECC, turismo, economia de concessão de serviços públicos; comércio varejista; comércio atacadista, cidade, inteligente, tecnologias 4 e 5G;</li> </ul>	De março de 2022 até dezembro de 2049	0,0%	Bianual	2023	2030 e 2035	2040 e 2049
	<b>2.</b> Rede articulada em operação(INPI, IEL/FIEBA, Universidades e Centros de pesquisa, locais, nacionais e internacionais);	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificação dos parceiros ou de redes já pré-existent;</li> <li>Escolha dos representantes da PMS na rede;</li> <li>Formalização da rede;</li> <li>Disponibilização de recursos físicos e materiais para funcionamento da rede;</li> <li>Identificação de metodologias de prospecção;</li> <li>Focos prioritários: saúde, educação, logística, ECC, turismo, economia de concessão de serviços públicos.</li> </ul>	2023	0,0%	Bianual	100%	100%	100%

AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL Dimensões Estratégicas do Modelo de Desenvolvimento								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
7. Articular ampla rede de capacitação de trabalhadores em associação com ações de intermediação de mão de obra	1. Programa amplo de capacitação de mão de obra para os setores estratégicos da economia de Salvador (exclusive os trabalhadores da economia dos setores populares) em funcionamento em articulação com a rede de intermediação de mão de obra	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de editais para seleção de projetos de capacitação;</li> <li>• Julgamento dos projetos;</li> <li>• Promulgação dos resultados;</li> <li>• Articulação com SESI/SENAI/SESC; Universidades e Outros parceiros;</li> <li>• Execução dos treinamentos;</li> <li>• Acompanhamento, avaliação (somativa e processual) e ajustes dos treinamentos.</li> </ul>	De dezembro de 2022 até dezembro de 2049	0,0%	Bianual	100%	100%	100%

AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL								
Dimensões Estratégicas Setoriais								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
1. Promover os negócios da economia popular por bairro e prefeituras-bairros, priorizando-os, atualizando-os, respeitando suas particularidades e integrando-os às cadeias de produção e de comercialização locais e metropolitanas.	1. Sistema de gestão do projeto de desenvolvimento dos setores da economia popular definido.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilização de recursos físicos e financeiros para a implementação, gestão e o monitoramento do projeto de desenvolvimento de setores da economia popular;</li> <li>Implementação do projeto de desenvolvimento de setores da economia popular</li> </ul>	2021	0,0%	Anual	100%	100%	100%
	2. Sistema de monitoramento, avaliação e ajustes do projeto de desenvolvimento dos setores da economia popular elaborado	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilização de recursos físicos e financeiros para a implementação, gestão e o monitoramento do projeto de desenvolvimento de setores da economia popular;</li> <li>Implementação do projeto de desenvolvimento de setores da economia popular</li> </ul>	2021	0,0%	2021	100%		

AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL								
Dimensões Estratégicas Setoriais								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
	3. Projeto de desenvolvimento de setores da economia popular complementado com os sistemas de gestão e de monitoramento e avaliação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilização de recursos físicos e financeiros para a implementação, gestão e o monitoramento do projeto de desenvolvimento de setores da economia popular;</li> <li>• Implementação do projeto de desenvolvimento de setores da economia popular</li> </ul>	2021	0,0%	2021	100%	-	-
	4. Projeto de desenvolvimento de setores da economia popular finalizado e implantado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão, monitoramento e avaliação do projeto;</li> <li>• Capacitação dos trabalhadores e negócios dos setores da economia popular de Salvador.</li> </ul>	De 2021 até 2049.  100.000 pessoas/negócios até 2030.  250.000 pessoas/negócios entre 2030 e 2049	0,0%	Bianual	100%	100%	100%



AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL								
Dimensões Estratégicas Setoriais								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
2. Fomentar o desenvolvimento, consolidação e manutenção das redes locais e metropolitanas da economia criativa e suas relações com redes nacionais e globais, notadamente aquelas dos segmentos da Música; Cinema e Vídeo; Gastronomia; Festas e Celebrações, e Expressões Culturais	1. Trabalhadores, empresas e coletivos da ECC capacitados, especialmente em TICS, formação e manutenção de redes e competências específicas, sendo 500 até 2030 e 1000 até 2049.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de editais para seleção de projetos de capacitação;</li> <li>• Julgamento dos projetos;</li> <li>• Promulgação dos resultados;</li> <li>• Execução dos treinamentos;</li> <li>• Acompanhamento, avaliação (somativa e processual) e ajustes dos treinamentos</li> </ul>	10 editais de capacitação realizados até 2030 e mais 20 até 2049.  Início em 2022 e término em 2049;	0,0%	Bianual	100%	100%	100%
	2. Dois encontros em rede por ano.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de editais para seleção de projetos de capacitação;</li> <li>• Julgamento dos projetos;</li> <li>• Promulgação dos resultados;</li> <li>• Execução dos treinamentos;</li> <li>• Acompanhamento, avaliação (somativa e processual) e ajustes dos treinamentos</li> </ul>	50 rodadas de negócio realizadas de 2022 até 2049	0,0%	Bianual	100%	100%	100%

AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL								
Dimensões Estratégicas Setoriais								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
3. Fomentar o desenvolvimento dos segmentos de turismo da fé e de raízes, que se mostram mais permeáveis à inclusão nas suas redes de negócios de populações locais e metropolitanas	1. Saltur e órgão gestor do Plano Salvador 500 integrados e trabalhando de forma cooperativa e complementar	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estratégias e financiamentos previstos no Prodetur integrados ao projeto de desenvolvimento sustentável, circular e inclusivo de Salvador</li> </ul>	2022	0,0%	2022	100%		
	2. Dez roteiros de turismo de raiz com a participação das comunidades tradicionais, envolvendo música, dança, festas e celebrações, artesanato e gastronomia, elaborados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração dos TRs;</li> <li>Contratação dos trabalhos;</li> <li>Desenvolvimento dos roteiros;</li> <li>Acompanhamento do desenvolvimento dos roteiros;</li> <li>Conclusão dos 10 roteiros;</li> <li>Ações de marketing de promoção dos roteiros;</li> <li>Capacitação das comunidades tradicionais envolvidas e de outros trabalhadores do trade turístico;</li> </ul>	2024	0,0%	2024	100%	-	-

AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL								
Dimensões Estratégicas Setoriais								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
4. Articular com a iniciativa privada o fortalecimento das redes de saúde e de ensino privadas;	1. Forças-tarefas de agentes públicos, privados e da sociedade civil para discutir e propor soluções para questões estratégicas relativas à economia da saúde, e educação, constituída em pleno funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Publicação de decreto dos prefeitos de constituição das forças-tarefas;</li> <li>• Articulação e disponibilização de recursos físicos e financeiros para o funcionamento das forças-tarefas;</li> <li>• Criação e disponibilização de recursos para o funcionamento das forças-tarefas;</li> <li>• Abertura oficial dos trabalhos das forças-tarefas;</li> <li>• Realização de reuniões;</li> <li>• Publicação de documentos.</li> </ul>	2021	0,0%	Anual	100%	100%	100%
5. Negociar com os órgãos e empresas envolvidos medidas de fomento à logística em Salvador (porto, aeroporto e Ceasa, Porto Seco) e RMS, e respectivos ajustes em seus planos de operação e de investimento;	1. Plano de negociação finalizado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 2025</li> </ul>	2025 até 2049	0,0%	Anual	100%	100%	100%

AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL								
Dimensões Estratégicas Setoriais								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
6. Aumentar as externalidades positivas da prestação de serviços público por concessionários	1. Celebração de Plano de ação entre PMS e concessionários de serviços públicos (água e saneamento, energia, telecomunicações, transportes públicos e resíduos sólidos) para resolução de problemas relativos aos serviços prestados aos bairros populares, detalhando: os problemas por prioridade, prazos de resolução, solução a ser implementada, investimentos previstos e penalidades por descumprimentos dos acordos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 2022</li> </ul>	De 2022 a 2049	0,0%	2022	100%	100%	100%
	2. Monitoramento, avaliação e ajustes do plano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitoramento, avaliação e ajustes realizados a cada dois anos</li> </ul>	De 2022 a 2049	0,0%	Anual	100%	100%	100%
7. Agir proativamente na gestão e controle de contratos de concessão de serviços públicos para assegurar a potencialização de externalidades positivas para a cidade, sobretudo nos territórios ainda muito desassistidos e de baixa integração	1. Elevação em 30% até 2030 e de 60% até 2049 de externalidades positivas dos serviços de concessão pública em termos da economia da cidade e de bem-estar de seus moradores, especialmente aqueles que moram em bairros precários	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitoramento, avaliação e ajustes das metas do acordo celebrado a cada dois anos a partir de junho de 2022;</li> <li>• Publicação dos resultados das avaliações e ajustes</li> </ul>	De 2022 até 2049	0,0%	Anual	100%	100%	100%

AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL								
Dimensões Estratégicas Setoriais								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
8. Ativar as regulamentações municipais para que os grandes empreendimentos atuem como corresponsáveis pela manutenção de áreas circunvizinhas aos seus empreendimentos e pela formação de redes de boa vizinhança com os moradores;	1. Regulamentações que alcançam os setores produtivos da cidade para induzir e estimular condutas de responsabilidade social, notadamente em relação às áreas e moradores circunvizinho ajustadas;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Publicação dos resultados das avaliações e ajustes</li> </ul>	De 2022 até 2049	Legislações existentes (alvará de funcionamento, ISS, etc)	Quadri-anual	100%	100%	100%

## SAÚDE

AGENDA: SAÚDE COM RESOLUBILIDADE								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
1. Tornar Salvador reconhecida nacionalmente como cidade de população saudável;	1. Rede pública de saúde com capacidade de atender 100% da demanda.		Até 2030			100%	100%	100%
	2. Programa Integrado das Residências (Médica e Multiprofissional) em Saúde instituído, com vistas a qualificar o atendimento prestado à população, com 24.000 discentes inseridos na rede SUS em 2030 e 36.000 em 2049							
	3. Escola Municipal de Saúde Pública implantada							
	4. Sala de situação em saúde da SMS em pleno funcionamento, produzindo informações para subsídio à gestão do sistema municipal de saúde							

AGENDA: SAÚDE COM RESOLUBILIDADE								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
<b>2.</b> Priorizar a rede de atenção básica, ativando parcerias com instituições públicas de ensino, pesquisa e de extensão, e incluindo moradores das localidades, ampliando a cobertura e a capacitação dos agentes de saúde	<b>1.</b> Convênios com IES públicas (ensino, pesquisa e de extensão) firmados;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação com IES públicas;</li> <li>• Contratação de agentes de saúde;</li> <li>• Capacitação dos agentes de saúde;</li> <li>• Elaboração de sistema de avaliação dos agentes de saúde;</li> <li>• Avaliação dos agentes de saúde</li> <li>• Pessoal treinado.</li> </ul>	Início em junho de 2021	0,0%	Bianual	100%	100%	100%
	<b>2.</b> Contingente de agentes de saúde 50% superior ao contingente de 2018, em 2030, e 100% superior ao contingente de 2018 em 2049;							
	<b>3.</b> 100% dos agentes de saúde capacitados							
	<b>4.</b> Desempenho dos agentes de saúde avaliados pelos usuários bianualmente.							
<b>3.</b> Priorizar ações de prevenção, de controle e de tratamento de doenças de maior incidência por área da cidade;	<b>1.</b> Plano bianual de contingência por área da cidade, começando pelas áreas de ZEIS;		Início 2022	0,0%	Anual	100%	100%	100%
<b>4.</b> Aumentar e manter a cobertura da população vacinada na idade prevista	<b>1.</b> Plano anual de contingência por área da cidade, começando pelas áreas de ZEIS.		Início 2022	0,0%	Anual	100%	100%	100%



AGENDA: SAÚDE COM RESOLUBILIDADE								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
<b>5.</b> Ampliar a capacidade de atendimento da rede pública de prestação de serviços de saúde de baixa e de média complexidade de forma a que os moradores da cidade encontrem tratamento e resolubilidade em seus bairros ou em outros mais próximos	<b>1.</b> Plano bianual de contingência por área da cidade, começando pelas áreas de ZEIS;		Início 2022	0,0%	Anual	100%	100%	100%
<b>6.</b> Ampliar a capacidade de atendimento da rede pública de prestação de serviços de saúde de alta complexidade de forma a que os moradores da cidade encontrem tratamento e resolubilidade nas prefeituras bairro na qual seu bairro está incluído;	<b>1.</b> Plano bianual de contingência por área da cidade, começando pelas áreas de ZEIS.		Início 2022	0,0%	Anual	100%	100%	100%

AGENDA: SAÚDE COM RESOLUBILIDADE								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
<b>7.</b> Aumentar a efetividade e resolubilidade das intervenções na área de saúde do trabalho.	<b>1.</b> 100% dos trabalhadores atendidos com dia e hora marcada, quando for possível sua presença, e por deslocamento da equipe até a residência do trabalhador ou por telemedicina.		Início 2022	0,0%	Anual	100%	100%	100%
<b>8.</b> Aumentar a escala de atendimento especializado e disponibilização de medicações a portadores de doenças crônicas e idosos, mantendo a estabilidade e resolubilidade do serviço prestado.	<b>1.</b> Plano bianual de contingência.		Início 2022	0,0%	Anual	100%	100%	100%
<b>9.</b> Tornar mais efetivas as ações no campo da vigilância sanitária.	<b>1.</b> Plano de contingência.		Início 2022	0,0%	Anual	100%	100%	100%

## EDUCAÇÃO

AGENDA: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
1. Implementar plano de educação com foco na qualidade do ensino, em metodologias ativas, na corresponsabilização das comunidades locais e em seu monitoramento	1. Novo Plano de Educação elaborado e implementado até Março/2022	• Implantar software de gestão educacional para toda a rede municipal	Dezembro / 2024	Não elaborado	Março/2025	-	-	-
		• Capacitar o corpo docente para a adoção de metodologias ativas e utilização de ferramentas tecnológicas.	2028	Sem info.	2020	30%	60%	100%
		• Dotar as unidades escolares de laboratórios de informática com plena capacidade de funcionamento (infraestrutura de hardware, software e internet banda larga)	2028	34%	2018	56%	78%	100%
2. Melhorar a proficiência dos alunos do ensino básico, superando as metas do IDEB	1. Aumentar o IDEB para 6,5 até 2024	• Promover ações de reforço às atividades de leitura, interpretação de textos e escrita, assim como de raciocínio lógico e aritmética no contraturno escolar, em formato lúdico-pedagógico que estimule a participação e a aprendizagem	2024	5,6	2019	6,2	7,0	8,0
	2. Ampliar de 89% para 100% a participação dos alunos do 5º ano, e de 85% para 95% dos alunos do 9º ano na Prova Brasil, até 2025		2024	89%	2017	100%	100%	100%
			2030	85%		90%	100%	100%

AGENDA: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
3. Elevar o nível de educação formal da população em idade produtiva (PIA), visando a aumentar capacidade de inserção no mercado de trabalho;	1. Ampliar a matrícula de EJA em 30%, até 2025.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Distribuir a oferta de classes de EJA territorialmente em sincronia com a demanda</li> </ul>	2025	17.305 (todas as faixas etárias)	2019	30%	50	50%
	2. Promover a profissionalização de 70% dos alunos concluintes até 2024	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ofertar cursos profissionalizantes para os alunos do EJA</li> <li>Promover a articulação com entidades do Sistema S para a oferta de cursos de capacitação para alunos das turmas de EJA acima de 16 anos.</li> </ul>	2024	N/I	S/I	-	-	-
4. Garantir o acesso precoce de crianças à educação, como forma de garantir o desenvolvimento tempestivo das capacidades cognitivas, visando preparar o aluno para o acesso ao ensino básico	1. Ampliar a oferta de vagas em creches e educação Infantil, priorizando as áreas de maior demanda, na proporção 60% da população entre 1 e 6 anos, até 2024.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver indicador de atendimento relacionando à demanda por faixa à dimensão territorial.</li> </ul>	2022	Porcentagem de crianças de 2 a 6 anos fora da escola (S/I)	N/I	60%	-	-

AGENDA: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
5. Promover atividades extracurriculares que possibilitem desenvolver habilidades que reforcem as competências de leitura, escrita e raciocínio lógico, além da descoberta e desenvolvimento de outras aptidões e talentos latentes, através da parceria com ONG's e voluntários capacitados e da abertura nas unidades escolares de espaços para essas atividades no contraturno das aulas	1. Formalizar convênios e parcerias com ONGs, e abertura de vagas para voluntários mediante, apresentação de diplomas e/ou atestados, e avaliação de currículo e assinatura de termos de responsabilidade até 2024.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar ONGs especializadas em Educação.</li> </ul>	2024	S/I		Termos formalizados		

## CULTURA

AGENDA: CULTURA DE/PARA TODOS								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
1. Fortalecer a Cultura, considerando que Salvador é um centro difusor, promovendo a sua centralidade, através da reestruturação do órgão de cultura, com a criação de uma Secretaria exclusiva	1. Órgão central de Cultura ampliado com nova estrutura regimental até 2024	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de proposta de reestruturação organizacional e revisão do Regimento</li> </ul>	Até 2024	0%	2020	100%	100%	100%
	2. Conselho Municipal de Política Cultural fortalecido e com estrutura de secretaria executiva adequada ao seu funcionamento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento das demandas de apoio executivo junto aos representantes do Conselho e implementação das ações necessárias.</li> </ul>	Até 2024	0%	2020	100%	100%	100%
	3. Ampliação de orçamento para a gestão da Cultura, compatível com a importância da pasta para Salvador, até o ano de 2024.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão no PPA-2022 de recursos orçamentários para execução da política de cultura.</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%
	4. Mapeamento dos agentes/atores, expressões, obras, patrimônio (material e imaterial), produtos e serviços culturais de Salvador a cada 5 anos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Execução do mapeamento;</li> <li>• Inclusão das informações sobre a cultura soteropolitana no sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais</li> </ul>	até 2024	0%	2020	100%	100%	100%

AGENDA: CULTURA DE/PARA TODOS								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
2. Proteger e valorizar o patrimônio histórico e cultural e os elementos da paisagem que definem a singularidade de Salvador como cidade monumento reconhecida mundialmente.	1. Contemplar cada Prefeitura-Bairro com um equipamento cultural multiuso (Boca de Brasa), até 2030.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração e execução de projetos.</li> </ul>	Equipamentos culturais multiuso em funcionamento até 2030		2020	50%	100%	100%
	2. Aproveitamento de ruínas do patrimônio histórico como equipamento cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mapeamento das ruínas existentes;</li> <li>• Priorização dos espaços;</li> <li>• Elaboração e Execução dos projetos.</li> </ul>	2030	0%				
	3. Dinamização dos espaços culturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação do número de editais atuais;</li> <li>• Elevação dos recursos financeiros destinados a esses editais.</li> </ul>	2030					
3. Mapear os acervos de informações que estão armazenadas em organizações culturais para potencializar o fluxo internacional de informações e a difusão das artes, da cultura e da história local.	1. Acervos catalogados, recuperados, digitalizados e disponibilizados até 2030	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação dos acervos;</li> <li>• Catalogação dos acervos;</li> <li>• Digitalização.</li> </ul>	2049	S/I	2020	20%	40%	100%



AGENDA: CULTURA DE/PARA TODOS								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
4. Fortalecer a cultura negra	1. Festival anual de Culturas Negras realizado.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de Festival de Culturas Negras a cada ano, a fim de promover a diversidade cultural, com reconhecimento e valorização das diferentes expressões soteropolitana.</li> </ul>	2049	S/I	2020	100%	100%	100%
	2. Apoio técnico, logístico e operacional em ações de afirmação cultural em 100% das comunidades tradicionais e outros territórios ocupados majoritariamente pela população negra.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar e oferecer cursos de capacitação de acordo com a demanda.</li> </ul>	2049	S/I	2020	30%	50%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoio à pesquisas sobre a cultura negra em universidades e centros de pesquisa locais, inclusive de iniciativa de comunidades específicas.</li> </ul>	2022 a 2049	0%	2020	100%	100%	100%

AGENDA: CULTURA DE/PARA TODOS								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
5. Ampliar investimentos e diversificar as ofertas de capacitação no âmbito do Programa Municipal de Formação e Qualificação em Cultura com prioridade para a população	1. Rede municipal de cultura constituída.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formação e qualificação em cultura, reunindo representantes de entidades públicas (municipais, estaduais e federais), privadas, sistema S, organizações da sociedade civil e Conselho Municipal Cultura.</li> </ul>	2024	S/I	2020	100%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de cursos em áreas estratégicas para a cidade no campo da cultura, tais como: música, técnicas do espetáculo, festas, restauro, economia do patrimônio, culturas digitais, produção e gestão culturais, curadoria, audiovisual, artes visuais, economia criativa, dentre outras.</li> </ul>	2049	S/I	2020	100%	100%	100%
	2. Aumentar investimentos gradativamente tendo como base o investimento de 2018.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação dos editais atuais.</li> <li>Elevação dos recursos financeiros destinados a esses editais;</li> <li>Realização e avaliação das Capacitações</li> </ul>	2024 até 2049	0%	2020	20%	100%	100%

AGENDA: CULTURA DE/PARA TODOS								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
6. Estimular a produção audiovisual e as culturas digitais, a fim de inserir de modo substantivo a cidade nestas dinâmicas de tecnologia cultural, em suas diferenciadas possibilidades.	1. Programa de apoio às culturas digitais e audiovisual elaborado.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração e implementação de Programa de apoio às culturas digitais e audiovisual.</li> </ul>	Programa elaborado até 2022 e em execução até 2049.	0%	2020	100%	100%	100%
	2. Cinema soteropolitano fortalecido com uma produção apoiada a cada quatro anos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento de editais regulares para apoio à produção cinematográfica local.</li> </ul>	2023 até 2049.	0%	2020	100%	100%	100%
	3. Mostra do Áudiovisual soteropolitano realizada a cada 2 anos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programação, Divulgação e Realização da Mostra do Audiovisual Soteropolitano</li> </ul>	2023 a 2049	0%	2020	100%	100%	100%
	4. Fortalecimento do escritório do Projeto Salvador Filmes							
7. Promover a documentação e difusão da Capoeira.	1. Programa de Apoio e Promoção da Capoeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento e implementação de um Programa estruturante para a Capoeira que seja transversal, e dialogue principalmente com educação, esporte e turismo.</li> </ul>	2022	0%	2020	100%	100%	100%

AGENDA: CULTURA DE/PARA TODOS								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
8. Fortalecer o carnaval e as festas populares de Salvador	1. Investimento de 70% do recursos municipais de apoio à festas populares em ações voltadas ao fortalecimento de práticas e manifestações culturais populares em toda a sua diversidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservação e fortalecimento dos elementos simbólico-representativos que as festas populares possuem.</li> <li>• Regulação do mercado da festa, com a criação de políticas voltadas especificamente para este tipo de manifestação cultural, aliada a políticas que atendam de forma mais equilibrada e justa tanto as instituições com mais visibilidade, como as manifestações mais populares e toda a sua diversidade.</li> </ul>	2022 a 2049	0%	2020	100%	100%	100%
9. Fortalecer a produção e a cena musical local.	1. Implantação da Casa da Música até 2024.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer parcerias com os setores público e privado visando estimular a cadeia produtiva da música;</li> <li>• Articular ações de dinamização da cena musical através dos espaços Boca de Brasa;</li> <li>• Digitalizar todos os arquivos como instrumento de memória, pesquisa e educação visando a recuperação e conservação da memória da música na Bahia.</li> </ul>	2021 a 2049	0%	2020	30%	60%	100%

## SEGURANÇA

AGENDA: SEGURANÇA LEGAL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
1. Tornar Salvador uma cidade segura para seus moradores e visitantes;	1. Plano de contingência		Início 2022	0,0%	Anual	100%	100%	100%
2. Fomentar a integração de áreas de governo em ações de prevenção, priorizando a formação de agentes comunitários;	1. Plano de contingência		Início 2022	0,0%	Anual	100%	100%	100%
3. Assegurar oportunidades de capacitação continuada aos servidores da área de segurança, centradas em princípios da cultura da paz, de prevenção e combate a crimes homofóbicos, feminicídio, de racismo e em cuidados com moradores de rua, mulheres, crianças e idosos	1. Programa de capacitação que permita desenvolver novas competências e atualizar as pré-existentes compatíveis com a cultura da paz, com escala para atender 100% da força de trabalho em dois anos, renovando-se a cada dois anos		Início 2022	0,0%	Bianual	100%	100%	100%
4. Articular-se com diferentes instâncias de governo e outros municípios da RMS no sentido de aumentar a efetividade do sistema de segurança em Salvador e nos municípios outros da RMS	1. Plano de contingência		Início 2022	0,0%	bianual	100%	100%	100%

### MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

AGENDA: MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
1. Aprimorar a mobilidade urbana por meio de sistemas de transporte mais sustentáveis, inclusivos e eficientes, tendo como prioridade o transporte coletivo de passageiros e o transporte ativo	1. Melhoria da microacessibilidade intrabairros, e da conexão dos bairros com as vias do sistema viário estrutural onde operam os sistemas de transporte de média e alta capacidades, priorizando- “Miolo” e Subúrbio Ferroviário, até 2030	• Elaborar projetos de microacessibilidade, priorizando os bairros mais adensados e de maior declividade.	2024	0	2020	50%	100%	-
		• Implementar o plano de microacessibilidade do Centro Histórico do Comércio.	2024	0	2020	100%		
	2. Melhoria da microacessibilidade vertical e entre cumeadas viabilizando o transporte ativo em locais de maior ocupação urbana com dificuldade de acesso ao transporte coletivo, até 2049.	• Elaborar projetos de requalificação e implantação de escadarias, e implantação de escadas rolantes, planos inclinados, elevadores e teleféricos, priorizando o “Miolo” e o Subúrbio Ferroviário.	2030	0	2020	50%	100%	
		• Implementação dos projetos	2049	0	2020	30%	60%	100%
	3. Ampliar a qualidade das calçadas do entorno dos pontos de ônibus, das escolas e dos equipamentos de saúde de 22,9% para 100% até 2049.	• Elaborar projetos	2049	0	2020	30%	60%	100%
		• Implementar Projetos	2049	S/I	2020	30%	60%	100%
	4. Ampliar em 100% a melhoria das calçadas dos bairros integrantes das regiões do Subúrbio e do Miolo da cidade, até 2030.	• Implementar Projetos	2030	S/I	2020	50%	100%	

AGENDA: MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
	5. Fortalecer a rede cicloviária da cidade em relação a rede viária em 100% até 2049.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar e executar Projeto</li> </ul>	2049	4,84%	2017	30%	50%	100%
	6. Aumentar a taxa de extensão de ciclovias em 100% até 2030	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar e executar projetos</li> </ul>	2030	6,06/100 mil hab.	2017	10%	100%	100%
	7. Aumentar a taxa de passageiros do transporte coletivo em 20% até 2030	<ul style="list-style-type: none"> <li>Articulação dos roteiros dos transporte coletivo com as estações;</li> <li>Construção de estacionamentos no entorno das estações de metrô;</li> <li>Ampliação das linhas de transporte de média e alta capacidades.</li> <li>Planejamento de restrições à circulação de veículos individuais em áreas e dias específicos</li> </ul>	2030	52,6%	2017	5%	15%	100%
	8. 100% das vias do sistema viário estrutural operando com faixas e pistas seletivas e/ou segregadas para o transporte público de passageiros até 2049	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de faixas e pistas seletivas e segregadas</li> </ul>	2049	0,3%	2017	20%	50%	100%



AGENDA: MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
	1. Acesso por 50% da população de Salvador a uma estação de transporte num raio de 800m de seus domicílios até 2049	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar e Implementar projetos urbanísticos visando reverter a tendência de dispersão de atividades através do equilíbrio da rede de centralidades;</li> <li>Ações que visem a desconcentração dos serviços e dos equipamentos de educação, saúde e cultura</li> </ul>	2049	23,5%	2020	5%	5%	50%
	2. Ampliar em 10% as viagens realizadas por transporte público, a pé ou bicicleta até 2049.		2049	77%	2017	2,5%	5,0%	10%
	3. Estabelecer o tempo máximo de 30min para a realização de viagens pendulares entre os domicílios de Salvador e a escola ou o local de trabalho até 2049		2049	41min	2020	5%	5%	25%
	4. Aumentar em 50% o percentual de passageiros do transporte coletivo beneficiando com políticas de integração até 2049	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de estudo para implementação da integração intermodal, considerando as centralidades e o atendimento prioritário às áreas do Subúrbio e Miolo</li> <li>Implementação da Integração</li> </ul>	2049	16,9%	2017	20%	50%	100%

### CENTRALIDADES

AGENDA: FORTALECIMENTO E INTEGRAÇÃO DAS CENTRALIDADES								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
1. Promover maior conexão entre as centralidades metropolitanas e as centralidades municipais e a progressiva desconcentração e equilíbrio da rede de centralidades	1. Conhecimento e planejamento da rede de centralidades do Município	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração do Plano Geral da Rede de Centralidades de Salvador orientado para a definição de medidas que venham promover a desconcentração e um maior equilíbrio na rede, além de ações estruturantes considerando a escala e os papéis desempenhados pela centralidade no conjunto da rede.</li> </ul>	2022	Não realizada.	2020	100%		
	2. Centralidades consolidadas e integradas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração e implementação dos Planos Urbanísticos de Centralidades Metropolitanas, com prioridade para a Centralidade Metropolitana de Águas Claras e da Centralidade Metropolitana Retiro/ Acesso Norte considerando as centralidades metropolitanas e municipais com as quais apresentam maiores interações.</li> </ul>	2022	Não realizada.	2020	20%	40%	40%
	3. Elaboração e implementação dos Planos Urbanísticos de Centralidades Municipais, com prioridade para a Centralidade Municipal de São Cristóvão e Centralidade Municipal de Cajazeiras;			2022	Não realizada.	2020	12%	44%

AGENDA: FORTALECIMENTO E INTEGRAÇÃO DAS CENTRALIDADES								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
2. Evitar ou mitigar impactos de vizinhança e impactos socioambientais em decorrência de projetos estruturantes ou do esvaziamento de uso do solo.	1. Impactos de projetos estruturantes mitigados ou compensados por medidas indicadas em Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e/ou Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) conforme o caso.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração de normativas especiais para Estudos ambientais, inclusive EIA/ RIMA quando se tratar de projetos em centralidades municipais e metropolitanas.</li> </ul>	2021	Não realizada.		20%	40%	40%
3. Promover a legibilidade das/ nas centralidades municipais e metropolitanas.	1. Referenciais de paisagem e imagem das centralidades metropolitanas e municipais fortalecidos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação ou consolidação de espaços públicos de parada confortáveis, aprazíveis que possibilitem a criação de referências marcantes nas centralidades municipais e metropolitanas.</li> <li>Implementação de programa de arborização, melhoria das calçadas e implantação de ciclovia nas centralidades municipais e metropolitanas.</li> </ul>	2049	Não realizada.	2020	20%	60%	20%
	2. Espaços públicos localizados nas centralidades municipais e metropolitanas dotados de equipamentos e mobiliários urbanos que proporcionem comodidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de equipamentos e mobiliários urbanos que ofereçam comodidade aos habitantes e visitantes com a introdução de tecnologias promotoras da cidadania, especialmente aquelas que promovam o encontro e o uso dos espaços públicos.</li> </ul>	2049	Não realizada.	2020	20%	60%	20%

### AMBIENTE URBANO

AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
1. Regularizar e aplicar os instrumentos do PDDU incidentes sobre a propriedade imobiliária urbana de modo a viabilizar o pleno exercício da função social da propriedade nos diferentes territórios da cidade	1. Instrumentos do PDDU incidentes sobre a propriedade imobiliária urbana regulamentados e em execução até 2049	• Regulamentação por lei municipal dos instrumentos do Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios, IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação com Títulos da Dívida Pública	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		• Identificação de áreas e notificação aos proprietários para o Parcelamento, Edificação e Utilização compulsórios sujeitos às devidas sanções	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		• Aplicação do IPTU progressivo no tempo (por até cinco anos) para os imóveis notificados que não cumpriram a obrigação do Parcelamento, Edificação e Utilização compulsórios	2030	0%	2024	0%	100%	100%
		• Aplicação da Desapropriação com Títulos da Dívida Pública para os imóveis notificados há mais de dez anos que não cumpriram as obrigações de parcelamento, edificação e utilização previstas	2049	0%	2030	0	0	100%

AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Regulamentação do Consórcio Imobiliário para viabilizar o Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios com a participação direta do setor público na execução das obrigações</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%
2. Renovar ou viabilizar a substituição de infraestruturas e usos obsoletos no espaço da cidade	1. 20 projetos de requalificação funcional e urbanística de espaços e equipamentos públicos elaborados e implantados anualmente até 2024	<ul style="list-style-type: none"> <li>Seleção de áreas e definição de prioridades de intervenção</li> </ul>	2021	0%	2021	100%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração de projetos e execução de obras para complementação do programa de urbanização e/ou requalificação urbanística da Orla de Salvador, compreendendo os trechos: Praia Grande, Escada e Periperi (Baía de Todos os Santos), e Pituaçu, Jaguaribe, Itapuã-Farol, Farol-Stella Maris (orla Atlântica)</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração de projetos e execução de obras de urbanização e/ou requalificação urbanística e funcional de espaços e equipamentos públicos</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%

AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
	2. 10 (dez) projetos elaborados e implantados até 2030 para requalificação funcional e física de edificações ou conjuntos de edificações degradados e/ou subutilizados em diferentes bairros de Salvador	• Seleção de áreas e definição de prioridades de intervenção	2021	0%	2021	100%	100%	100%
		• Elaboração de projetos de requalificação funcional e edificação de edificações ou conjuntos de edificações degradados e/ou subutilizados	2024	0%	2021	100%	100%	100%
		• Implantação de 10 projetos de habitação em diferentes bairros de Salvador (incorporação imobiliária + projeto aprovado + obra executada + entrega das unidades)	2030	0%	2021	30%	100%	100%
	3. Plano de Habitação para o Bairro do Comércio implantado até 2030 com execução dos projetos para os trechos do Corpo Santo e Plano Gonçalves (incorporação imobiliária + projeto aprovado + obra executada + entrega das unidades)	• Definição e aplicação de modelos sustentáveis de negócios para a reabilitação de áreas degradadas ou subutilizadas em áreas centrais e de urbanização consolidada	2024	30%	2020	100%	100%	100%
		• Desenvolvimento e implantação do projeto habitacional para o trecho Corpo Santo	2024	20%	2020	100%	100%	100%
		• Desenvolvimento e implantação do projeto habitacional para o trecho Gonçalves	2030	10%	2020	50%	100%	100%

AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
	4. Estudos para a ocupação de 05 (cinco) áreas estratégicas, próximas às estações dos corredores de transporte de passageiros, para aplicação do instrumento da TUL (Transformação Urbana Localizada), ou outras operações urbanas, visando transformações de usos e adequações urbanística no entorno	• Parque de Exposições Agropecuárias em Itapuã (38 hectares)	2022	0%	2020	100%	100%	100%
		• Instalações da Rodoviária e do DETRAN - a serem desativadas (20 hectares)	2022	0%	2020	100%	100%	100%
		• Antiga Fábrica da Bom Brasil na Península do Joanes – Lobato (16 hectares)	2022	0%	2020	100%	100%	100%
		• Antiga Fábrica de Cimento Aratu em São Tomé de Paripe (38 hectares)	2022	0%	2020	100%	100%	100%
		• Antiga Fábrica de Tecidos São Brás em Plataforma (1 hectare)	2022	0%	2020	100%	100%	100%
3. Promover o saneamento ambiental das bacias hidrográficas de Salvador	1. Bacia Hidrográfica do Rio do Cobre saneada até 2049	• Desenvolvimento de plano integrado de saneamento ambiental para a Bacia do Rio do Cobre	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		• Implantação do projeto de saneamento ambiental da sub-bacia do Rio Mané Dendê	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		• Desenvolvimento e implantação de projeto de recuperação e proteção das nascentes do Rio do Cobre e de recuperação ambiental da Lagoa da Paixão	2030	0%	2020	0%	100%	100%



AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Solução de conflitos de usos em desconformidade com a finalidade de conservação ambiental da área de proteção à Represa do Cobre</li> </ul>	2030	0%	2020	20%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento e implantação de projeto de reurbanização e de adequação das moradias na parte alta da bacia com recuperação das nascentes e soluções permanentes para o saneamento básico</li> </ul>	2030	0%	2020	0%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação do parque urbano da Lagoa da Paixão previsto no PDDU</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação da Unidade de Conservação Integral prevista pelo PDDU, compreendendo o reservatório do Cobre e os remanescentes de Mata Atlântica no seu entorno</li> </ul>	2030	0%	2020	50%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Reflorestamento da mata de proteção à represa com espécimes do ecossistema integrante do Bioma Mata Atlântica</li> </ul>	2049	0%	2020	20%	50%	100%

AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento e implantação de plano de reintegração do reservatório do Rio Cobre como manancial de abastecimento humano</li> </ul>	2030	0%	2020	0%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de unidade de pesquisa, monitoramento ambiental e de controle do território na Unidade de Conservação Ambiental</li> </ul>	2030	0%	2021	50%	100%	100%
	2. Bacia Hidrográfica do Rio Ipitanga saneada até 2049	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação do parque urbano do Ipitanga I previsto pelo PDDU, compreendendo o reservatório e sua faixa de preservação permanente de 100 metros</li> </ul>	2030	0%	2020	20%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Preservação dos remanescentes de Mata Atlântica existentes na bacia hidrográfica</li> </ul>	2049	0%	2024	0%	50%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação do parque do Ipitanga II e III previsto pelo PDDU, compreendendo a faixa de preservação permanente dos reservatórios II e III do Rio Ipitanga</li> </ul>	2049	0%	2020	0%	50%	100%

AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reflorestamento da mata de proteção aos reservatórios com espécimes do ecossistema integrante do Bioma Mata Atlântica</li> </ul>	2049	0%	2020	20%	50%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Solução de conflitos de usos em desconformidade com a finalidade de conservação ambiental da área e restrição à substituições de usos de baixa densidade (sítios e chácaras) por outros mais intensivos</li> </ul>	2030	0%	2020	20%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitoração da operação do Aterro Sanitário Centro, controle da ocupação urbana nas áreas localizadas no entorno do equipamento e estudo de alternativas de uso para quando ocorrer a sua desativação</li> </ul>	2030	0%	2020	50%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitoração da exploração mineral nas áreas outorgadas (pedreiras) e execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD na medida em que forem encerradas as atividades de lavra</li> </ul>	2049	0%	2020	20%	50%	100%

AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Recuperação ambiental das áreas de preservação permanente (APP) do Rio Ipitanga à jusante da Represa de Ipitanga I em todo o seu curso no território de Salvador</li> </ul>	2030	0%	2021	20%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação do projeto urbanístico do Parque em Rede da Pedra de Xangô</li> </ul>	2024	30%	2020	100%	100%	100%
	3. Bacia Hidrográfica do Rio Paraguari saneada até 2049	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração de plano integrado de saneamento ambiental, de urbanização e desenvolvimento econômico e social para o conjunto de bairros integrantes da Bacia do Rio Paraguari (Periperi, Nova Constituinte, Coutos, Fazenda Coutos, Mirante e Colinas de Periperi)</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento e implantação de projeto de recuperação e proteção das nascentes e áreas de recarga das terras úmidas (lagoas e brejos)</li> </ul>	2035	0%	2020	0%	20%	100%	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento e implantação de projeto de reurbanização e de adequação das moradias</li> </ul>	2030	0%	2020	0%	100%	100%	

AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de soluções permanentes para o saneamento básico para toda a bacia</li> </ul>	2049	0%	2020	0%	50%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento e implantação de projeto de requalificação urbanística e ambiental das áreas de entorno do complexo Subúrbio 360</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%
	<p><b>4. 15% da Bacia Hidrográfica do Rio Camaragipe saneada até 2049*</b></p> <p>* (o percentual corresponde à área territorial abrangida pelo projeto em relação à área total da bacia, que é a de ocupação mais antiga e consolidada de Salvador)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração de plano integrado de saneamento ambiental, de urbanização e desenvolvimento econômico e social para conjunto de bairros do Calabetão, Mata Escura, Arraial do Retiro e Barreiras, integrantes da Bacia do Rio Camaragipe</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento e implantação de projeto de reurbanização e de adequação das moradias e de implantação de soluções permanentes para o saneamento básico</li> </ul>	2030	0%	2020	20%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento e implantação de projeto de recuperação e proteção das nascentes e áreas de recarga das terras úmidas (lagoas e brejos) de forma integrada à implantação do Parque Urbano da Mata Escura</li> </ul>	2049	0%	2020	20%	60%	100%

AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
4. Integrar o território marítimo de Salvador na Baía de Todos os Santos ao seu desenvolvimento	1. 100% Baía de Itapagipe saneada até 2049	• Dragagem da embocadura da Baía de Itapagipe (entre Ribeira e Plataforma) para desassoreamento, renovação do fluxo de água e redução da acumulação de poluentes	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		• Remediação da contaminação das águas, dos ambientes estuarinos e do fundo da baía por agentes químicos de alta toxicidade (hidrocarbonetos e metais pesados) provenientes de usos industriais sem manejo adequado	2049	0%	2020	10%	50%	100%
		• Controle da contaminação das águas da baía por lançamentos de esgotos e de resíduos sólidos	2024	0%	2020	100%	100%	100%
	2. Plano para o Conjunto de Bairros da Península de Itapagipe 100% implantado até 2030	• Implantação de soluções urbanísticas para a melhoria da mobilidade na península de Itapagipe	2030	0%	2020	40%	100%	100%
		• Implantação de soluções urbanísticas e ambientais para a melhoria do conforto térmico e redução das ilhas de calor nos bairros de grande densidade construída	2030	0%	2020	40%	100%	100%
		• Implantação de soluções de drenagem para os pontos de conflito (áreas sujeitas a inundações) na Península de Itapagipe	2030	30%	2020	60%	100%	100%

AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Reurbanização das bordas das enseadas dos Tainheiros, do Cabrito e do Lobato destinando-as, prioritariamente, para atividades de esporte e lazer da população</li> </ul>	2024	20%	2020	50%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Adaptação urbanística e de uso do solo da Península de Itapagipe para implantação do projeto “Território da Fé” envolvendo os três grandes santuários católicos: Basílica do Senhor do Bonfim, Paróquia de Santa Dulce dos Pobres e Paróquia de Nossa Senhora dos Alagados e São João Paulo II</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento e implantação de projetos de estruturação de áreas estratégicas e de apoio à cadeia produtiva das atividades relacionadas à economia do mar</li> </ul>	2030	0%	2020	20%	50%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento de estudos e implantação do Parque Marinho da Cidade Baixa, no Cantagalo</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%

AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
	3. Plano Urbanístico da Ilha de Maré (equivalente ao Plano de Bairro) 100% implantado até 2024	• Elaboração de plano urbanístico para a Ilha de Maré com a participação de seus moradores	2021	0%	2020	100%	100%	100%
		• Desenvolvimento e implantação de projetos de urbanização para as comunidades da ilha demarcadas como ZEIS	2024	0%	2022	100%	100%	100%
		• Implantação de soluções viárias para comunicação entre as comunidades e integração do território da ilha	2024	0%	2022	100%	100%	100%
		• Regularização fundiária dos assentamentos de comunidades quilombolas existentes na ilha	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		• Desenvolvimento e implantação de programa de atenção à saúde orientado às pessoas e comunidades tradicionais afetadas pela poluição da Baía de Todos os Santos por agentes químicos de alta toxicidade para a vida humana e a biota marinha	2024	0%	2020	100%	100%	100%



AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
5. Implantar as unidades de conservação e demais áreas de interesse ambiental e cultural integrantes do Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural (SAVAM)	1. 05 (cinco) Unidades de Conservação Ambiental Municipais (UCM) indicadas pelo SAVAM (PDDU 2016) implantadas até 2030	• Elaboração e implantação do zoneamento e do plano de manejo da APA Municipal Vale da Avenida Assis Valente e do Parque em Rede Pedra de Xangô	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		• Elaboração e implantação do plano de manejo e de programas de gestão do Parque Natural Municipal das Dunas (do Abaeté)	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		• Elaboração de estudos ambientais e implantação da Unidade de Conservação Integral da Represa do Rio do Cobre	2049	0%	2020	30%	60%	100%
		• Conclusão dos estudos e implantação da unidade de conservação ambiental municipal (UCM) Parque Ecológico do Vale Encantado	2024	30%	2020	100%	100%	100%
		• Desenvolvimento de estudos e implantação da UCM do Manguezal do Rio Passa Vaca	2024	0%	2020	100%	100%	100%
	2. APAS estaduais no território de Salvador com regulamentação 100% concluída até 2024	• Gestões junto ao Governo do Estado para conclusão e aprovação do Zoneamento da APA estadual do Rio do Cobre	2024	50%	2020	100%	100%	100%
		• Revisão do zoneamento da APA estadual Joanes/ Ipitanga para o Município de Salvador	2024	0%	2020	100%	100%	100%

AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestões junto ao Governo do Estado para a aprovação do Zoneamento da APA estadual da APA estadual da Baía de Todos os Santos</li> </ul>	2024	50%	2020	100%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Revisão do zoneamento da APA estadual da APA estadual das Lagoas e Dunas do Abaeté</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%
6. Estruturar em rede e sob uma mesma governança os parques urbanos, parques de bairro e demais espaços abertos de uso público integrantes do SAVAM	1. 100% da rede de parques urbanos e parques de bairro do SAVAM estruturada até 2024	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estruturação e hierarquização da rede de parques e espaços abertos, com a definição de funções para cada unidade, das possibilidades de uso pela população e de articulação funcional e territorial</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição e implantação de estrutura de governança para a gestão integrada da rede de parques e espaços abertos</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Manutenção de agenda de eventos e programação articulada de atividades DE lazer para a população de toda a cidade apoiada na rede de parques e espaços abertos</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%

AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
	2. Parque Urbano do Vale da Mata Escura, no Miolo de Salvador, 100% implantado até 2030	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento de estudos ambientais para zoneamento do parque, compreendendo a conservação dos remanescentes florestais da Mata Atlântica e a integração com a ACP do Terreiro do Bate Folha, Mansu Banduquenqué, monumento tombado pelo IPHAN</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento e implantação de projeto de urbanização e de equipamentos de uso público para as áreas do parque habilitadas para atividades de recreação e lazer</li> </ul>	2030	0%	2020	50%	100%	100%
	3. Parque Urbano Socioambiental de Canabrava, no Miolo de Salvador, 100% implantado até 2030	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento de estudos ambientais para zoneamento do parque, compreendendo a recuperação de áreas ambientalmente degradadas, o reflorestamento e a integração do parque às comunidades localizadas no seu entorno</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento e implantação de projeto de urbanização e de equipamentos de uso público para as áreas habilitadas para atividades de lazer, prática de esportes, eventos culturais e de atenção às comunidades</li> </ul>	2028	0%	2020	0%	100%	100%

AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
	4. Estudos para implantação do Parque Urbano de Ipitanga I e do Parque Urbano de Ipitanga II e III, indicados pelo PDDU, 100% concluídos até 2024	• Realização de estudos ambientais para implantação do Parque Urbano de Ipitanga I	2028	0	2020	50%	100%	100%
		• Realização de estudos ambientais para implantação do Parque Urbano de Ipitanga II e III	2028	0	2020	50%	100%	100%
	5. 07 (sete) Parques de Bairro implantados até 2024	• Desenvolvimento e implantação de projeto de urbanização e de equipamentos de uso público para 07 Parques de Bairro: Dique do Cabrito; Escada; Pedra de Xangô; Fazenda Grande; Amazonas de Baixo; Stella Maris; e Parque Linear do Jaguaribe	2028	0	2020	50%	100%	100%
7. Proteger e valorizar o patrimônio histórico e cultural e os elementos da paisagem que definem a singularidade de Salvador como cidade monumento reconhecida mundialmente	1. 100% definidos e implementados até 2022, normas e arranjos institucionais para a conservação dos sítios históricos, conjuntos arquitetônicos e edificações de interesse histórico e cultural no Centro Antigo de Salvador	• Estabelecimento de parâmetros de uso e ocupação do solo e de critérios para análise de intervenções nas áreas e edificações integrantes da APCP do Centro Antigo de Salvador	2022	50%	2020	100%	100%	100%
		• Definição do arranjo intergovernamental para gestão cooperativa do patrimônio cultural tombado no território de Salvador pelo IPHAN, pelo IPAC e pela FGM	2022	0%	2020	100%	100%	100%

AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
	2. 30 Áreas de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) ainda sem normatização específica 100% regulamentadas até 2024	• Estabelecimento de parâmetros de uso e ocupação do solo e de critérios para análise de intervenções na APCP do Rio Vermelho	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		• Estabelecimento de parâmetros de uso e ocupação do solo e de critérios para análise de intervenções nas APCP da Península e Baía de Itapagipe: Monte Serrat; Colina e Baixa do Bonfim; Penha/Ribeira; Plataforma	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		• Estabelecimento de parâmetros de uso e ocupação do solo e de critérios para análise de intervenções nas APCPs dos Terreiros de Candomblé: Ilê Axé Oxumarê (Terreiro Oxumarê); Ilê Odó Ogé (Terreiro Pilão de Prata); Mansu Dandalungua Cocuazenza; Hukpame Savalu Vodun Zo Kwe	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		• Estabelecimento de parâmetros de uso e ocupação do solo e de critérios para análise de intervenções nas APCP da Orla Atlântica de Salvador: Jardim de Allah; Orla Boca do Rio e Pituaçu; Jaguaribe e Piatã; e Farol de Itapuã	2024	0%	2020	100%	100%	100%

AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição de prioridades e estabelecimento de parâmetros de uso e ocupação do solo e de critérios para análise de intervenções nas demais APCPs de Salvador</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Enquadramento como ACP do conjunto arquitetônico da Soledade, tombado como patrimônio cultural do Estado da Bahia pelo IPAC, e estabelecimento de parâmetros específicos de uso e ocupação do solo e de critérios para análise de intervenções</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%
	3. Realização até 2024 do mapeamento dos espaços de manifestação cultural e de representação das tradições do povo soteropolitano visando sua valorização e preservação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mapeamento dos espaços livres ou edificados utilizados para manifestações culturais das diversas formas de expressão artística</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Mapeamento e reconhecimento de territórios relacionados à manifestações e tradições culturais do povo soteropolitano</li> </ul>	2024	0%	2020	100%	100%	100%

AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
8. Fortalecer a resiliência da Cidade de Salvador em face dos cenários de eventos extremos associados às mudanças climáticas	1. Plano de Mitigação e Adaptação à Mudanças Climáticas (PMAMC) implantado até 2049	• Conclusão do Plano de Mitigação e Adaptação à Mudanças Climáticas (PMAMC)	2021	90%	2020	100%	100%	100%
		• Implantação e acompanhamento das metas do PMAMC	2049	0%	2020	20%	40%	100%
	2. Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica implantado até 2049	• Elaboração do plano para a Mata Atlântica de Salvador	2022	0%	2020	100%	100%	100%
		• Implantação e acompanhamento das metas	2030	0%	2020	50%	100%	100%
	3. Sistema de indicadores urbano-ambientais implantado até 2022	• Estruturação, implantação e monitoração do indicador Áreas Verdes por Bairro de Salvador	2049	20%	2020	50%	70%	100%
		• Estruturação, implantação e monitoração do indicador Emissão de Carbono	2022	20%	2020	50%	70%	100%

AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
	4. Programa de aproveitamento da Energia Fotovoltaica (captada da radiação solar), como alternativa de energia limpa, renovável e de baixo custo para os domicílios de Salvador 100% implementado até 2024	• Estruturação de programa de incentivo e de financiamento com foco nas moradias populares para implantação de sistemas de captação de energia solar no teto das edificações	2022	0%	2020	100%	100%	100%
		• Implantação de sistemas de captação de energia solar nos prédios da Administração Municipal, especialmente em escolas, equipamentos de saúde e outras unidades da rede	2024	5%	2020	100%	100%	100%



### GESTÃO URBANA E METROPOLITANA

AGENDA: GESTÃO URBANA E METROPOLITANA								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
1. Priorizar a formulação do sistema de informações do município, em associação com os municípios da RMS, equalizando diferentes metodologias, indicadores, unidades espaciais de análise, tempestividade, usabilidade e transparência das informações	1. Implantação de 100% do Sistema de Indicadores Municipais	• Elaboração do projeto do Sistema	2021	0%	2020	100%	-	-
		• Dimensionamento e implantação de infraestrutura tecnológica	2023					
		• Estruturação da rede de informações	2023					
		• Capacitação dos envolvidos	2024					
	2. Adesão efetiva de 100% dos órgãos e entidades ao Sistema de Informações Municipais, com atualização periódica dos indicadores	• Elaboração de plano de mobilização dos órgãos e entidades municipais	2023	0%	2020	100%	100%	100%
		• Implementação do plano de mobilização	2024					
	3. Viabilizar 100% dos convênios com entidades externas previstos no projeto	• Seleção, articulação e assinatura dos convênios com as entidades prioritárias (50%)	2023	0%	2020	100%	100%	100%
		• Seleção, articulação e assinatura dos convênios com as entidades restantes (50%)	2024					
	4. Manter política de dados abertos para 100% das informações públicas do banco de dados do Sistema de Informações Municipais.	• Aprovar política de dados abertos para o Sistema de Informações Municipais	2021	0%	2020	100%	100%	100%

AGENDA: GESTÃO URBANA E METROPOLITANA								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
2. Estruturar a máquina administrativa da Prefeitura de forma a garantir a implementação das políticas públicas necessárias ao desenvolvimento municipal e a prestação de serviços de forma ágil e eficaz.	1. Capacitar ou reciclar pelo menos 50% dos servidores e empregados públicos anualmente	• implantação do sistema de gestão de pessoas por competência	2024	17%	2019	20%	30%	50%
		• Levantamento das necessidades de capacitação	2022					
		• Elaboração de plano de modalidades e canais alternativos de treinamento abrangendo todos os órgãos e entidades municipais	2022					
	2. Oferecer acesso digitalizado a 80% dos serviços públicos municipais	• Seleção e virtualização dos processos de trabalho para oferta dos serviços mais demandados;	2024	10%	2020	50%	80%	80%
• Seleção e virtualização dos processos de trabalho para oferta dos demais serviços.		2028						
3. Aprimorar mecanismos de transparência e controle social.	1. Cumprir 100% do check list da transparência municipal, proposto no Plano Salvador 500 (Anexo 1)	• Estruturar equipe de monitoramento da transparência municipal, vinculada ao Gabinete do Prefeito.	2021	-	-	100%	100%	100%

### MORADIA DIGNA

AGENDA: MORADIA DIGNA								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
1. Implementar programa de regulamentação, regularização e urbanização das ZEIS com participação e controle social e de forma integrada e interdisciplinar	1. 30% do Programa de implementação de ZEIS implantado	• Implementação do programa nas áreas de 67 ZEIS, incorporando critérios como: vulnerabilidade à pressão imobiliária e centralidade	2049	0	2018	10	25	67
		• Elaboração do plano urbanístico de 08 ZEIS prioritárias	2024	0	2018	8		
		• Regulamentação e regularização urbanística e fundiária de 02 ZEIS prioritárias	2024	0	2018	2		
	2. Regulamentação e regularização urbanística e fundiária de 100% das ZEIS 5 e das ZEIS situadas no CAS até 2030	• Elaboração de Planos Urbanístico.	2030	0	2018	20%	100%	100%
		• Cadastro Físico e socioeconômico						
		• Execução das ações de regulamentação e regularização fundiária.						
	3. Desenvolvimento e implantação do Projeto Habitacional de Interesse Social (HIS) para o trecho Pilar implantado até 2024	• Elaboração de Plano Urbanístico.	2024	10%	2020	100%		
		• Cadastro Físico e socioeconômico						
		• Execução das ações de regulamentação e regularização fundiária						

AGENDA: MORADIA DIGNA								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
	4. 100% das ZEIS 5 e daquelas localizadas no CAS e em áreas sob forte pressão imobiliária urbanizadas em 10 anos até 2030.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de projetos executivos</li> <li>• Execução das obras</li> </ul>	2030	10%	2020	40%	100%	
	5. 100% das ZEIS ocupadas em áreas precárias urbanizadas, considerando as prioridades definidas no Programa de Implementação de ZEIS até 2049	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de projetos executivos</li> <li>• Execução das obras.</li> </ul>	2049	0	2018	20-%	40%	40%
2. Implementar política continuada e progressiva de garantia da moradia digna envolvendo a produção/ provisão de habitação de interesse social.	1. Programa Habitacional Municipal implementado e elaborado até 2049	• Elaboração do Programa Habitacional Municipal com participação social.	2024	0	2020	100%	100%	100%
		• Encaminhamento de projeto de lei instituindo o Programa Habitacional Municipal						
		• Implementação da cota de solidariedade						

AGENDA: MORADIA DIGNA								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
	2. Inventário e caracterização dos imóveis públicos e privados da cidade que não cumprem a função social, identificando a situação de regularidade fiscal com vistas à identificação daqueles que poderão compor o programa de habitação de interesse social municipal até 2030	• Mapeamento dos imóveis que podem compor o Programa	2030	5%	2020	50%	100%	
		• Levantamento da situação fundiária e fiscal dos imóveis						
		• Elaboração de Projeto						
		• Execução de obra						
3. Implementar política continuada e progressiva de melhoria habitacional dos imóveis habitacionais considerados inadequados.	1. 50% do deficit habitacional atendido até 2049	• Implementação de programa municipal de provisão e produção habitacional nas modalidades: 1) produção habitacional, 2) locação social	2049	98.367 un	2020	5%	15%	100%
		• Utilização da cota de solidariedade	2024	0%	2020	100%	100%	100%
		• Gestão junto ao Governo Federal para obtenção de recursos que atenda 40% do deficit - Programas Federais	2040	0	2020	5%	15%	100%
		• Elaboração de Projetos habitacionais com recursos municipais que atendam a 10% do deficit, prioritariamente no Centro Histórico e nas áreas de ZEIS Vazio	2049	0	2020	2%	5%	100%
		• Execução de obra	2049	0	2020	7%	20%	100%

AGENDA: MORADIA DIGNA								
Objetivos	Metas	Ações	Horizonte de Execução	Indic. T0	Ano de apuração	T1	T2	T3
	2. 100% da demanda por melhoria habitacional atendida até 2049	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mapeamento das áreas para implementação do Programa de Melhoria Habitacional, priorizando imóveis: 1)sem banheiro;2) com apenas um cômodo e 3) de pessoas com deficiência</li> <li>Implementação do Programa de Melhoria Habitacional em 50% dos imóveis caracterizados como inadequados até 2030</li> <li>Elaboração de Projeto</li> <li>Execução do Projeto</li> </ul>	2049	0	2020	5%	25%	100%
4. Garantir Assistência Técnica gratuita nas áreas de arquitetura e engenharia	1. Programa Municipal de Assistência Técnica ampliado até 2030.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de parceria com instituições e universidades na execução do Programa</li> <li>Instituição dos Agentes Comunitários Territoriais por Prefeitura Bairro</li> <li>Implantação dos Núcleos de Assistência Técnica nas dez Prefeituras Bairros</li> <li>Agentes Comunitários contratados até 2024</li> </ul>	2024	0	2020	100%	100%	100%

**Quadro 3 - O Plano Salvador 500 e a relação com a Agenda 2030**

<b>AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL</b> <b>Dimensões estratégicas do modelo de desenvolvimento</b>					
Objetivo	Relação com ODS	Objetivo do ODS	Metas	Indicador T0	T2
<b>1.</b> Incluir e priorizar na agenda do governo local o tema de desenvolvimento econômico da Salvador-Metrópole, contribuindo para sua requalificação, dinamização de forma inclusiva, circular e sustentável;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos</li> </ul>	1. Agenda elaborada e tornada pública até junho de 2021	0,0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidade e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	2. Pesquisas bi-anuais de avaliação pelos usuários (moradores de Salvador) da prestação de serviços públicos: água e saneamento básico, energia, resíduos sólidos, telecomunicações, transportes coletivos, saúde e educação, do bem-estar da população e suas condições e socioeconômicas realizadas.	0,0%	100%
				3. Orçamento de investimentos do projeto elaborado de modo a deixar transparente a articulação e a integração entre intervenções e respectivos investimentos por bairro e por prefeitura bairro;	0,0%

<b>AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL</b> <b>Dimensões estratégicas do modelo de desenvolvimento</b>					
Objetivo	Relação com ODS	Objetivo do ODS	Metas	Indicador T0	T2
<b>2.</b> Constituir câmara de discussão de estratégias de desenvolvimento sustentável e de economia circular para Salvador e os outros municípios da RMS;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico</li> <li>• ODS 11 – Cidade e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos</li> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	1. Câmara constituída e em condições de funcionamento até junho de 2021;	0,0%	100%
			2. Realização de, no mínimo, uma reunião bimensal da Câmara	0,0%	100%
			3. Documentos de discussões, decisões e ações da Câmara com foco na economia da RMS elaborados e publicados até 15 dias após a realização de cada reunião	0,0%	100%
<b>3.</b> Elaborar, implementar, monitorar e ajustar ao longo do tempo projeto de desenvolvimento sustentável, circular e inclusivo que abarque a economia formal e a economia dos setores populares, com vista a dinamizar sua economia;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos</li> </ul>	1. Projeto de desenvolvimento elaborado até junho de 2022, integrando os plano da Península de Itapagipe, do Centro Históricos e outros em aspectos pertinentes à economia da cidade;	0,0%	100%
			2. Sistema de gestão do projeto de desenvolvimento sustentável, circular e inclusivo elaborado, implantado e operando até junho de 2022	0,0%	



<b>AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL</b> <b>Dimensões estratégicas do modelo de desenvolvimento</b>					
Objetivo	Relação com ODS	Objetivo do ODS	Metas	Indicador T0	T2
			3. Sistema de informações do projeto de desenvolvimento sustentável, circular e inclusivo elaborado, implantado e operando até junho de 2022;	0,0%	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidade e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	4 Sistema de monitoramento e avaliação do projeto de desenvolvimento sustentável, circular e inclusivo elaborado, implantado e operando até junho de 2022;	0,0%	
			5. Órgãos de áreas relativas à economia da cidade, incluindo-se aqueles que tratam das finanças municipais, fortalecidos, articulados, com sistemas de trabalho e tecnologias físicas atualizados e, pessoal capacitado	0,0%	Segunda avaliação 2030;  Terceira avaliação 2035
			6. Programa de intermediação de mão de obra com capacidade de atendimento gradativa e continuamente ampliada de forma sustentada e com tecnologias (tangíveis e intangíveis), atualizadas, pessoas capacitadas e processos e fluxos definidos	0,0%	Segunda avaliação 2030;  Terceira avaliação 2035

<b>AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL</b> <b>Dimensões estratégicas do modelo de desenvolvimento</b>					
Objetivo	Relação com ODS	Objetivo do ODS	Metas	Indicador T0	T2
<b>4.</b> Elaborar, implementar, monitorar e ajustar ao longo do tempo de projeto de atração de investimentos privados em setores/áreas estratégicas ao desenvolvimento da cidade;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos</li> </ul>	1. Projeto de atração de investimentos elaborado	0,0%	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</li> </ul>			
<b>5.</b> Atualizar a infraestrutura digital da cidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</li> </ul>	1. Infraestrutura de fibra ótica da cidade implantada em 100% da cidade até dezembro de 2030.	2022	100%.
<b>6.</b> Prospectar tecnologias (tangível e intangível), adotando postura proativa na identificação das mais adequadas às especificidades de setores produtivos estratégicos à cidade, assim como dos sistema de governo local	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</li> </ul>	1. Tecnologias prospectadas a cada dois anos;	0,0%	2030 e 2035
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidade e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	2. Rede articulada em operação (INPI, IEL/FIEBA, Universidades e Centros de pesquisa, locais, nacionais e internacionais);	0,0%	100%

<b>AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL</b> <b>Dimensões estratégicas do modelo de desenvolvimento</b>					
Objetivo	Relação com ODS	Objetivo do ODS	Metas	Indicador T0	T2
7. Articular ampla rede de capacitação de trabalhadores em associação com ações de intermediação de mão de obra	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos</li> </ul>	1. Programa amplo de capacitação de mão de obra para os setores estratégicos da economia de Salvador (exclusive os trabalhadores da economia dos setores populares) em funcionamento em articulação com a rede de intermediação de mão de obra	0,0%	100%

<b>AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL</b> <b>Dimensões estratégicas setoriais</b>					
Objetivo	Relação com ODS	Objetivo do ODS	Metas	Indicador T0	T2
<b>1. Promover os negócios da economia popular por bairro e prefeituras-bairros, priorizando-os, atualizando-os, respeitando suas particularidades e integrando-os às cadeias de produção e de comercialização locais e metropolitanas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos</li> </ul>	1. Sistema de gestão do projeto de desenvolvimento dos setores da economia popular definido	0,0%	100%
			2. Sistema de monitoramento, avaliação e ajustes do projeto de desenvolvimento dos setores da economia popular elaborado	0,0%	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 12 – Consumo e Produção sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis</li> </ul>	3. Projeto de desenvolvimento de setores da economia popular complementado com os sistemas de gestão e de monitoramento e avaliação	0,0%	-
			4. Projeto de desenvolvimento de setores da economia popular finalizado e implantado	0,0%	100%
<b>2. Fomentar o desenvolvimento, consolidação e manutenção das redes locais e metropolitanas da economia criativa e suas relações com redes nacionais e globais, notadamente aquelas dos segmentos da Música; Cinema e Vídeo; Gastronomia; Festas e Celebrações, e Expressões Culturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidade e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	1. Trabalhadores, empresas e coletivos da ECC capacitados, especialmente em TICS, formação e manutenção de redes e competências específicas, sendo 500 até 2030 e 1000 até 2049.	0,0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</li> </ul>	2. Dois encontros em rede por ano.	0,0%	100%

<b>AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL</b> <b>Dimensões estratégicas setoriais</b>					
Objetivo	Relação com ODS	Objetivo do ODS	Metas	Indicador T0	T2
<b>3.</b> Fomentar o desenvolvimento dos segmentos de turismo da fé e de raízes, que se mostram mais permeáveis à inclusão nas suas redes de negócios de populações locais e metropolitanas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidade e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	1. Saltur e órgão gestor do Plano Salvador 500 integrados e trabalhando de forma cooperativa e complementar	0,0%	
			2. Dez roteiros de turismo de raiz com a participação das comunidades tradicionais, envolvendo música, dança, festas e celebrações, artesanato e gastronomia, elaborados.	0,0%	100%
<b>4.</b> Articular com a iniciativa privada o fortalecimento das redes de saúde e de ensino privadas;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 4 – Educação de Qualidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</li> </ul>	1. Forças-tarefas de agentes públicos, privados e da sociedade civil para discutir e propor soluções para questões estratégicas relativas à economia da saúde, e educação, constituída em pleno funcionamento	0,0%	100%
<b>5.</b> Negociar com os órgãos e empresas envolvidos medidas de fomento à logística em Salvador (porto, aeroporto e Ceasa, Porto Seco) e RMS, e respectivos ajustes em seus planos de operação e de investimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos</li> </ul>	1. Plano de negociação finalizado	0,0%	100%

<b>AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL</b>					
<b>Dimensões estratégicas setoriais</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>6.</b> Aumentar as externalidades positivas da prestação de serviços público por concessionários	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidade e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	1. Celebração de Plano de ação entre PMS e concessionários de serviços públicos (água e saneamento, energia, telecomunicações, transportes públicos e resíduos sólidos) para resolução de problemas relativos aos serviços prestados aos bairros populares, detalhando: os problemas por prioridade, prazos de resolução, solução a ser implementada, investimentos previstos e penalidades por descumprimentos dos acordos.	0,0%	100%
<b>7.</b> Agir proativamente na gestão e controle de contratos de concessão de serviços públicos para assegurar a potencialização de externalidades positivas para a cidade, sobretudo nos territórios ainda muito desassistidos e de baixa integração	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidade e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	1. Elevação em 30% até 2030 e de 60% até 2049 de externalidades positivas dos serviços de concessão pública em termos da economia da cidade e de bem-estar de seus moradores, especialmente aqueles que moram em bairros precários	0,0%	100%

<b>AGENDA: ECONOMIA DINÂMICA, INTEGRADA, CIRCULAR E SUSTENTÁVEL</b> <b>Dimensões estratégicas setoriais</b>					
Objetivo	Relação com ODS	Objetivo do ODS	Metas	Indicador T0	T2
<b>8.</b> Ativar as regulamentações municipais para que os grandes empreendimentos atuem como corresponsáveis pela manutenção de áreas circunvizinhas aos seus empreendimentos e pela formação de redes de boa vizinhança com os moradores;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidade e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	1. Regulamentações que alcançam os setores produtivos da cidade para induzir e estimular condutas de responsabilidade social, notadamente em relação às áreas e moradores circunvizinho ajustadas;	Legislações existentes (alvará de funcionamento, ISS, etc.)	100%

<b>AGENDA: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>1.</b> Implementar plano de educação com foco na qualidade do ensino, em metodologias ativas, na corresponsabilização das comunidades locais e em seu monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 4 – Educação de Qualidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</li> </ul>	1. Novo Plano de Educação elaborado e implementado até Março/2022	Não elaborado	-
<b>2.</b> Melhorar a proficiência dos alunos do ensino básico, superando as metas do IDEB	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 4 – Educação de Qualidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</li> </ul>	1. Aumentar o IDEB para 6,5 até 2024	5,6	7,0
			2. Ampliar de 89% para 100% a participação dos alunos do 5º ano, e de 85% para 95% dos alunos do 9º ano na Provra Brasil, até 2025	89%	100%
<b>3.</b> Elevar o nível de educação formal da população em idade produtiva (PIA), visando a aumentar capacidade de inserção no mercado de trabalho;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 4 – Educação de Qualidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</li> </ul>	1. Ampliar a matrícula de EJA em 30%, até 2025.	17.305 (todas as faixas etárias)	50%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos</li> </ul>	2. Promover a profissionalização de 70% dos alunos concluintes até 2024	N/I	-



<b>AGENDA: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<p><b>4.</b> Garantir o acesso precoce de crianças à educação, como forma de garantir o desenvolvimento tempestivo das capacidades cognitivas, visando preparar o aluno para o acesso ao ensino básico</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 4 – Educação de Qualidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</li> </ul>	<p>1. Ampliar a oferta de vagas em creches e educação Infantil, priorizando as áreas de maior demanda, na proporção 60% da população entre 1 e 6 anos, até 2024.</p>	<p>Porcentagem de crianças de 2 a 6 anos fora da escola (S/I)</p>	<p>-</p>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidade e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>			
<p><b>5.</b> Promover atividades extracurriculares que possibilitem desenvolver habilidades que reforcem as competências de leitura, escrita e raciocínio lógico, além da descoberta e desenvolvimento de outras aptidões e talentos latentes, através da parceria com ONG's e voluntários capacitados e da abertura nas unidades escolares de espaços para essas atividades no contraturno das aulas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 4 – Educação de Qualidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</li> </ul>	<p>1. Formalizar convênios e parcerias com ONGs, e abertura de vagas para voluntários mediante, apresentação de diplomas e/ou atestados, e avaliação de currículo e assinatura de termos de responsabilidade até 2024.</p>	<p>S/I</p>	

<b>AGENDA: SAÚDE COM RESOLUBILIDADE</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>1. Tornar Salvador reconhecida nacionalmente como cidade de população saudável;</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 3 – Saúde e Bem-Estar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</li> </ul>	1. Rede pública de saúde com capacidade de atender 100% da demanda.	-	100%
			2. Programa Integrado das Residências (Médica e Multiprofissional) em Saúde instituído, com vistas a qualificar o atendimento prestado à população, com 24.000 discentes inseridos na rede SUS em 2030 e 36.000 em 2049		
			3. Escola Municipal de Saúde Pública implantada		
			4. Sala de situação em saúde da SMS em pleno funcionamento, produzindo informações para subsídio à gestão do sistema municipal de saúde		

<b>AGENDA: SAÚDE COM RESOLUBILIDADE</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>2.</b> Priorizar a rede de atenção básica, ativando parcerias com instituições públicas de ensino, pesquisa e de extensão, e incluindo moradores das localidades, ampliando a cobertura e a capacitação dos agentes de saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 3 – Saúde e Bem-Estar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</li> </ul>	1. Convênios com IES públicas (ensino, pesquisa e de extensão) firmados;	0,0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 4 – Educação de Qualidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</li> </ul>	2. Contingente de agentes de saúde 50% superior ao contingente de 2018, em 2030, e 100% superior ao contingente de 2018 em 2049;		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos</li> </ul>	3. 100% dos agentes de saúde capacitados  4. Desempenho dos agentes de saúde avaliados pelos usuários bianualmente.		
<b>3.</b> Priorizar ações de prevenção, de controle e de tratamento de doenças de maior incidência por área da cidade;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 3 – Saúde e Bem-Estar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</li> </ul>	1. Plano bianual de contingência por área da cidade, começando pelas áreas de ZEIS;	0,0%	100%
<b>4.</b> Aumentar e manter a cobertura da população vacinada na idade prevista	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 3 – Saúde e Bem-Estar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</li> </ul>	1. Plano anual de contingência por área da cidade, começando pelas áreas de ZEIS.	0,0%	100%

<b>AGENDA: SAÚDE COM RESOLUBILIDADE</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>5.</b> Ampliar a capacidade de atendimento da rede pública de prestação de serviços de saúde de baixa e de média complexidade de forma a que os moradores da cidade encontrem tratamento e resolubilidade em seus bairros ou em outros mais próximos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 3 – Saúde e Bem-Estar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</li> </ul>	1. Plano bianual de contingência por área da cidade, começando pelas áreas de ZEIS;	0,0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidade e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>			
<b>6.</b> Ampliar a capacidade de atendimento da rede pública de prestação de serviços de saúde de alta complexidade de forma a que os moradores da cidade encontrem tratamento e resolubilidade nas prefeituras bairro na qual seu bairro está incluído;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 3 – Saúde e Bem-Estar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</li> </ul>	1. Plano bianual de contingência por área da cidade, começando pelas áreas de ZEIS.	0,0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidade e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>			
<b>7.</b> Aumentar a efetividade e resolubilidade das intervenções na área de saúde do trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 3 – Saúde e Bem-Estar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</li> </ul>	1. 100% dos trabalhadores atendidos com dia e hora marcada, quando for possível sua presença, e por deslocamento da equipe até a residência do trabalhador ou por telemedicina.	0,0%	100%

<b>AGENDA: SAÚDE COM RESOLUBILIDADE</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>8.</b> Aumentar a escala de atendimento especializado e disponibilização de medicações a portadores de doenças crônicas e idosos, mantendo a estabilidade e resolubilidade do serviço prestado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 3 – Saúde e Bem-Estar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</li> </ul>	1. Plano bianual de contingência.	0,0%	100%
<b>9.</b> Tornar mais efetivas as ações no campo da vigilância sanitária.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 3 – Saúde e Bem-Estar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</li> </ul>	1. Plano de contingência.	0,0%	100%

<b>AGENDA: SEGURANÇA LEGAL</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>1.</b> Tornar Salvador uma cidade segura para seus moradores e visitantes;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis</li> </ul>	1. Plano de contingência	0,0%	100%
<b>2.</b> Fomentar a integração de áreas de governo em ações de prevenção, priorizando a formação de agentes comunitários;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis</li> </ul>	1. Plano de contingência	0,0%	100%
<b>3.</b> Assegurar oportunidades de capacitação continuada aos servidores da área de segurança, centradas em princípios da cultura da paz, de prevenção e combate a crimes homofóbicos, feminicídio, de racismo e em cuidados com moradores de rua, mulheres, crianças e idosos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis</li> </ul>	1. Programa de capacitação que permita desenvolver novas competências e atualizar as pré-existentes compatíveis com a cultura da paz, com escala para atender 100% da força de trabalho em dois anos, renovando-se a cada dois anos	100%	

<b>AGENDA: SEGURANÇA LEGAL</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>4.</b> Articular-se com diferentes instâncias de governo e outros municípios da RMS no sentido de aumentar a efetividade do sistema de segurança em Salvador e nos municípios outros da RMS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis</li> </ul>	1. Plano de contingência	100%	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidade e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>			

<b>AGENDA: MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>1.</b> Aprimorar a mobilidade urbana por meio de sistemas de transporte mais sustentáveis, inclusivos e eficientes, tendo como prioridade o transporte coletivo de passageiros e o transporte ativo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 3 – Saúde e Bem-Estar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar uma vida sustentável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</li> </ul>	1. Melhoria da microacessibilidade intrabairros, e da conexão dos bairros com as vias do sistema viário estrutural onde operam os sistemas de transporte de média e alta capacidades, priorizando– “Miolo” e Subúrbio Ferroviário, até 2030	0	1000%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>			
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos</li> </ul>	2. Melhoria da microacessibilidade vertical e entre cumeadas viabilizando o transporte ativo em locais de maior ocupação urbana com dificuldade de acesso ao transporte coletivo, até 2049.	0	100%
				3. Ampliar a qualidade das calçadas do entorno dos pontos de ônibus, das escolas e dos equipamentos de saúde de 22,9% para 100% até 2049.	0
			4. Ampliar em 100% a melhoria das calçadas dos bairros integrantes das regiões do Subúrbio e do Miolo da cidade, até 2030.	S/I	100%



<b>AGENDA: MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
			5. Fortalecer a rede cicloviária da cidade em relação a rede viária em 100% até 2049.	4,84%	50%
			6. Aumentar a taxa de extensão de ciclovias em 100% até 2030	6,06/100 mil habitantes	100%
			7. Aumentar a taxa de passageiros do transporte coletivo em 20% até 2030	52,6%	15%
			8. 100% das vias do sistema viário estrutural operando com faixas e pistas seletivas e/ou segregadas para o transporte público de passageiros até 2049	0,3%	50%
			9. Acesso por 50% da população de Salvador a uma estação de transporte num raio de 800m de seus domicílios até 2049	23,5%	5%

<b>AGENDA: MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
			10. Ampliar em 10% as viagens realizadas por transporte público, a pé ou bicicleta até 2049.	77%	5,0%
			11. Estabelecer o tempo máximo de 30min para a realização de viagens pendulares entre os domicílios de Salvador e a escola ou o local de trabalho até 2049	41min	5%
			12. Aumentar em 50% o percentual de passageiros do transporte coletivo beneficiando com políticas de integração até 2049	16,9%	50%

<b>AGENDA: FORTALECIMENTO E INTEGRAÇÃO DAS CENTRALIDADES</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>1.</b> Promover maior conexão entre as centralidades metropolitanas e as centralidades municipais e a progressiva desconcentração e equilíbrio da rede de centralidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	1. Conhecimento e planejamento da rede de centralidades do Município	Não realizada.	
			2. Centralidades consolidadas e integradas	Não realizada.	40%
			3. Elaboração e implementação dos Planos Urbanísticos de Centralidades Municipais, com prioridade para a Centralidade Municipal de São Cristóvão e Centralidade Municipal de Cajazeiras;	Não realizada.	44%
<b>2.</b> Evitar ou mitigar impactos de vizinhança e impactos socioambientais em decorrência de projetos estruturantes ou do esvaziamento de uso do solo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	1. Impactos de projetos estruturantes mitigados ou compensados por medidas indicadas em Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e/ou Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) conforme o caso.	Não realizada.	40%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 12 – Consumo e Produção Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis</li> </ul>			
<b>3.</b> Promover a legibilidade das/nas centralidades municipais e metropolitanas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	1. Referenciais de paisagem e imagem das centralidades metropolitanas e municipais fortalecidos.	Não realizada.	60%
			2. Espaços públicos localizados nas centralidades municipais e metropolitanas dotados de equipamentos e mobiliários urbanos que proporcionem comodidade.	Não realizada.	60%

<b>AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>1.</b> Regularizar e aplicar os instrumentos do PDDU incidentes sobre a propriedade imobiliária urbana de modo a viabilizar o pleno exercício da função social da propriedade nos diferentes territórios da cidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	1. Instrumentos do PDDU incidentes sobre a propriedade imobiliária urbana regulamentados e em execução até 2049	0%	100%
<b>2.</b> Renovar ou viabilizar a substituição de infraestruturas e usos obsoletos no espaço da cidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	1. 20 projetos de requalificação funcional e urbanística de espaços e equipamentos públicos elaborados e implantados anualmente até 2024	0%	100%
			2. 10 (dez) projetos elaborados e implantados até 2030 para requalificação funcional e física de edificações ou conjuntos de edificações degradados e/ou subutilizados em diferentes bairros de Salvador	0%	100%

<b>AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
			3. Plano de Habitação para o Bairro do Comércio implantado até 2030 com execução dos projetos para os trechos do Corpo Santo e Plano Gonçalves (incorporação imobiliária + projeto aprovado + obra executada + entrega das unidades)	30%	100%
			4. Estudos para a ocupação de 05 (cinco) áreas estratégicas, próximas às estações dos corredores de transporte de passageiros, para aplicação do instrumento da TUL (Transformação Urbana Localizada), ou outras operações urbanas, visando transformações de usos e adequações urbanística no entorno	0%	100%
<b>3. Promover o saneamento ambiental das bacias hidrográficas de Salvador</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 6 – Água Potável e Saneamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos</li> </ul>	1. Bacia Hidrográfica do Rio do Cobre saneada até 2049	0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	2. Bacia Hidrográfica do Rio Ipitanga saneada até 2049	0%	100%

<b>AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos</li> </ul>	3. Bacia Hidrográfica do Rio Paraguari saneada até 2049	0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 14 – Vida na Água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável</li> </ul>	4. 15% da Bacia Hidrográfica do Rio Camaragipe saneada até 2049*  * (o percentual corresponde à área territorial abrangida pelo projeto em relação à área total da bacia, que é a de ocupação mais antiga e consolidada de Salvador)	0%	100%
<b>4. Integrar o território marítimo de Salvador na Baía de Todos os Santos ao seu desenvolvimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	1. 100% Baía de Itapagipe saneada até 2049	0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos</li> </ul>	2. Plano para o Conjunto de Bairros da Península de Itapagipe 100% implantado até 2030	0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 14 – Vida na Água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável</li> </ul>	3. Plano Urbanístico da Ilha de Maré (equivalente ao Plano de Bairro) 100% implantado até 2024	0%	100%

<b>AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>5. Implantar as unidades de conservação e demais áreas de interesse ambiental e cultural integrantes do Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural (SAVAM)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	1. 05 (cinco) Unidades de Conservação Ambiental Municipais (UCM) indicadas pelo SAVAM (PDDU 2016) implantadas até 2030	0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos</li> </ul>			
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 14 – Vida na Água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável</li> </ul>	2. APAS estaduais no território de Salvador com regulamentação 100% concluída até 2024	50%	100
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 15 – Vida Terrestre</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda</li> </ul>			

<b>AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>6. Estruturar em rede e sob uma mesma governança os parques urbanos, parques de bairro e demais espaços abertos de uso público integrantes do SAVAM</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	1. 100% da rede de parques urbanos e parques de bairro do SAVAM estruturada até 2024	0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos</li> </ul>	2. Parque Urbano do Vale da Mata Escura, no Miolo de Salvador, 100% implantado até 2030	0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 14 – Vida na Água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável</li> </ul>	3. Parque Urbano Socioambiental de Canabrava, no Miolo de Salvador, 100% implantado até 2030	0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 15 – Vida Terrestre</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda</li> </ul>	4. Estudos para implantação do Parque Urbano de Ipitanga I e do Parque Urbano de Ipitanga II e III, indicados pelo PDDU, 100% concluídos até 2024	0	100%
				5. 07 (sete) Parques de Bairro implantados até 2024	0



<b>AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
7. Proteger e valorizar o patrimônio histórico e cultural e os elementos da paisagem que definem a singularidade de Salvador como cidade monumento reconhecida mundialmente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	1. 100% definidos e implementados até 2022, normas e arranjos institucionais para a conservação dos sítios históricos, conjuntos arquitetônicos e edificações de interesse histórico e cultural no Centro Antigo de Salvador	50%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos</li> </ul>	2. 30 Áreas de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) ainda sem normatização específica 100% regulamentadas até 2024	0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 14 – Vida na Água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável</li> </ul>	3. Realização até 2024 do mapeamento dos espaços de manifestação cultural e de representação das tradições do povo soteropolitano visando sua valorização e preservação	0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 15 – Vida Terrestre</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda</li> </ul>			

<b>AGENDA: AMBIENTE URBANO SUSTENTÁVEL</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>8.</b> Fortalecer a resiliência da Cidade de Salvador em face dos cenários de eventos extremos associados às mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos</li> </ul>	1. Plano de Mitigação e Adaptação à Mudanças Climáticas (PMAMC) implantado até 2049	90%	100%
			2. Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica implantado até 2049	0%	100%
			3. Sistema de indicadores urbano-ambientais implantado até 2022	20%	70%
			4. Programa de aproveitamento da Energia Fotovoltaica (captada da radiação solar), como alternativa de energia limpa, renovável e de baixo custo para os domicílios de Salvador 100% implementado até 2024	0%	100%

<b>AGENDA: MORADIA DIGNA</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>1.</b> Implementar programa de regulamentação, regularização e urbanização das ZEIS com participação e controle social e de forma integrada e interdisciplinar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 10 – Redução das Desigualdades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles</li> </ul>	1. 30% do Programa de implementação de ZEIS implantado	0%	40%
			2. Regulamentação e regularização urbanística e fundiária de 100% das ZEIS 5 e das ZEIS situadas no CAS até 2030	0%	20%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	3. Desenvolvimento e implantação do Projeto Habitacional de Interesse Social(HIS) para o trecho Pilar implantado até 2024	10%	100%
			4. 100% das ZEIS 5 e daquelas localizadas no CAS e em áreas sob forte pressão imobiliária urbanizadas em 10 anos até 2030.	10%	40%
			5. 100% das ZEIS ocupadas em áreas precárias urbanizadas, considerando as prioridades definidas no Programa de Implementação de ZEIS até 2049	0	20-%

<b>AGENDA: MORADIA DIGNA</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
2. Implementar política continuada e progressiva de garantia da moradia digna envolvendo a produção/provisão de habitação de interesse social.	• ODS 10 – Redução das Desigualdades	• Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	1. Programa Habitacional Municipal implementado e elaborado até 2049	0	100%
	• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	2. Inventário e caracterização dos imóveis públicos e privados da cidade que não cumprem a função social, identificando a situação de regularidade fiscal com vistas à identificação daqueles que poderão compor o programa de habitação de interesse social municipal até 2030	5%	100%
3. Implementar política continuada e progressiva de melhoria habitacional dos imóveis habitacionais considerados inadequados.	• ODS 1 – Erradicação da Pobreza	• Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	1. 50% do deficit habitacional atendido até 2049	98.367 un	15%
	• ODS 10 – Redução das Desigualdades	• Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles			
	• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	2. 100% da demanda por melhoria habitacional atendida até 2049	0	25%

<b>AGENDA: MORADIA DIGNA</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>4. Garantir Assistência Técnica gratuita nas áreas de arquitetura e engenharia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 10 – Redução das Desigualdades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles</li> </ul>	1. Programa Municipal de Assistência Técnica ampliado até 2030.	0	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>			

<b>AGENDA: CULTURA PARA TODOS</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>1. Fortalecer a FMG, ampliando a esferas e os espaços de governança transversais e interinstitucionais</b>	• ODS 9 – Indústria, Inovação e infraestrutura	• Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	1. Órgão de Cultura ampliado com reestruturação regimental até 2024 -	0%	
	• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	2. Instâncias de participação, entre fóruns, comitês gestores, comissões, audiências e conferências instituídas	0%	
			3. Conselho Municipal de Cultura fortalecido e com estrutura de secretaria executiva adequada ao seu funcionamento.	0%	
			4. Ampliação gradativa do orçamento destinado à Fundação Gregório de Mattos e, posteriormente, à Secretaria Municipal de Cultura, com alcance do percentual mínimo anual de 1% (um por cento), a ser garantido em lei municipal até o ano de 2049.	0%	100%

<b>AGENDA: CULTURA PARA TODOS</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
2. Elaborar, implantar e manter atualizado sistema de informações e conhecimento sobre o setor cultural da cidade e sobre a ECC	• ODS 9 – Indústria, Inovação e infraestrutura	• Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	1. Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) em pleno funcionamento até 2022	0%	
	• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	2. Mapeamento dos agentes/atores, expressões, obras, patrimônio (material e imaterial), produtos e serviços culturais de Salvador a cada 5 anos		
3. Renovar, ampliar, manter e dinamizar a rede de equipamentos culturais, tornando-os multiuso, acessíveis e tecnologicamente atualizados.	• ODS 9 – Indústria, Inovação e infraestrutura	• Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	1. 8 (oito) equipamentos culturais multiusos construídos com requisitos de acessibilidade e tecnológicos, em funcionamento em 2030.	0%	50%
	• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	2. Recuperação de 5 equipamentos culturais pré-existentes, até 2030, e mais 15 até 2049, tornando-os multiuso e com recursos tecnológicos e de acessibilidade		
			3. Dinamização dos espaços culturais multiuso		

<b>AGENDA: CULTURA PARA TODOS</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>4. Fomentar a digitalização e a disponibilização de acervos de informações que estão armazenadas em organizações culturais para potencializar o fluxo internacional de informações e a difusão das artes, da cultura e da história local.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 9 – Indústria, Inovação e infraestrutura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</li> </ul>	1. Acervos catalogados, recuperados, digitalizados e disponibilizados	0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>			
<b>5. Fortalecer a cultura negra</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 10 – Redução das Desigualdades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles</li> </ul>	1. Festival anual de Culturas Negras realizado.	0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	2. Apoio técnico, logístico e operacional em ações de afirmação cultural em 100% das comunidades tradicionais e outros territórios ocupados majoritariamente pela população negra.	0%	50%
<b>6. Ampliar investimentos e diversificar as ofertas de capacitação no âmbito do Programa Municipal de Formação e Qualificação em Cultura.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 4 – Educação de Qualidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</li> </ul>	1. Rede municipal de cultura constituída.	0%	100%
			2. Investimentos realizados em 2018 quintuplicados em 2030 e dez vezes mais em 2049	0%	100%



<b>AGENDA: CULTURA PARA TODOS</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>7.</b> Territorializar as políticas culturais na cidade, tornando-as capazes de acolher e estimular toda a rede criativa e cultural de Salvador.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	1. Planos territoriais de Cultura elaborados para todas as Prefeituras-bairro até 2025.	0%	
			2. Realização de duas ações ou projetos de fomento à cultura em cada Prefeitura –bairro a cada ano.		100%
			3. Construção ou adequação de um espaço cultural a cada 3 anos com capacidade de abrigar o maior número possível de atividades culturais (música, teatro, dança, exposições, cinema, biblioteca etc.), garantindo-se recursos para manutenção administração e dinamização do espaço cultural, além de uma gestão compartilhada destes espaços entre o órgão gestor de cultura do município e os agentes culturais da área.	0%	50%
			4. Implantação de 2 núcleos de cursos e formações para iniciantes em diferentes linguagens artísticas nos espaços culturais territoriais por ano até 2049.	0%	50%

<b>AGENDA: CULTURA PARA TODOS</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>8.</b> Estimular a produção de formatos culturais mais recentes como o audiovisual e as culturas digitais, a fim de inserir de modo substantivo a cidade nestas dinâmicas de tecnologia cultural, em suas diferenciadas possibilidades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>	1. Programa de apoio às culturas digitais e audiovisual elaborado.	0%	
			2. Cinema soteropolitano fortalecido com uma produção apoiada a cada dois anos.	0%	100%
			3. 5 projetos de games, aplicativos voltados à cultura e de arte digital apoiados financeiramente a cada ano.	0%	100%
			4. Mostra do Áudiovisual soteropolitano realizada a cada 2 anos.	0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis</li> </ul>	5. Produção audiovisual apoiada com duas locações de produções em Salvador a cada 5 anos.	0%	
			6. Difusão e divulgação da produção audiovisual soteropolitana.	0%	100%

<b>AGENDA: CULTURA PARA TODOS</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>9.</b> Promover a documentação e difusão da Capoeira.	• ODS 10 – Redução das Desigualdades	• Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles	1. Programa de Apoio e Promoção da Capoeira.	0%	
	• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	2. Mapeamento da capoeira.	0%	
			3. Centro interativo de referência e pesquisa da Capoeira implantado e em funcionamento até 2030.	0%	70%
<b>10.</b> Promover e divulgar pesquisas sobre a cultura soteropolitana com destaque para a cultura negra.	• ODS 4 – Educação de Qualidade	• Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos		0%	100%
	• ODS 10 – Redução das Desigualdades	• Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles			
	• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis			

<b>AGENDA: CULTURA PARA TODOS</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>11.</b> Fortalecer o carnaval e as festas populares de Salvador	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos</li> </ul>	1. Investimento de 70% do recursos municipais de apoio à festas populares em ações voltadas ao fortalecimento de práticas e manifestações culturais populares em toda a sua diversidade.	0%	100%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>			
<b>12.</b> Fortalecer a produção e a cena musical local.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos</li> </ul>	1. Apoio a produção musical de 10 artistas/ bandas soteropolitanos por ano.	0%	60%
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</li> </ul>			

<b>AGENDA: GESTÃO URBANA E METROPOLITANA</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<p><b>1.</b> Priorizar a formulação do sistema de informações do município, em associação com os municípios da RMS, equalizando diferentes metodologias, indicadores, unidades espaciais de análise, tempestividade, usabilidade e transparência das informações</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais</li> </ul>	1. Implantação de 100% do Sistema de Indicadores Municipais	0%	-
			2. Adesão efetiva de 100% dos órgãos e entidades ao Sistema de Informações Municipais, com atualização periódica dos indicadores	0%	100%
			3. Viabilizar 100% dos convênios com entidades externas previstos no projeto	0%	100%
			4. Manter política de dados abertos para 100% das informações públicas do banco de dados do Sistema de Informações Municipais.	0%	100%
<p><b>2.</b> Estruturar a máquina administrativa da Prefeitura de forma a garantir a implementação das políticas públicas necessárias ao desenvolvimento municipal e a prestação de serviços de forma ágil e eficaz.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis</li> </ul>	1. Capacitar ou reciclar pelo menos 50% dos servidores e empregados públicos anualmente	17%	30%
			2. Oferecer acesso digitalizado a 80% dos serviços públicos municipais	10%	80%

<b>AGENDA: GESTÃO URBANA E METROPOLITANA</b>					
<b>Objetivo</b>	<b>Relação com ODS</b>	<b>Objetivo do ODS</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicador T0</b>	<b>T2</b>
<b>3.</b> Aprimorar mecanismos de transparência e controle social.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis</li> </ul>	1. Cumprir 100% do check list da transparência municipal, proposto no Plano Salvador 500 (Anexo 1)	-	100%
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis</li> </ul>			

## 8. ESTRATÉGIA GERAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

O planejamento não se encerra no momento da elaboração do Plano, o seu documento orientador. Deve ser entendido como um processo dinâmico, de forma a acompanhar as constantes mudanças da realidade, principalmente no mundo atual, onde elas se intensificam em escala local e mundial. Além da agilidade em adequar as proposições definidas, há de se levar em conta a complexidade e abrangência das análises de mudança de cenário, uma vez que Salvador pode ser influenciada por decisões e políticas definidas em outras escalas, inclusive na escala global.

Quando falamos em processo de planejamento, portanto, é necessário levar em conta quatro momentos articulados – a formulação, o monitoramento da implementação do conjunto de proposições, a avaliação desta implementação, considerando as mudanças de cenário, e os necessários ajustes e reformulação da estratégia, para adequá-la às mudanças observadas. O plano de gestão do Salvador 500 deverá incorporar todas estas etapas.

É importante salientar que a gestão do Plano Salvador 500 deve observar duas instâncias: a instância política, que aborda a relação da Administração Municipal com a sociedade no acompanhamento e ajustes do plano, e a instância administrativa, que se refere às questões relativas à execução do plano, de organização da máquina administrativa para implementar as ações definidas, sobretudo na esfera técnica. Esta última diz respeito à articulação do conjunto das secretarias para dar respostas aos projetos para a cidade, em todas as etapas do processo, e a estruturação da ação de cada secretaria, que deve replicar as etapas de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação, com abordagem setorial.

Vale ressaltar que o Plano Salvador 500 tem como foco a redução das desigualdades socioespaciais de Salvador, com abordagem de longo prazo, considerando a sua interação com a região e a relação desta com as esferas nacional e mundial. Desta forma, o dirigente máximo municipal assume o papel de liderança do processo de implementação do Plano Salvador 500, bem como da continuidade das avaliações e estudos necessários ao seu ajuste e reformulação.

## 8.1. Relação com outros planos

Por se tratar de um plano de longo prazo, o Salvador 500 deverá desempenhar o papel de articulação das demais peças do sistema de planejamento da Administração Municipal. Desta forma, deverá ser o instrumento orientador das revisões do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano durante a sua vigência, bem como nortear a elaboração de planos setoriais e territoriais específicos, e de toda a legislação urbanística desenvolvida no período.

Os princípios, objetivos, metas e ações definidos no Plano Salvador 500 deverão ser referências da estratégia dos sucessivos planos a serem elaborados para cada período de gestão, de forma articulada com as prioridades definidas nas peças de planejamento dos Governos Federal e Estadual. Considerando que o plano elaborado para uma determinada gestão serve de base para definição das peças orçamentárias, os sucessivos Planos Plurianuais devem orientar as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais de forma a garantir a implementação do Plano Salvador 500 para aquele período.

## 8.2. Estratégia de implementação

O Plano Salvador 500 será coordenado pela Fundação Mário Leal Ferreira, responsável pelo planejamento do desenvolvimento urbano municipal, por meio de uma Gerência específica a ser criada, vinculada à Diretoria de Planejamento, que fará o acompanhamento rotineiro da implementação do Salvador 500. Caberá à Unidade de Planejamento e Acompanhamento de Resultados, integrante da estrutura da Casa Civil, garantir a integração intersetorial e o alinhamento programático e político-institucional com o plano elaborado para cada período de gestão.

A Administração Municipal deverá estabelecer articulações com municípios da região metropolitana, bem como com as demais instâncias governamentais, visando à implementação de políticas e projetos de abrangência regional. Esta articulação deve ser coordenada pelo Gabinete do Prefeito, Casa Civil, ou unidade diretamente vinculada ao dirigente máximo da PMS, de forma a garantir a unidade política das iniciativas de articulação dos projetos definidos para as diversas áreas de atuação, indicados no Plano Salvador 500.

O Plano Salvador 500 estrutura a sua estratégia em metas e ações, cuja execução estará sob a responsabilidade das Secretarias Municipais indicadas. Faz-se necessário que cada unidade



componente da estrutura organizacional da Prefeitura detalhe os seus planos e programas setoriais, com vistas a viabilizar o Plano Salvador 500, articulando-se em comissões intersetoriais coordenadas pela FMLF, para a concepção e realização dos planos e projetos transversais, na busca das sinergias necessárias com outras proposições e cumprimento dos objetivos estruturantes.

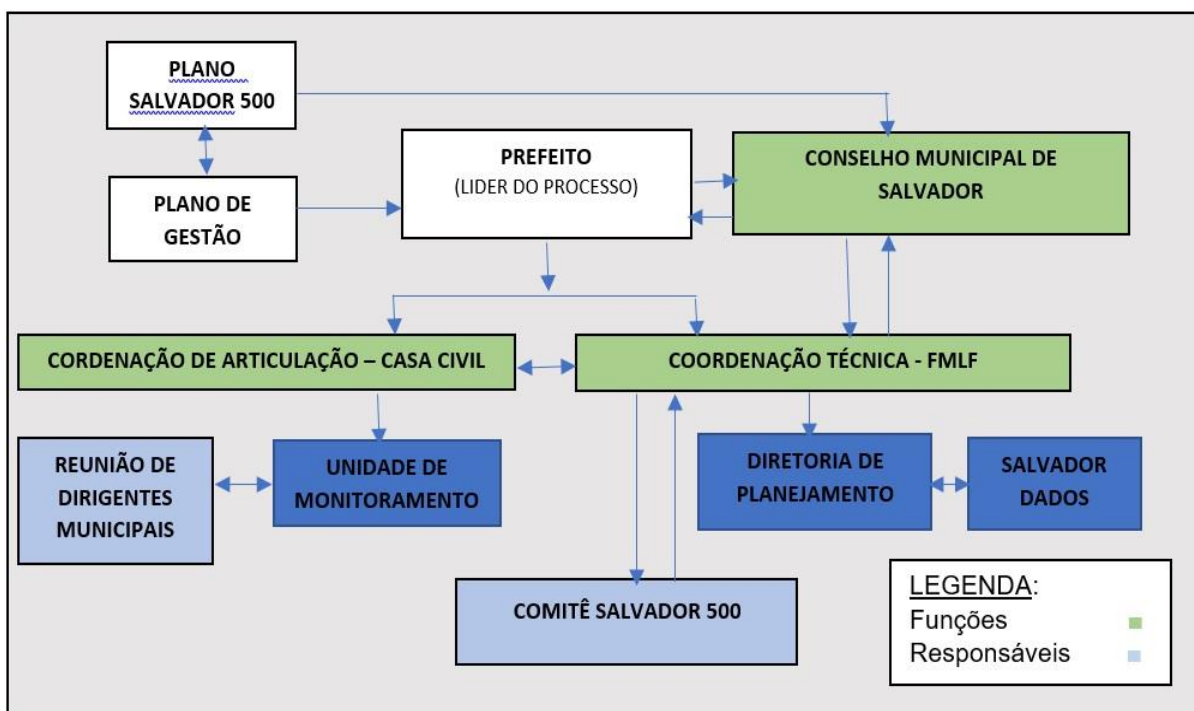
### 8.3. Monitoramento

A gestão do Plano Salvador 500 se dará em três dimensões:

1. Da execução e monitoramento das ações e metas previstas;
2. Do controle social por meio do Conselho Municipal de Salvador e
3. Da avaliação e dos ajustes necessários, frente às mudanças de cenário, com a consequente reformulação do plano.

O esquema de gestão proposto está representado na Figura 1.

**Figura 1 - Esquema Geral de Gestão do Salvador 500 – Funções e Responsáveis**



Fonte: Elaboração própria, equipe Fundação Mário Leal Ferreira (2020).

## 8.4. Execução e Monitoramento

Como instância de coordenação técnica do Plano Salvador 500, a Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), será responsável pela consolidação do detalhamento dos planos, programas e projetos, em interação com os órgãos setoriais responsáveis e assumirá a coordenação técnica dessa atividade nos casos de planos e projetos intersetoriais. Esse detalhamento constitui a primeira atividade de execução do Plano Salvador 500, a ser desenvolvida no primeiro ano da sua implementação.

Com a compreensão de planejamento como processo, caberá a este órgão realizar o monitoramento do cumprimento das metas previstas e avaliar o alcance dos resultados das ações, sobretudo na redução das desigualdades socioespaciais de Salvador, considerado princípio básico do Plano Salvador 500 e objetivo a ser perseguido na implementação do conjunto das ações previstas e seus desdobramentos em planos, programas e projetos. No exercício dessa atribuição, serão fundamentais a reestruturação do órgão, com a criação de uma gerência dedicada à implementação, monitoramento e acompanhamento do Plano Salvador 500 e a implementação do Sistema Municipal de Informação (Salvador Dados), estrutura fundamental do sistema de planejamento urbano de Salvador.

Caberá à Unidade de Planejamento e Acompanhamento de Resultados o suporte político-institucional e de articulação intersetorial na implementação das agendas do Plano Salvador 500. Este órgão deverá promover, ainda, os necessários alinhamentos dos planos de governo à estratégia de longo prazo do Plano Salvador 500. As atividades desenvolvidas devem ser constantemente avaliadas em conjunto com a coordenação técnica, de forma que sejam asseguradas as articulações intersetoriais necessárias, e encaminhadas as soluções para entraves eventualmente verificados na implementação dos projetos definidos, dando, dessa maneira, o suporte necessário à Fundação Mário Leal Ferreira, inclusive na garantia da alimentação regular e sistemática do Sistema de Informação Municipal (Salvador Dados).

Deverão ser realizadas reuniões periódicas (mínimo de quatro reuniões anuais) com toda a equipe dirigente da PMS, de forma a possibilitar o acompanhamento coletivo das ações planejadas e a solução de possíveis conflitos, sob direção do Prefeito Municipal e assessoramento técnico da Fundação Mário Leal Ferreira.

## 8.5. Avaliação e reformulação do plano

Deverá ser criado o Comitê Salvador 500, presidido pela FMLF e composto pelo Gabinete do Prefeito, Casa Civil, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e outras secretarias selecionadas diretamente pelo Prefeito, que reunir-se-á uma vez ao ano com o objetivo de avaliar o andamento da implementação em relação ao conjunto de ações do Plano Salvador 500, analisando as possíveis mudanças de cenário e seus impactos na estratégia definida. O Comitê Salvador 500 deverá deliberar, com a anuência do Prefeito, sobre os encaminhamentos imediatos a serem adotados para superação de possíveis entraves estruturais à implementação dos projetos, com base em relatórios emitidos pela Fundação Mário Leal Ferreira que deverá conter uma avaliação político-institucional realizada pela Unidade de Planejamento e Acompanhamento de Resultados.

Os ajustes e redirecionamentos indicados pelo Comitê Salvador 500 deverão ser submetidos à discussão com a sociedade, na forma indicada no item seguinte.

## 8.6. Publicidade, transparência, participação e controle social

Deverá ser disponibilizada uma página na internet para publicação das ações planejadas para o período e o andamento da implementação de cada uma delas, permitindo o controle geral do andamento do plano, em comparação com o previsto para o período. O site deverá prever mecanismo de interação com a população, com o objetivo de recolher opiniões e contribuições sobre as atividades desenvolvidas na implementação do Plano Salvador 500.

O Conselho Municipal de Salvador constitui a estrutura legítima para o acompanhamento e avaliação da sua implementação, que deverá ser fortalecido. Quando necessário e a critério do Conselho, outras representações políticas e técnicas poderão ser convidadas para discussão de temas e projetos específicos, de forma a ampliar e qualificar ainda mais as discussões. Ao final de cada ano, deverá ser realizada uma reunião do Conselho com a presença da coordenação do Comitê Salvador 500, para avaliar o andamento dos projetos e opinar sobre eventuais ajustes estruturais implementados por este Comitê durante o ano. Uma versão sucinta da avaliação deve compor a mensagem do Prefeito na abertura anual dos trabalhos legislativos.

## 8.7. Diretrizes para revisão

A cada quatro anos (ou excepcionalmente em menor prazo, caso ocorram alterações importantes), no início de cada mandato, a Fundação Mário Leal Ferreira deverá mobilizar uma equipe de técnicos como objetivo de revisar o Plano Salvador 500, analisando as mudanças de cenário ocorridas no período, as possíveis dificuldades de implementação dos projetos definidos e os ajustes estruturais implementados no quadriênio anterior, propondo ajustes ou mesmo a reformulação do Plano, se for o caso. No caso de reformulação deverá ser constituída uma instância específica configurada como GAPLAN, formada pelos conselheiros e conselheiras e suplentes e mais quatro convidados por cada membro do conselho.

Os ajustes ou proposta de reformulação deverão ser discutidos e aprovados pelo Comitê Salvador 500 e, após apreciação do Prefeito, serem submetidos a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Salvador, de forma a serem incorporados no novo ciclo de gestão do Plano Salvador 500.

# ANEXO 1: CHECK LIST PARA AFERIÇÃO DA TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

## GERAL

1. O ente possui informações sobre Transparência na internet?
2. O Site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação?

## POLÍTICAS PÚBLICAS

3. A base cartográfica e ortofotos digitais do município estão disponibilizadas?
4. Estão disponibilizados mecanismos de acompanhamento sistemático da implementação de políticas públicas e do plano de governo, com destaque para os projetos propostos no Salvador 500?

## RECEITA

5. Há informações sobre a receita nos últimos 6 meses, incluindo natureza, valor de previsão e valor arrecadado?

## DESPESA

6. As despesas apresentam dados dos últimos 6 meses contendo:
  - Valor do empenho
  - Valor da liquidação
  - Valor do Pagamento
  - Favorecido

## LICITAÇÕES E CONTRATOS

7. O site apresenta dados nos últimos 6 meses contendo:
  - Íntegra dos editais de licitação

- Resultado dos editais de licitação (vencedor é suficiente)
- Contratos na íntegra

8. O ente divulga as seguintes informações concernentes a procedimentos licitatórios com dados dos últimos 6 meses?

- Modalidade
- Data
- Valor
- Número/ano do edital
- Objeto

## **RELATÓRIOS**

9. O site apresenta:

- As prestações de contas (relatório de gestão) do ano anterior
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 meses
- Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 6 meses
- Relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes

10. O Site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV), de modo a facilitar a análise das informações?

## **TRANSPARÊNCIA PASSIVA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC**

11. Possibilidade de entrega de um pedido de acesso de forma presencial

- Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) físico?
- Há indicação do órgão?
- Há indicação de endereço?

- Há indicação de telefone?
- Há indicação dos horários de funcionamento?

### **SERVIÇO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC**

12. Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?
13. Apresenta possibilidade de acompanhamento posterior da solicitação?
14. A solicitação por meio do e-SIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade?

### **DIVULGAÇÃO DA ESTRUTURA E FORMA DE CONTATO**

15. No site está disponibilizado o registro das competências e estrutura organizacional do ente?
16. O Portal disponibiliza endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público?

### **BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA**

17. Há divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público?
18. Há divulgação de Diárias e passagens por nome de favorecido e constando, data, destino, cargo e motivo da viagem?



**FMLF** Fundação  
Mário Leal Ferreira

Secretaria de  
Desenvolvimento  
e Urbanismo

